



**POLÍTICAS LOCAIS PARA O “DES-ENVOLVIMENTO”
NO NORTE DE MINAS: UMA ANÁLISE DAS
ARTICULAÇÕES LOCAL & SUPRALOCAL**

TESE

João Silveira d'Angelis Filho

Apresentada como parte dos requisitos
para obter o Título de Mestrado em
Gestão em Desenvolvimento Rural e
Agricultura Sustentável

2005

Temuco, Chile

**POLÍTICAS LOCAIS PARA O “DES-ENVOLVIMENTO”
NO NORTE DE MINAS: UMA ANÁLISE DAS
ARTICULAÇÕES LOCAL & SUPRALOCAL**

TESE

João Silveira d'Angelis Filho

Apresentada como parte dos requisitos
para obter o Título de Mestrado em
Gestão em Desenvolvimento Rural e
Agricultura Sustentável

2005

Temuco, Chile

Aos amigos de Porteirinha de desse trabalho
fazer parte e a aqueles a quem amo
profundamente: Claudia, nossas gêmeas e Thais

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Claudia Luz , pela competência, persistência e firmeza com que me acompanhou no período de conclusão desse trabalho.

À coordenação, professores e funcionários do Curso de Mestrado da Universidade Católica de Temuco, em especial, as atenções incansáveis do Andres e do Luiz.

A Joba, Aderval, Mazan, Carlos Walter, Janser, Ricardo Ribeiro, Carlos Dayrell, Leninha, Álvaro, Isabel, Elisa, Solange, Magda, Bárbara, Uli, Helinha e Rômulo pela convivência e pelas trocas inspiradoras de novas leituras sobre o sertão mineiro.

Ao Zé Leles, Brenão e Zé Renato pelo trabalho incansável, pelas informações preciosas que forneceram, mas, fundamentalmente, pela convivência inspiradora.

Ao Braulino, Elizeu, Elmir, Dona Zu e Seu João, Tião e Cristovino, que, mesmo sem saber, me fizeram compreender de onde falam os Geraizeiros.

A Dona Avelina, Adão, Terezinha, Lício, Oscarino, Claudionor, Denisar, Dona Ana, Geraldo, Lurdes, Elton, Liobino, Nico, Faustina, Denerval e outros queridos, que me fizeram compreender uma parte das muitas *Caatingas*, e de onde falam os diferentes sertanejos que nelas habitam.

Aos agricultores e dirigentes do Sindicato de Porteirinha, em

especial ao Levi, pelas muitas conversas, debates truncados, mas também caminhadas vitoriosas que me fazem cultivar a crença na possibilidade de um projeto que passe pela insubordinação política e econômica dos que *falam de baixo*.

Aos meus irmãos e aos meus pais, que juntos aprendemos *querer bem* as pessoas e as coisas das cercanias da Serra do Espinhaço.

E, por último, aos tropeiros, que durante toda a minha infância desciam a *Serra da Lavrinha*, cujo barulho de esporas, aboio, o trilhar dos cascos dos burros sobre a serra, ecoam desde sempre em meus ouvidos.

Eu, João Silveira d'Angelis Filho, declaro que sou autor do presente trabalho, que foi por mim realizado em sua integridade e não foi publicado para obter outros graus ou títulos, ou mesmo em revistas especializadas. Declaro que não contei com a colaboração de terceiros.

INDICE

INDICE	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
LISTA DE SIGLAS	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTAS DE GRÁFICOS	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	10
DES-ENVOLVIMENTO E DES-IGUALDADES: MAGNITUDES E IMPLICAÇÕES	10
CAPÍTULO II.....	34
A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO	34
2.1 Camponeses e Sertanejos: Pagãos, Selvagens e Subdesenvolvidos.....	35
2.2. Sustentabilidade e Agricultura	42
2.3 A inserção do setor agro nas políticas de reestruturação produtiva na América Latina e no Brasil.....	51
2.4 Dilemas e tensões em torno de uma nova arquitetura institucional.....	66
CAPÍTULO III	78
DO LOCAL AO SUPRALOCAL: O CASO DOS CAATINGUEIROS E GERAIZEIROS NA REGIÃO DE PORTEIRINHA	78
3.1. O Contexto Norte-Mineiro	80
3.2 Repensando a escala local	91
3.3 Os mecanismos de extração de riquezas e as estratégias locais de reposicionamento da agricultura	103
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	121

RESUMO

Essa dissertação busca analisar o processo crescente de empobrecimento dos agricultores familiares e dos pequenos municípios rurais, mostrando que o mesmo está, em grande medida, relacionado à ausência de políticas de defesa dos mecanismos de extração de excedentes que “a economia maior” exerce sobre a agricultura local. O estudo, realizado na microrregião de Porteirinha, Norte de Minas Gerais, busca compreender esse processo através da análise de cinco vetores - perda de mão-de-obra forçada pela migração, sistemas de parcerias e arrendamento de terras, restrições de acesso ao mercado, transferências para o setor de insumos e serviços, e impostos diretos aplicados à agricultura. A análise desses vetores mostra que os mesmos encetam perdas em uma ordem de valor quase seis vezes maior que o atual VBP desta região. Contrastando os dados coletados sobre a agricultura local, com aqueles colhidos em um projeto de assentamento de reforma agrária em bases agroecológicas – a Tapera, fica evidenciado o papel potencial da agroecologia como estratégia de interação mais favorável da agricultura com os mercados, reduzindo os níveis de transferência de riqueza do setor para os centros dinâmicos da economia. O estudo de caso indica que é possível colocar em marcha um processo de inversão epistemológica, onde os agricultores, historicamente subalternizados, ganham voz própria, subvertem e se apresentam como uma alternativa de reposicionamento da agricultura e da economia local.

ABSTRACT

This dissertation is a search for analyzing the growing impoverishment process of the family agriculture workers and of the small rural towns. It shows that this impoverishment process is in a great deal related to the absence of policies for protecting the mechanisms of extraction of the exceeding products that 'large scale economy' exerts on the local agriculture. This study carried out in the micro-region of the town of Porteirinha, located in the North of the State of Minas Gerais – Brazil, is aimed at understanding such process through the analysis of five factors: the losing of labor due to forced migration; systems of partnership and land rental for farming; restrictions of access of the products to the markets; transferences of investments to the sectors of manufacturing and services; and direct government taxes on agriculture. Only these factors by themselves initiate a process of losses at a rate of six times the value of the present VBC (Valor Bruto dos Produtos – Gross Cost of Products) in the region. Contrasting collected data involving the local agriculture with those collected at Tapera, a land reform settlement project in which ecological and agricultural techniques are used, it becomes evident that ecological agriculture plays a potential role as an interaction strategy that is more favorable in linking agriculture and markets, and this fact reduces the levels of capital transferences from farming to dynamic centers of the economy. The present case study indicates that it is possible to develop a process of epistemological inversion in which land workers, which historically have been placed aside, become active by themselves. Therefore, they invert the situation and present themselves as an alternative for restructuring agriculture and the local economy.

Key words: impoverishment, family agriculture, VBP, ecological agriculture, land reform settlement project, local economy.

LISTA DE SIGLAS

CAA	- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CUT	- Central Única dos Trabalhadores – Regional Norte de Minas
FETAEMG	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
DRP	- Diagnóstico Rápido Participativo
DSA	- Diagnóstico de Sistemas Agrários
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IEF	- Instituto Estadual de Florestas
ISS	- Imposto Sobre Serviços
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto Sobre Mercadoria e Serviços
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	- Organização Não-Governamental
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES	- Universidade Estadual de Montes Claros
VPB	- Valor Bruto da Produção

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.	Círculo virtuoso da sustentabilidade.....	14
Figura 2.	Enfoque econômico da produção.....	22
Figura 3.	Fluxo de matéria e energia do ecossistema e da economia	29
Figura 4.	Biomassas de Minas.....	82
Figura 5.	Imagens de Satélites. Região do Vale do Gurutuba.....	86
Figura 6.	Imagens de Satélites. Região da Serra do Espinhaço.....	86
Figura 7.	Mecanismos de Extração de Riqueza - Local & Supralocal.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Fluxo de inversões estrangeiras diretas (em bilhões de dólares).....	18
Tabela 2. Impostos diretos e indiretos aplicados à agricultura em 18 países, entre 1960 e 1984 (% média para o período).....	57
Tabela 3. Produção estimada da atividade agroextrativista na porção do território coberto pelos cerrados	108
Tabela 4. Produção estimada da atividade agroextrativista na porção do território coberto por vegetações de caatinga	109
Tabela 5. Composição dos custos monetários (agricultor de Porteirinha).....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Processo de geração de excedente e capitalização campesina.....	6
Quadro 2. Fases de produção e reprodução e indicadores dos mecanismos de extração de riqueza.	7
Quadro 3. Enfoque e perspectivas para a ação local.....	69

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Curva Kuznets, meio ambiente em “U”.....	19
Gráfico 2. Evolução do PIB.....	62
Gráfico 3. Pessoal ocupado em Minas Gerais, Norte de Minas, e Porteirinha....	86
Gráfico 4. Valor Bruto da Produção - VBP Médio por Unidade de Trabalho Familiar - UTF em Porteirinha, Participação % por Faixa de Renda & Salário Mínimo.....	106
Gráfico 5. Receita e Despesa do Sistema de Produção – Agricultor de Porteirinha.....	109
Gráfico 6. Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), Agricultor de Genipapinho, Porteirinha.....	110
Gráfico 7. Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), produtores de Banana, comunidade de Dengoso, Porteirinha-MG	111
Gráfico 8. Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF)/ Meeiro Angico, Porteirinha.....	111
Gráfico 9. Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), Assentamento Tapera, Riacho dos Machados.....	112
Gráfico 10. Valor Bruto da Produção (VBP) Médio por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) em Porteirinha por faixa de Renda, e no P. A. Tapera & Salário Mínimo.....	114

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como hipótese central que o crescente processo de empobrecimento dos agricultores familiares e dos pequenos municípios rurais está, em grande medida, relacionado à ausência de políticas de defesa dos mecanismos de extração de excedentes que “a economia maior” exerce sobre a agricultura local. Para tanto, trabalhamos com as variáveis sintetizadas no quadro 2, apresentado no final da introdução, que busca relacionar os vetores do processo de empobrecimento dos agricultores, a agricultura e o conjunto da economia municipal, procurando evidenciar os mecanismos de extração de excedentes sobre a agricultura local. Em seguida, buscamos contrastar os dados coletados sobre a agricultura local com aqueles colhidos de um projeto de assentamento de reforma agrária em bases agroecológicas – a Tapera. Aí destacamos o papel potencial da agroecologia como estratégia de interação mais favorável da agricultura com os mercados, reduzindo os níveis de transferência de riqueza da agricultura para os centros dinâmicos da economia, produtores de bens e serviços de alto valor agregado.

Como ponto de partida para a análise do processo de extração de excedentes sobre o espaço local, tomamos como referência a forma como a economia campesina se organiza localmente, enquanto unidades individuais, e como esta se articula e interage com os mercados locais e regionais. A referência usada para orientar o processo de investigação foi o modelo de análise apresentado por Yurjevic (1999), marco conceitual para enfrentar a *capitalización campesina* em economias globalizadas. Esse modelo busca compreender o processo de gestão econômica, produtiva, social, ambiental e política que a família campesina utiliza

para gerar excedente econômico que satisfaça suas necessidades de *reproducción* e *producción*. Do ponto de vista operativo, isto exige analisar as variáveis que ampliam as oportunidades da família e os mecanismos que a economia utiliza para apropriar-se de seu valor agregado.

Esta proposta, sintetizada no quadro 1, estabelece uma divisão em quatro fases, que correspondem ao ordenamento do processo de decisão da família camponesa, na sua “luta” para produzir e se reproduzir. O ordenamento permite identificar as interconexões existentes no enredamento do processo produtivo e reprodutivo do setor agro, possibilitando identificar políticas mais adequadas para a luta contra a pobreza e a sustentabilidade em áreas rurais.

No quadro 2, são ordenados um *rol* de indicadores com sugestão de retificadores dos mecanismos de extração de riqueza sobre uma família camponesa, para cada fase do processo de produção e reprodução econômica. Nesse estudo não nos propusemos a percorrer todas estas variáveis e indicadores, pois precisaríamos empreender anos de investigação. Buscamos selecionar alguns indicadores destacados no quadro 2, sendo eles: a perda de mão-de-obra forçada pela migração, parcerias, transferências para o setor de insumos e serviços, e impostos diretos aplicados à agricultura.

O tipo de investigação realizada foi um estudo de caso. A pesquisa de campo foi feita utilizando dois tipos de instrumentos: o método de entrevistas semi-estruturadas, somado ao método de investigação do território, como instrumentos complementares, e ainda, o mecanismo de cruzamento e triangulação de informações, como instrumento de verificação das mesmas.

As entrevistas semi-estruturadas foram dirigidas a agricultores de base, lideranças rurais, empresas de assistência técnica e de elaboração de projetos agropecuários, agentes de crédito, agro-industriais, comerciantes, câmaras de vereadores, departamentos e prefeituras municipais, identificando e cobrindo o conjunto de setores e atores que constituem os vetores mais significativos na dinâmica econômica local.

A etapa de investigação do território foi realizada utilizando instrumentos participativos como o DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) e o DSA (Diagnóstico de Sistemas Agrários), com o objetivo de empreender uma mirada exploratória da realidade estudada, incorporando os conhecimentos e a visão dos agricultores e organizações locais. Esta etapa foi combinada com uma intervenção realizada pelo CAA¹ na microrregião de Porteirinha, buscando viabilizar o estudo do ponto de vista financeiro e de pessoal, e, ao mesmo tempo, complementar o trabalho da entidade.

O processo de investigação foi inserido na execução de um programa de desenvolvimento local do CAA, em uma etapa de assessoria e elaboração de um plano de gestão territorial do Vale do rio Mosquito, microrregião de Porteirinha, Norte do estado de Minas Gerais.

Como fontes de informações primárias, foram utilizados as entrevistas e os estudos dos sistemas de produção, realizados durante o diagnóstico exploratório do território. Foram sistematizadas informações de 200 entrevistas, buscando ser o mais representativo possível do conjunto de agricultores da região em estudo. Para enriquecer a análise dos dados coletados, buscamos fontes de

¹ O CAA é uma organização não governamental, que atua na região a 20 anos, no apoio ao desenvolvimento de iniciativas no campo agroecologia e da organização social de camponeses na região Norte de Minas.

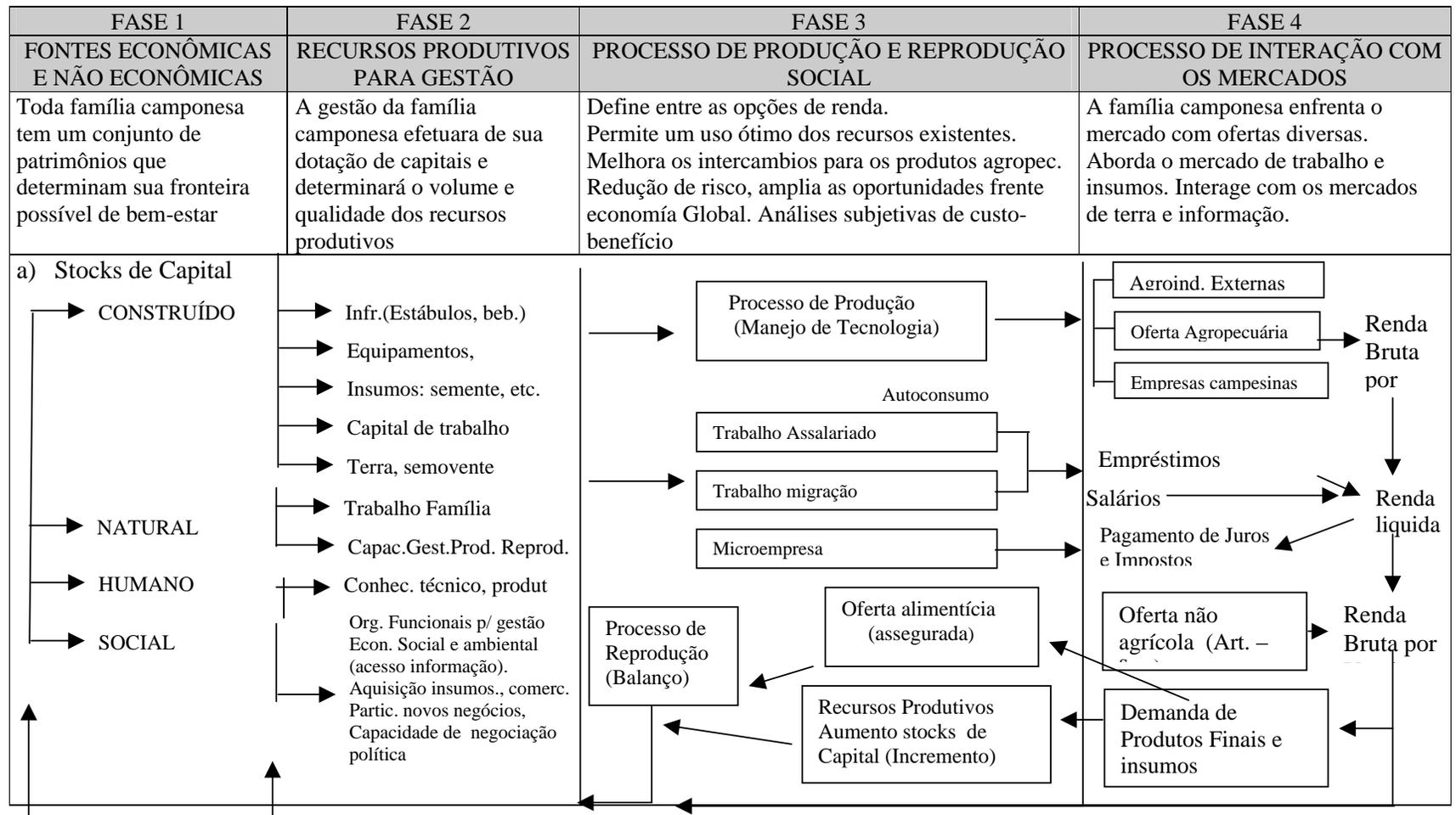
informações secundárias existentes, como dados censitários disponíveis em levantamentos do IBGE, da Fundação João Pinheiro, de relatórios da SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais), de teses e estudos desenvolvidos sobre a região.

A abordagem do tema está organizada da seguinte forma ao longo da dissertação: o capítulo I traz uma discussão teórica sobre desenvolvimento, desde uma perspectiva crítica. Procuramos abordar a questão a partir da crítica à idéia do desenvolvimento como redenção dos povos dos países periféricos, dentro de uma supra-estrutura de cobertura planetária; passando pela crítica à economia neoclássica e seu caráter crematício, vinda do campo da economia ecológica. A seguir, elaboramos uma crítica à ideologia do desenvolvimento como único caminho, especialmente para aqueles que habitam a periferia do sistema. E, por fim, buscamos construir uma crítica à própria idéia do *desenvolvimento sustentável*.

O capítulo II discute as articulações entre agricultura e desenvolvimento. Primeiro remontamos à construção do imaginário sobre o camponês, desde a Antigüidade e a formação das cidades em tempos medievais, até a cunhagem metafórica contemporânea dos *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, no intuito de compreender a articulação desigual entre as políticas de desenvolvimento urbano-industrial e o mundo rural. A seguir, discutimos os atuais dilemas e disputas em torno do debate da sustentabilidade na agricultura, bem como, as novas articulações econômicas que se estabelecem em torno do setor, a partir de sua inserção no conjunto das políticas macroeconômicas de reestruturação produtiva. E, por último, discutimos questões relativas à nova arquitetura institucional que se apresenta, com as mudanças nas relações entre o estado, o setor privado e a sociedade civil.

O capítulo III analisa as políticas locais para o desenvolvimento do Norte de Minas Gerais, através de um estudo de caso realizado com os camponeses de Porteirinha, denominados *Caatingueiros e Geraizeiros*. Primeiro, movemos esforços para compreender o contexto em que a agricultura local está imbricada, inscrevendo-a na paisagem de Minas, Norte Mineira e local, num movimento de aproximação progressiva. A seguir, analisamos a abordagem do trabalho desenvolvido pelo CAA e parceiros locais, enquanto referência de estratégia de revalorização e fortalecimento da agricultura, centrada na gestão de territórios. E, por último, buscamos analisar os mecanismos de extração de riqueza que a “economia maior” exerce sobre a agricultura local, bem como, o papel da agroecologia como estratégia de mitigação desse processo.

QUADRO 1 : Processo de geração de excedente e capitalização camponesa



Fonte: Yurjevic, 1999.

QUADRO 2: Fases de produção e reprodução e indicadores dos mecanismos de extração de riqueza.

Variável	Fases da prod. e reprod.	Indicador	Verificador	Somatório de perdas regionais
❑ Mecanismo de extração	❑ Fase 1: Fontes econômicas e não econômicas	❑ Câmbios no acesso a terras	❑ Valor de uso das terras perdidas pela agricultura familiar	❑ Soma do valor de uso das terras perdidas pela agricultura familiar.
		❑ Perda de mão-de-obra, forçada pela migração	❑ Valor e número dos dias de serviço perdidos com a migração	❑ Somatório do número de migrantes, vezes o valor do dia de trabalho.
		❑ Destruição dos ecossistemas.	❑ Redução na produção, por impactos ambientais	❑ Estimativa do valor total da produção reduzida.
	❑ Fase 2: Recursos produtivos para gestão econômica	❑ Arrendamento das terras com efetivos monetários	❑ Valor pago em efetivo (US\$)	❑ Soma do valor pago em efetivo (US\$).
		❑ Parcerias	❑ Valor pago sobre a produção	❑ Soma do valor pago sobre a produção.
		❑ Impedimentos legais ao funcionamento de associações de agricultores	❑ Recursos perdidos com impedimentos legais.	❑ Recursos perdidos com impedimentos legais.
Variável	Fases da prod. e reprod.	Indicador	Verificador	Somatório de perdas regionais
❑ Mecanismo de extração	❑ Fase 3: a) processo de produção	❑ Não acesso a mercados	❑ Produção perdida por falta de mercado	❑ Somatória do valor da produção perdida por falta de acesso a mercados

	produção	<input type="checkbox"/> Troca de trabalho por pagamento a uso da terra	<input type="checkbox"/> Valor do trabalho destinado ao pagamento de uso da terra	<p>acesso a mercados.</p> <input type="checkbox"/> Soma do valor do trabalho destinado ao pagamento de uso da terra.	
		<input type="checkbox"/> Redução do poder de compra de insumos	<input type="checkbox"/> Valores perdidos na compra de insumo, relação de valor; insumos: produtos por ano.		<input type="checkbox"/> Somatório dos valores perdidos na compra de insumo, relação de valor; insumos: produtos, por ano.
		<input type="checkbox"/> Transferências para o setor de insumos e serviços	<input type="checkbox"/> Valor das transferências		<input type="checkbox"/> Somatório dos efetivos perdidos na compra de insumo, relação de valor; bens: produtos, por ano.
	<input type="checkbox"/> Fase 4: Processo de intercâmbio com os mercados	<input type="checkbox"/> Diminuição do poder de compra de bens de consumo	<input type="checkbox"/> Valores perdidos na compra de bens de consumo, relação de valor; bens: produtos, por ano		<input type="checkbox"/> Somatório dos efetivos transferidos para o fisco pela agricultura.
		<input type="checkbox"/> Impostos diretos e indiretos aplicados à agricultura	<input type="checkbox"/> Valores transferidos para o fisco pela agricultura		<input type="checkbox"/> Somatório dos efetivos gastos com transaciones (transporte, taxas, serviços).
		<input type="checkbox"/> Custo de transaciones	<input type="checkbox"/> Efetivos gastos com transaciones (transporte, taxas, serviços)		

Variável	Fases da prod. e reprod.	Indicador	Verificador	Somatório de perdas regionais
		<input type="checkbox"/> Excesso de intermediários	<input type="checkbox"/> Efetivos retidos pelo setor de intermediação	<input type="checkbox"/> Soma dos efetivos retidos pelo setor de intermediação.
		<input type="checkbox"/> Juros pagos para financiamento de ativos (investimentos)	<input type="checkbox"/> Efetivo retido por bancos em pagamento de juros de empréstimos contraídos para financiamento de investimentos.	<input type="checkbox"/> Somatório do efetivo retido por bancos em pagamento de juros de empréstimos contraídos para financiamento de investimentos.
		<input type="checkbox"/> Juros pagos para financiamento de custeio da produção	<input type="checkbox"/> Efetivo retido por bancos em pagamentos de juros de empréstimos contraídos para financiamento de custeio da produção	<input type="checkbox"/> Soma do efetivo retido por bancos em pagamentos de juros de empréstimos contraídos para financiamento de custeio da produção.

Autor: d'Angelis (2005)

Fonte: Yurjervic (2000).

CAPÍTULO I

DES-ENVOLVIMENTO E DES-IGUALDADES: MAGNITUDES E

IMPLICAÇÕES

O desenvolvimento, analisado desde uma perspectiva crítica, revela que o mesmo é uma das mais poderosas ideologias ou mitos da atualidade. Neste capítulo, o debate em torno do desenvolvimento é apresentado através de autores como Sachs (2000), Esteva (2000), Ulrich (2000), Touraine (1994), Prebisch (1984), Furtado (1992 e 1996), Hauwerneien (1998), Yurjevic (1999), Amartya Sen (2000), Max-Neff (1985 e 1996), Leff (1998) e outros.

Para abordar a questão da crítica ao crescimento econômico, acionamos especialmente as contribuições de Celso Furtado (1996), onde a idéia do desenvolvimento econômico é vista como um simples mito, que dá cobertura à dominação dos povos dos países periféricos, dentro de uma supra-estrutura de cobertura planetária. Passando pela crítica à economia neoclássica e seu caráter crematício, vindas do campo da economia ecológica, são aportadas contribuições especialmente por Yurjevic (1999), Alier (1992 e 1995) e Hauwermeiren (1998), autores influenciados pelo genial pensador Romeno, Nicolas Georgescu-Roegen. As contribuições vindas da abordagem do desenvolvimento humano são apresentadas por Amartya Sen (2000) e Max-Neff (1985 e 1986). Buscamos construir uma crítica à própria ideologia do desenvolvimento, a partir de contribuições vindas especialmente de Wolfgang Sachs (2000), Gustavo Esteva (2000), Gilbert Rist (1997), Touraine (1994), Boaventura de Souza Santos (2002) e Henrique Leff

(1998), mostrando que não há lugar no futuro para todos que percorrem a trilha do desenvolvimento como único caminho, especialmente para aqueles que habitam a periferia do sistema.

A visão econômica neoclássica que tem norteado os rumos do desenvolvimento das sociedades modernas, baseada no crescimento econômico como a garantia do bem estar social, é criticada pelo dogmatismo do livre comércio e por tratar a produção e o consumo isolados do contexto ambiental. É analisada também a contribuição da economia ecológica enquanto um esforço de compreensão das relações entre os ecossistemas e os sistemas econômicos, e são acrescentados ainda, outros elementos ao debate dos objetivos fundamentais do desenvolvimento, para fora da arena economicista.

Ainda no século XVIII, a noção de que a paz seria fruto da justiça perdeu terreno para a crença de esta que seria resultado do avanço do processo civilizatório da humanidade. A Europa das luzes se coloca como condutora do fio da história universal. A contradição gerada pelas tensões criadas pelas diferentes culturas foi resolvida: a escala evolucionária num eixo temporal conduzida pela razão e liberdade se encarregaria da superação da intolerância e do preconceito, para o nascimento dos tempos da harmonia, da civilidade e do progresso (Sachs, 2000: 358).

A idéia de progresso quis impor a identidade do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional (Touraine,1994:71), quis, sobretudo, impor o triunfo da razão sobre a tradição em um mundo antes povoado pelos Deuses. Para Touraine (1994:72) o ideário da modernidade vem assegurar a continuidade fundamental entre o século das luzes e a era do progresso. A idéia de

progresso vem talhar a identidade entre as políticas de desenvolvimento e o triunfo da razão, anunciando a aplicação da ciência à política.

O Iluminismo de Montesquieu *descobriu o comércio como meio de refinar os bons costumes*: a razão calculista e a frieza do interesse comercial seriam capazes de diluir o caldo da paixão pela guerra e os caprichos da tirania (Sachs, 2000:359). Em um mundo estremecido pela guerra, na balada da crença da paz como amiga do progresso e inimiga da diversidade cultural, o segundo quarto do século XX veio a ser o momento central na nossa história em que *a idéia da modernidade, do progresso triunfa não deixando que mais nada subsista ao seu lado*. No protocolo da Declaração das Nações Unidas, a busca pela paz esta estreitamente relacionada a este ideário (Touraine, 1994: 72).

Para os fundadores das Nações Unidas, a construção da paz e da unidade entre as nações seria consequência de um sistema mundial de comércio com tentáculos sobre os mais distantes rincões do planeta. Toma relevo novamente a percepção evolucionista: a unidade mundial é concebida como sua ocidentalização. Levar o progresso por toda parte em uma trilha a ser percorrida por todos os povos passa a se constituir numa missão pela paz. A violência e o poder das armas daria lugar ao espírito do comércio, à competição entre nações e ao interesse mútuo, nasceria daí um mundo *onde as mercadorias estivessem em circulação e as armas ficariam em silêncio*. Conforme acreditaram, *a conquista de territórios estrangeiros por estados beligerantes deu lugar à conquista de mercados estrangeiros por indústrias a cata de lucros*. *A ordem global, após a Segunda Guerra Mundial, foi concebida em termos de mercado mundial unificado* (Sachs, 2000: 359).

A ideologia dos interesses mútuos que impulsiona o intercâmbio de bens, serviços e capitais entre países, regiões e localidades, nutre-se da teoria das vantagens comparativas, que passa a constituir-se no núcleo da doutrina econômica sobre os efeitos positivos e quase milagrosos da liberalização do comércio. Tal teoria aparece pela primeira vez na obra de David Ricardo, ainda no início do século XIX, onde o autor tenta demonstrar as vantagens do intercâmbio de telas e vinhos, entre a Inglaterra e Portugal, em que os dois países saíam ganhando. Segundo a doutrina econômica da vantagem comparativa, seria vantajoso para todos se cada nação se especializasse em áreas em que as condições históricas e a natureza a fizeram especialmente vocacionada, tornando-se exportadora nestas áreas e importadora nos terrenos em que é menos competitiva. Ou seja, se os custos relativos entre dois países são diferentes para produção de qualquer bem, em condição de livre comércio, ambos os países podem ganhar com a especialização na produção e comercialização do respectivo bem, com o custo interno inferior.

De acordo com esta visão o comércio e a especialização produtiva trariam como resultado: aumento da produção a níveis maiores do que o alcançado por países que tentassem auto-suficiência isoladamente; aumento da capacidade produtiva para satisfazer os desejos dos consumidores; aumento da taxa de crescimento da economia que traria como resultado para os países a obtenção de mais ingressos para repartir.

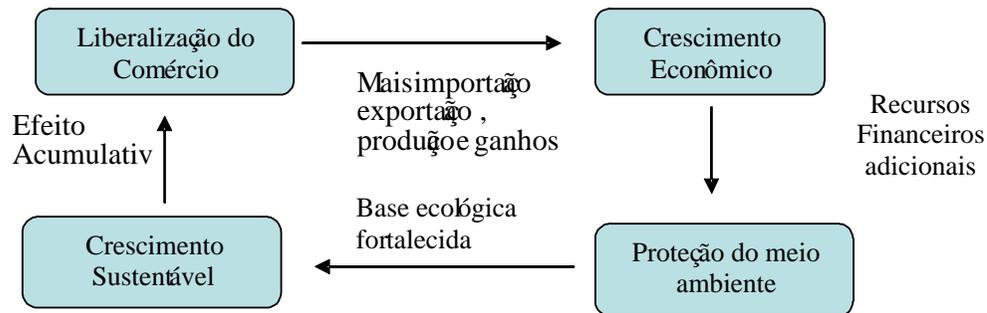


FIGURA 1 : Círculo virtuoso da sustentabilidade
 FONTE: Hauwermeiren (1998:212)

A figura 1, esquema conhecido por círculo virtuoso da sustentabilidade, resume o pensamento daqueles que acreditam na liberalização do comércio como instrumento detonador de um desenvolvimento sustentável. De acordo com esta visão, a liberalização do comércio internacional é um instrumento que promove o crescimento econômico e este proporciona novos recursos para melhorar o meio ambiente. O meio ambiente, por sua vez, oferta os recursos que vão sustentar a base do crescimento econômico e a expansão do comércio.

Como reação ao dogma do livre comércio surge uma série de argumentos protecionistas. Sobretudo os argumentos relativos a “indústria nascente” se tornaram importantes para os países que quiseram proteger suas indústrias, especialmente em uma “primeira fase do desenvolvimento”, quando estas ainda não seriam internacionalmente competitivas e sem esta proteção se tornaria impossível estabelecer uma estrutura industrial nacional. Uma série de medidas intervencionistas de proteção às indústrias nacionais (nascentes ou não) foram criadas no comércio internacional, tais como tarifas aduaneiras, quotas de importação e barreiras não tarifárias. Em tempos de liberalismo econômico, tem se tornado cada vez mais

comum as barreiras não tarifárias, como por exemplo: normas e procedimentos aduaneiros, normas administrativas sobre a qualidade dos produtos como regulamentação sanitária, etc.(Hauwermeiren, 1998: 205-208)

A teoria econômica neoclássica no campo do comércio internacional tem sofrido contundentes críticas. Desde as contribuições dos trabalhos teóricos de Raúl Prebisch, na construção da idéia de um sistema de relações internacionais “centro-periferia”, passando pela sua influência sobre as críticas Cepalinas, nas décadas de 60 e 70 em torno da teoria da dependência, até os enfoques mais críticos de hoje, a partir da perspectiva da economia ecológica. Para instigar ainda mais o debate, está ultima inclui aí um novo elemento complicador, o intercâmbio ecologicamente desigual e a dívida ecológica entre Norte e Sul.

Prebisch, em seu texto clássico de 1949, a partir de uma visão “centro-periferia”, veio contribuir para construção do núcleo de uma teoria dinâmica da economia internacional. Para ele, o sistema de divisão internacional do trabalho surgiria para atender prioritariamente os interesses dos países que estão à frente no processo de industrialização.

“Os países produtores e exportadores de matéria prima estão ligados a esse centro em função de seus recursos naturais, constituindo assim uma vasta e heterogenia periferia, incorporadas ao sistema de diferentes formas e em graus diversos”. (Prebisch apud Furtado, 1992:61)

A percepção dessa articulação global da economia capitalista, permitiu identificar, nas palavras de Furtado, *uma fratura estrutural gerada pela lenta propagação do progresso técnico e perpetuada pelo sistema de divisão internacional do trabalho que então existia* (Furtado, 1992: 62).

Os autores da teoria da dependência, influenciados decisivamente pelas contribuições teóricas de Prebisch, argumentavam que a teoria do livre comércio, joga para “debaixo do tapete”, um intercâmbio desigual produzido pela deterioração dos termos de intercâmbio e pelos efeitos produzidos pelos baixos níveis de salários. Deste ponto de vista, a maioria dos países em vias de desenvolvimento tem se especializado na exportação de produtos primários. No afã de aumentarem suas exportações, têm provocado um efeito não desejado: o aumento da oferta que, por sua vez, provoca pressão sobre os preços que tendem a baixar. Isto implica em dizer que, cada vez mais, tem que se exportar maiores quantidades de produtos primários para poder comprar bens estrangeiros.

Alguns economistas marxistas têm explicado o intercâmbio desigual pela diferença do valor do trabalho embutido nos preços dos produtos entre Norte e Sul. A produção primária com trabalho mal pago, desde os países pobres, trocada por produtos industrializados, serviços e capitais dos países ricos, implica em se trocar muitas horas de trabalho mal pago por poucas horas de trabalho bem remunerado (Hauwermeiren, 1998: 208-210). Desde o início dos anos setenta as enormes disparidades no custo da mão de obra têm motivado também uma crescente transferência de empresas industriais norte-americanas. Ora, enquanto o salário médio mensal nos Estados Unidos se situava, neste período, em torno de 1.220 dólares, em Taiwan, Cingapura, Coréia do Sul, e Hong-Kong, ele se localizava ao redor de 45, 60, 68 e 82 dólares, respectivamente (Furtado, 1992:19). Para os teóricos dependentistas, os países “atrasados” estavam nesta situação graças à pilhagem passada no processo colonizador, e ao contínuo processo de exploração capitalista a que estes países estavam submetidos.

Para Esteva (2000:66), um crítico da perspectiva evolucionista da era do desenvolvimento, o subdesenvolvimento é criação do desenvolvimento. Os teóricos latino-americanos dependentistas, ao admitir a cunhagem metafórica do desenvolvimento versus subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que reforçaram, concederam ao *poder colonizante da metáfora um caráter virulento*.

As considerações de Sachs (2000) acerca do interesse mútuo como promotor do livre comércio, ao nosso ver, sintetizam bem a crítica do livre comércio como dogma e da teoria da vantagem comparativa:

[...] mas a falha nesta linha de raciocínio é que , os países que vendem os produtos mais complexos se tornam cada vez mais fortes, porque vai ser capaz de se beneficiar dos efeitos spin-off dos processos altamente sofisticados de produção. O aparente interesse mútuo no comércio livre vai acabar fortalecendo cumulativamente uma das partes e enfraquecendo progressivamente a outra. (Sachs, 2000:360)

Para Furtado (1992:14-18) o processo de integração dos mercados nacionais, que operou como força propulsora do forte crescimento entre 1948-73, *não conduziu a formação de um sistema econômico global, mas sim, um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas estão longe de serem simétricas*. Segundo um cálculo feito pelo World Institute for Development Economics Research, em 1989, do fluxo de capitais transferidos em um escala mundial que alcançou 154 bilhões de dólares, 80 % tinham como endereço de destino os Estados Unidos. Tomando como indicador o fluxo de inversões estrangeiras no período compreendido entre 1975 e 1989, o quadro a seguir

comprova o processo crescente de marginalização das economias do terceiro mundo.

TABELA 1: Fluxo de inversões estrangeiras diretas (em bilhões de dólares)

	1975 –79	1980 – 84	1985	1989
Países desenvolvidos	21,0	36,9	95,9	161,2
Países subdesenvolvidos	6,6	16,4	12,5	18,1

FONTE: Furtado (1992: 22)

Para Ullrich (2000:339), de um modo geral, tanto o ideário colonizador vindo do Norte, como as vozes críticas vindas do Sul, acreditavam que a ciência e a tecnologia eram a causa da superioridade do Norte e a “chave milagrosa” que conduziria os países do Sul para “as montanhas ensolaradas do futuro”.

Aproximando-se os argumentos ecológicos a este debate, amplifica-se o pessimismo. Entre as mais variadas contribuições, desde as menos críticas, como a economia ambiental, por exemplo, às mais críticas, como a economia ecológica, existe hoje um certo consenso de que não é mais possível fazer correlações diretas entre o crescimento da interação econômica entre nações e o desenvolvimento, dado a complexidade das relações entre sistema econômico, bem-estar humano e meio ambiente. Para estes, passaram-se os tempos dos apologistas do desenvolvimento que acreditavam que o crescimento da economia levaria, inexoravelmente, à melhoria da qualidade de vida da população. Há sinalizações que indicam que, em um primeiro momento, especialmente em países que não alcançaram um mínimo de conquistas materiais, o crescimento econômico pode ser positivamente associado à qualidade de vida. Mas, em um segundo momento, a

relação tende a inverter-se: o crescimento começa a produzir custos sociais, ambientais e culturais que não são compensados pela elevação do consumo.

Segundo Hauwermeiren (1998), a crença de que a liberalização do comércio internacional, como força motriz do crescimento, viabilizaria a liberação de recursos para os países investirem em políticas de proteção ambiental, ou seja, que o livre comércio, o crescimento econômico e a proteção ambiental seriam finalmente compatíveis, se deve a uma confusão que se apóia na generalização da chamada curva ambiental “Kuznets”.

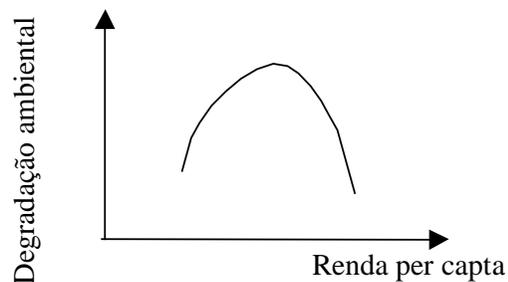


GRÁFICO 1: Curva Kuznets do meio ambiente em “U”

FONTE: Hauwermeiren (1998)

Nos anos 50, Simon Kuznets sugeriu que existiria uma relação entre crescimento econômico e distribuição de renda, que se expressaria em forma de ‘U invertido’. Em uma primeira fase do crescimento econômico, haveria uma concentração da renda que seria reduzida com um maior crescimento da economia, em um segundo momento. Mais recentemente, tem-se usado a tese de Kuznets para estudar as relações entre crescimento econômico e proteção ambiental (ver gráfico 1).

Porém, a experiência tem demonstrado, por todos os cantos do mundo, especialmente no Brasil, que é um dos países de maior concentração de renda do planeta, que a curva de Kuznets não tem nada de automática. Ao contrário, está muito relacionada a outros fatores, como por exemplo, aos investimentos realizados em capital humano e social.

Um outro argumento ecológico contrário ao dogma do livre comércio como detonador de políticas de proteção ambiental é o *dumping ecológico*². Na corrida internacional pela conquista de mercados, incentivada pelo livre comércio, para ganhar competitividade tem-se, ao contrário, fomentado a externalização dos custos ambientais.

Para Otto Ullrich (2000:348), a crença de que o progresso técnico-científico faria emergir, na vasta paisagem da periferia do mundo capitalista, países rumo às *montanhas iluminadas da prosperidade*, se constitui numa incrível ilusão. *As tecnologias industriais disponíveis são quase todas destinadas à pilhagem e à transferência de custos.* A forma norte-americana de viver, embalada pela *compulsão perdulária* de consumo e por um ritmo acelerado da moda, transforma, cada vez mais rapidamente, enlatados, alimentos plastificados de toda parte do mundo, embalagens e um sem-número de “utilidades” descartáveis de plástico, somados a inúmeros confortos que aparecem com um toque de botão, em enormes montanhas de lixo. Dois punhos dão sustentação a esta prosperidade: a habilidade de transferir custos e a pilhagem característica. Caso não viermos a utilizar novos planetas para saques de recursos naturais e para pilhagem de resíduos e poluentes, esta prosperidade encantada e tão invejada dos países industrializados, não poderá

² Existe dumping ecológico quando, no comércio internacional, se estabelecem preços que não incluem os custos ecológicos.

ser generalizada globalmente. É neste panorama que surge no mundo o debate em torno das tecnologias alternativas e a necessidade de se conviver com os limites ecossistêmicos.

O desenvolvimento como idéia guia, o progresso técnico científico e o liberalismo econômico como ideologia dos interesses mútuos, são os faróis orientadores de todas as nações, regiões e povos, mudando a face do planeta, não no sentido da redenção anunciada para os que habitam a periferia do sistema, mas sim acentuando as assimetrias. As disparidades tomam envergadura planetária. Enquanto em 1960 os países do Norte eram 20 vezes mais ricos que os do Sul, vinte anos depois, essa proporção havia aumentado para 46 vezes (Sachs, 2000:14). Segundo o relatório do desenvolvimento mundial, produzido pelo Banco Mundial em 1988, o PNB per capita dos 20 países capitalistas mais ricos, era de US\$ 12.960 em 1986, com uma taxa de crescimento anual de 2,3%. Neste período, o PNB per capita dos 33 países mais pobres era de US\$ 270, com uma taxa de crescimento de 3,1%. Excluindo a Índia e a China dos cálculos, a taxa de crescimento média é de apenas 0,5%. Obviamente, se permanecem as atuais regras de funcionamento do fluxo de riqueza internacional, a perspectiva que se tem é de amplificação exponencial das desigualdades (Lummis, 2000:108).

Nas ondulações uniformizadoras para implantação de um paradigma comum de desenvolvimento, a sociedade brasileira e latino-americana passa por um momento delicado, enfrentando desafios enormes para o seu projeto de consolidação democrática, tendo como substrato uma profunda crise de ordem social, institucional e econômica. A crise de ordem social revela dados contundentes de miséria, desemprego, subemprego, fome e aumento de violência. Outra crise, de ordem institucional -moral, ética e política, é construída pela prática de gestão de

políticas pautadas nas ações de instituições do Estado, onde o clientelismo, o patrimonialismo e a corrupção constituem o cerne do sistema. A crise de ordem econômica, decorrente das políticas para o desenvolvimento econômico nacional e regional, nas quais os estados sempre patrocinaram as mega empresas nacionais e transnacionais com subsídios e incentivos fiscais, configurando uma formatação econômica, cada vez mais, bimodal – ricos e pobres, excluindo de forma perversa setores menos dinâmicos da economia, distantes do poder e dos centros de decisão.

Acreditamos ser o ponto de partida desta crise, a visão econômica neoclássica que tem norteado os rumos do desenvolvimento das sociedades modernas, onde a América Latina, o Brasil e o Norte de Minas se inserem de forma periférica.

A economia neoclássica, também chamada de convencional, vê os sistemas econômicos funcionando como um movimento em espiral ascendente entre produção e consumo, lubrificado permanentemente pelo dinheiro (Dayrell, 1998).

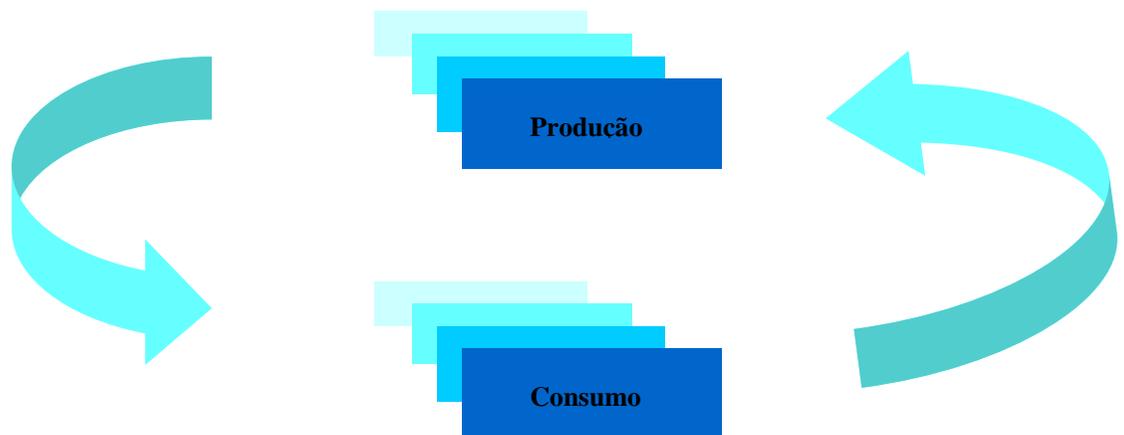


FIGURA 2: Enfoque econômico da produção

FONTE: modificado a partir de Davrell (1998)

A produção e o consumo são tratados de forma isolada do contexto ambiental e o crescimento econômico é considerado como a garantia do bem-estar social e do ingresso disponível (Yurjevic, 1999), sendo o PNB per capita o principal indicador do desenvolvimento.

O crescimento econômico diz respeito à renda global, baseando-se na expansão produtiva dos vários subconjuntos econômicos. Sendo apenas uma expansão da renda bruta que uma determinada economia pode gerar (Silva, 1999), o mesmo não indica, necessariamente, mudanças na qualidade de vida e nas relações sociais. Portanto, o desenvolvimento pautado somente no crescimento econômico, como no caso da América Latina, resulta apenas em uma maior circulação de capital e uma maior produção de mercadorias. Este padrão de desenvolvimento é produto das inversões de capital acumulado na poupança existente. A poupança é resultado da elevação da renda per capita, que deve ser otimizada pela lógica de deslocamento para regiões e setores que ofereçam vantagens comparativas. Como o capital é espacialmente e socialmente concentrado, esta lógica conduz ao que se pode chamar de crescimento desigual. Para a economia política, crescimento desigual é produto da distribuição desigual dos ingressos.

No início da década de 90, momento de expansão do totalitarismo ideológico nos círculos oficiais internacionais, em que o debate internacional estava cada vez mais dominado pela ortodoxia econômica neoclássica, pautada em valores meramente econômicos e de livre mercado, surge um novo método proposto pelo PNUD como indicador de desenvolvimento - o índice de desenvolvimento humano. O IDH recupera dimensões qualitativas da vida humana como qualidade da educação, saúde, distribuição de renda e esperança de vida,

introduzindo novas questões importantes e critérios sobre a necessidade urgente de se redefinir o que é o desenvolvimento (Sutcliffe, 1993).

O desenvolvimento centrado nas pessoas e não nas coisas constitui o postulado básico da crítica ao paradigma do desenvolvimento tradicional. Nesse terreno, as contribuições de Max-Neff são merecedoras de relevo especial. Para Max-Neff (1986), uma nova perspectiva de desenvolvimento e uma nova economia só emergirá soterrando indicadores como produto geográfico bruto, parafraseando-o: indicadores *de crescimento quantitativo dos objetos* têm que ser substituídos por indicadores *de crescimento qualitativo das pessoas*. Esse autor incorpora importantes elementos ao debate em torno das inúmeras perguntas que emergiam dos esforços teóricos na “caçada” aos indicadores qualitativos do desenvolvimento. Se o objetivo do desenvolvimento é elevar a qualidade de vida das pessoas, o que efetivamente define esta qualidade de vida? Se a qualidade de vida é definida em função das possibilidades de satisfação das necessidades, quais e quem define estas necessidades fundamentais? Para Max-Neff (1985: 237-240, 1986), a interpretação de que as necessidades humanas são infinitas, que estão constantemente cambiando, que variam de uma cultura para outra e que são diferentes de um período histórico para outro, é incorreta e decorrente de um grave erro conceitual. Trata-se de uma confusão entre o que são necessidades humanas e o que são *satisfatores* destas necessidades, ou seja, fatores de satisfação destas necessidades. Desagregando as necessidades em categorias existenciais - ser, ter, fazer e estar - e segundo a categoria de valores, o autor propõe o seguinte sistema de categorização das necessidades fundamentais: necessidades de permanência (subsistência), proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Nessa abordagem, a educação, seja ela formal ou informal, não é uma necessidade humana, e sim um

satisfator da necessidade de entendimento. A saúde e o sistema curativo ou de prevenção também não são necessidades, e sim *satisfatores* da necessidade de proteção. A moradia, a alimentação e o vestuário também não devem ser considerados como necessidades, e sim *satisfatores* da necessidade de permanência (ou subsistência). Nessa perspectiva, o que cambia com o processo histórico e com as culturas não são as necessidades básicas e sim a forma para a satisfação destas necessidades ou o *satisfator*. As mudanças operam na eleição da qualidade e da quantidade do fator de satisfação que se relaciona com as possibilidades de ter ou não, acesso ao fator requerido.

A partir desse enfoque, é possível questionar o conceito de pobreza definido pelo limiar dos que estão abaixo de um certo nível de renda. Esta referencia para definição de pobreza, deixa de lado outros campos das necessidades humanas básicas. Por este prisma não existe uma só pobreza, existem na verdade muitas pobrezas. Enquanto um menino de rua se desloca pela cidade de São Paulo, pendurado nos estribos de ônibus, movendo-se como o dono da rua e da noite, faltando-lhe comida e renda, os moradores do Morumbi, se escondem em carros blindados e vivem como “enchiqueirados” em suas residências, em meio ao medo das ruas. Manifesta-se aí um outro tipo de carência de necessidade humana básica, a proteção, sem a qual as pessoas não vivem com saúde mental e alegria. Está aí uma outra manifestação de pobreza.

Nosso país, que se singulariza pelo vasto território, com enormes estoques de riquezas naturais, ao mesmo tempo abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e mesmo famintas. A solução para a superação deste problema, antes de ser de natureza econômica, como bem expôs o economista hindu Amartya Sen (2000), Prêmio Nobel de economia, é de natureza política. Para o

autor, o problema da pobreza endêmica e da fome epidêmica, espalhada por vastos campos do mundo atual, não depende prioritariamente de aumento da oferta de bens essenciais nos países em que esta está localizada. Para participar da distribuição da renda social, é necessário que o cidadão esteja habilitado por títulos de propriedade, como terra e moradia, por exemplo, e qualificado para se inserir no sistema produtivo. Tal perspectiva é chamada pelo autor do “enfoque da habilitação”. Em muitas regiões de concentração de pobreza, o processo de habilitação está bloqueado. No campo a falta de acesso a terra priva uma imensa massa de agricultores do exercício da atividade agrícola ou os leva a pagar valores escorchantes pelo uso de terras arrendadas. Nas cidades uma imensa massa de trabalhadores urbanos que não está habilitada para ter acesso à moradia, se esconde em ocupações nas periferias, impulsionando o fenômeno da favelização, ou é forçada a pagar alugueis, drenando fatia substancial dos seus salários. O aparelho institucional que permite a concentração e a especulação o solo urbano e rural, respondem pelas múltiplas expressões do processo de miserabilização de grandes massas da população. A pobreza massiva presente na vasta paisagem do mundo subdesenvolvido, freqüentemente tem como ponto de partida a privação do acesso a terra, a moradia e aos recursos ambientais. Esse problema estrutural não encontra resposta nos mecanismos de mercado, solução para a maioria dos problemas em tempos de hegemonia do dogma do livre mercado (Furtado, 1999:32-33).

Amartya Sen (2000) acrescenta outros elementos ao debate dos objetivos fundamentais do desenvolvimento, para fora da arena economicista. Para ele, o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas significa dirigir a atenção para os fins que o tornam

importante, em vez de restringi-la aos meios (como por exemplo, o crescimento econômico). O autor sugere em seus estudos cinco tipos distintos de liberdade, numa perspectiva instrumental: (1) *liberdades políticas*, (2) *facilidades econômicas*, (3) *oportunidades sociais*, (4) *garantias de transparência*, (5) *segurança protetora*. Aspectos da vida humana que, agindo sinergicamente, ajudam a promover as capacidades gerais da pessoa humana. O desenvolvimento, sob esta ótica, requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos. O enfoque do “desenvolvimento como liberdade” do economista hindu, incorpora novos elementos ao debate dos objetivos do desenvolvimento, já discutidos, na década de oitenta, por outro Nobel da economia (o Nobel Alternativo), o latino-americano, que não é do Banco Mundial, Max-Neff, em seus postulados acerca do *Desarrollo a uma Escala Humana*.

Incluindo a variável ambiental, ou seja, os efeitos sobre a capacidade de suporte dos ecossistemas, na equação do desenvolvimento, a situação complica-se ainda mais. Os teóricos da economia ecológica incorporam novos componentes de análise e indicadores de desenvolvimento fundamentais para serem acrescentados ao debate.

Falecido em 1994 em Nashville (Tennessee, EUA) o genial pensador Romeno, Nicolas Georgescu-Roegen aos 88 anos, deixa para traz em turbulência, a atmosfera do paradigma da economia neoclássica. Ainda em tempos de euforia desenvolvimentista, Georgescu entra em coalizão com o paradigma que une todas as correntes do pensamento econômico ao propor que a termodinâmica é muito mais pertinente para a economia do que a mecânica. Em duas de suas obras, *The*

entropy law and the economic process (Harvard, 1971) e *Energy and economic myths; institutional and analytical economic essays* (Pergaman: 1976), Georgescu procurou explicar que caso a economia passasse a raciocinar e pensar a administração dos recursos para manutenção da qualidade de vida em prazos mais elásticos, ela se daria conta de que teria que ser considerada uma subdisciplina da ecologia. Segundo Georgescu citado por Veiga (2000: 74-75) e Hauwermeiren (1998: 53-55), o crescimento econômico moderno baseou-se na utilização de materiais de baixa entropia - formas úteis de energia de fácil extração- contidas no carvão e no petróleo, transformando-os em materiais de alta entropia-energia dissipada, calores, resíduos poluentes de alta recalcitrância.

Suas contribuições, centradas na crítica ao processo econômico, visto como um modelo mecânico que não estabelece nenhum intercâmbio de matéria e energia com o ambiente, vêm fornecer os substratos sobre os quais vieram a se estruturar os conceitos fundamentais que articulam a economia ecológica: as leis da termodinâmica, a impossibilidade de se gerar resíduos acima da capacidade de depuração dos ecossistemas, a utilização sustentável. As leis da termodinâmica se relacionam às normas físicas que governam o comportamento da matéria e da energia. A primeira lei, conhecida também como lei da conservação da energia, estipula que a matéria e a energia não podem ser destruídas e nem criadas. A segunda lei da termodinâmica, conhecida também como a lei da entropia, estipula que, mesmo que não haja fontes externas de energia, a entropia sempre se incrementa. Essas duas leis afirmam que a energia contida nos materiais ou força motriz não se destrói por uso - lei da conservação da energia, mas que se degrada e se dispersa - lei da entropia. A entropia pode ser entendida como uma medida de falta de disponibilidade de energia, como poderia ser entendida também, como um índice

relativo de energia não disponível em um sistema isolado. A lei da entropia ensina a humanidade que todas os processos físicos, naturais e tecnológicos ocorrem de tal maneira que a disponibilidade de energia decresce, dito de uma outra maneira, que a entropia do universo aumenta (Georgescu apud Veiga, 2000; Hauwermeiren, 1998).

De acordo com esta visão, a desestruturação da energia que produz toda atividade econômica compromete a existência das futuras gerações. O crescimento econômico moderno baseou-se na utilização de materiais de baixa entropia (formas úteis de energia de fácil extração) contida no carvão e no petróleo, transformando-os em materiais de alta entropia (energia dissipada, calor, resíduos poluentes de alta recalcitrância). Articula-se, então, economia e ecossistema a partir do conceito de transumo (ver figura 3).

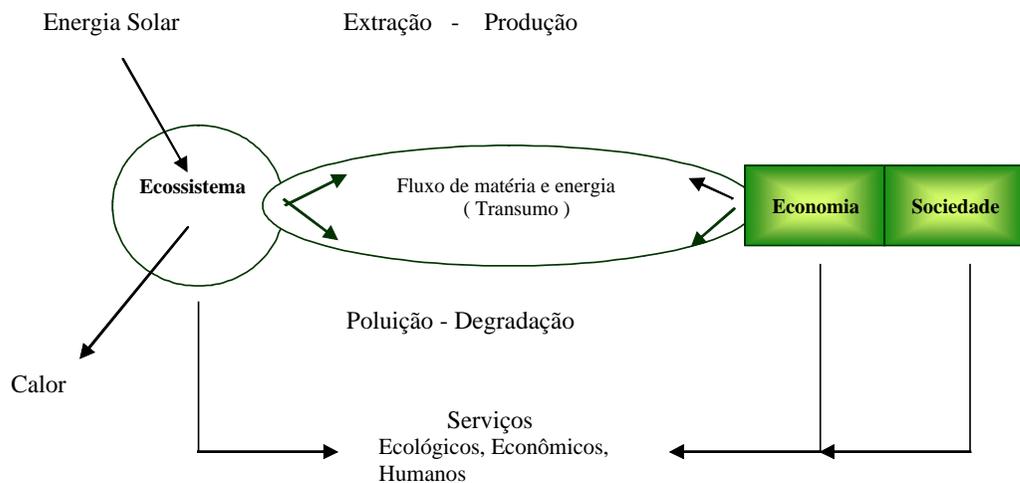


FIGURA 3: Fluxo de matéria e energia do ecossistema e da economia (matriz de transumo)
 FONTE: Day, Herman apud Yurjervic, 1999 (modificado)

Na matriz de transumo a energia solar transformada em fluxo de recurso de baixa entropia e alta capacidade de trabalho, sofre transformações ao ser extraída da natureza e integrada aos processos produtivos, retornando ao

ecossistema para ser reconstituída aos processos biogeoquímicos. Todo o sistema depende do transumo da energia solar e da capacidade das plantas de gerar biomassa através da fotossíntese. Neste sentido, a economia ecológica constitui um esforço transdisciplinar de compreender as relações existentes entre os ecossistemas e os sistemas econômicos, fornecendo elementos para o ordenamento da atividade produtiva humana, de forma a não comprometer os estoques de capital natural, a nível local e global, em longo prazo (Yurjevic, 1999).

Nessa perspectiva, o atual sistema de definição de preços pelos mercados, numa estrutura de produção e sistema de contabilidade cremática, onde não se internalizam custos gerados pela atividade para o conjunto do sistema sócio-econômico, gera o que se chama de subvalorização dos produtos. As economias tradicionais não embutiram as externalidades negativas da produção, como contaminação e degradação do meio ambiente, em sua planilha de custos. Muito menos incluíram o custo dos insumos extraídos da natureza que ainda não têm um valor de mercado (Alier, 1992).

Enfim, a economia ecológica constitui uma crítica à economia neoclássica, enquanto a economia ambiental e a economia dos recursos naturais são mais uma especialização da economia convencional, porém, a partir de um novo prisma de análise: o meio ambiente.

A rápida expansão da economia internacional a partir dos centros dinâmicos, ou seja, a partir dos países cênicos, cada vez mais depende de acesso às fontes de recursos naturais e da utilização das grandes reservas de mão-de-obra barata localizadas na periferia. Decorrem daí três problemas: o da apropriação dos frutos da expansão econômica, o da orientação geral do processo de acumulação

(Furtado, 1996:71-74) e o da governabilidade sobre a voracidade das metaredes de negócios sobre os recursos biosféricos.

Nos países cêtricos, nove pessoas são excluídas, em cada dez dos beneficiários do desenvolvimento. Nos países da periferia do sistema, dezoito em cada vinte são excluídos dos benefícios do sistema (Furtado, 1996: 86).

A conclusão geral que surge é que, a expansão das formas de consumo atualmente prevalecentes nos países cêtricos não tem o menor cabimento, dentro das possibilidades do conjunto do sistema. O estilo de vida criado pelos países de capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria. A elevação da demanda sobre os estoques de recursos naturais, provocada pela expansão deste estilo de vida, levaria, *inexoravelmente, ao colapso de toda uma civilização*. O sonho de que o sacrifício vale a pena, de que o desenvolvimento econômico vai, algum dia, conduzir a imensa massa de miseráveis dos países periféricos à forma de vida dos atuais povos ricos, não passa de conto de fadas irrealizável. O despertar do século XXI nos mostra definitivamente que o sonho acabou e que as economias periféricas nunca vão poder reproduzir as economias que formam o clube dos que habitam o centro do sistema capitalista. Este sonho abstrato tem sido o farol orientador que mobilizou e guiou os povos da periferia a enormes sacrifícios, legitimando a destruição de culturas e ecossistemas, reforçando e legitimando o caráter predatório do sistema produtivo. A idéia do desenvolvimento econômico é um simples mito, que dá cobertura à dominação dos povos dos países periféricos, dentro de uma supra-estrutura de cobertura planetária (Furtado, 1996: 88-89).

Henrique Leff (1998), em seu livro *Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*, afirma que *o discurso de la*

sostenibilidad busca reconciliar a los contrarios de la dialéctica del desarrollo: el medio ambiente y el crecimiento econômico. O capital, em sua fase ecológica, deixa de lado as formas tradicionais de apropriação violenta dos recursos das comunidades locais espalhadas pela periferia do sistema, e põe em marcha formas menos truculentas, mas com os mesmos propósitos de apropriação, via um conjunto de mecanismos no encaço dos propósitos da sustentabilidade. Uma operação simbólica está cuidando de vestir de legitimidade os novos mecanismos de expropriação. Um discurso generoso de preocupação com a natureza e com os impactos globais, uma visão prodigiosa e holística, nas cercanias da sustentabilidade, redefine a biodiversidade como patrimônio comum da humanidade e cuida de reposicionar as comunidades do terceiro mundo como parte e a serviço desse capital internacional.

Enquanto a crise dos anos 80 desnudava a ilusão do desenvolvimento como saída para todos, a idéia do desenvolvimento sustentável veio dar fôlego novo à ideologia do desenvolvimento que entrava em fenecimento. A dívida externa e a crise ambiental se movem para o centro do debate mundial, colocando em risco o sistema de suprimento dos países do Norte. O desejo de que o desenvolvimento fosse sustentável e humano, propagado desde os países cêtricos, passou a ser a justificativa dos países do Norte e do Sul para ações humanitárias, perpetuando um sistema que mantém e aprofunda a exclusão, ao mesmo tempo em que pretende eliminá-la.

Para autores como Rist (1997), Sachs (2000) e Santos (2002), o desenvolvimento foi sendo esvaziado de conteúdo, passando a ser um *conceito ameba*, ou um mero resíduo usado para justificar o processo de globalização. Para Leff (1998), na esteira do discurso da sustentabilidade é arrastado um conjunto de ferramentas novas do capital verde, vestindo de legitimidade simbólica os novos

mecanismos de expropriação dos recursos comunitários, principalmente do terceiro mundo. Por fim, a ideologia do *desenvolvimento sustentável*, que povoa nosso ecúmeno comum no final do século vinte, traz em si a preocupação de sustentar o próprio *desenvolvimento*.

No capítulo seguinte, ainda na esteira do debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade, buscamos direcionar a análise para as cercanias do objeto desse estudo, os camponeses, o desenvolvimento rural e a sustentabilidade na agricultura.

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO

Para compreendermos as tensões entre cidade e campo, expressas na turgidez da desarticulação, ou da articulação desigual entre as políticas de desenvolvimento urbano-industrial e do mundo rural, onde a ruralidade tem se inserido historicamente de forma desfavorável, buscamos remontar à construção do imaginário sobre o camponês, desde a Antigüidade e a formação das cidades em tempos medievais, passando pelo evolucionismo iluminista, até a cunhagem metafórica contemporânea dos *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*. Para tanto acionamos as contribuições de Legoff (1998), Silva (1998), Dayrell (1998) e Sachs (2000).

O mesmo movimento se deu em relação às bases cognitivas sobre as quais se assentaram as transformações na agricultura: a dessacralização da natureza e o triunfo do cientificismo sobre o sagrado constituíram o alicerce das políticas de desenvolvimento da agricultura no planeta. Por essa janela, buscamos discutir os atuais dilemas e disputas em torno do debate da sustentabilidade na agricultura, bem como as novas articulações econômicas que se estabelecem em torno do setor, a partir de sua inserção no conjunto das políticas macroeconômicas de reestruturação produtiva. Esta reestruturação é acompanhada de uma nova arquitetura institucional, com mudanças nas relações entre o estado, o setor privado e a sociedade civil. Nesse debate acionamos especialmente as contribuições de Shiva (2000), Furtado (1983), Yurjervic (1999), Alier (1999), Guzman e Molina (2004), e Castells (2000).

2.1 Camponeses e Sertanejos: Pagãos, Selvagens e Subdesenvolvidos

É em Roma, sobretudo na Antigüidade, que vai talhar-se, do ponto de vista dos costumes, uma matriz cultural de oposição entre cidade e campo. É neste período que começa a nascer um vocabulário que vai se sedimentando no curso da Idade Média. Os termos relacionados à *cidade denotam a educação, a cultura, os bons costumes, a elegância: urbanidade vem do latim urbs, polidez, da polis grega. A idade média herda da antigüidade latina, e reforça, esse menos-presos pelo campo, sede do bárbaro, do rústico. Os camponeses são rudes... o lugar mais selvagem é a floresta. A igreja vai encontrar nas cercanias da cidade a condição favorável para erguer seus templos, os camponeses vão ficando mais distantes do alcance do clero, vão ser quase os últimos a se deixarem ser cristianizados, tornando-se, para os cristãos ‘filhos da igreja de Deus’, que geralmente moravam nas cidades, pagãos por excelência. Por sinal, o termo pagão, de *paganus*, quer dizer também camponês (*paysan*) (Legoff,1998:26).*

Assim como os cristãos construíram seus pagãos, os filósofos do Iluminismo tiveram seus selvagens. Ambos incorporavam uma rejeição daquilo que as respectivas sociedades tinham como negação: suas auto imagens. Pagãos eram aqueles que não faziam parte do reino de deus e selvagens eram os que não faziam parte da civilização. Enquanto que para o Cristianismo os pagãos habitavam áreas geograficamente remotas, para o Iluminismo os selvagens viviam em um estágio infantil de evolução da história. Portanto, o selvagem era definido como alguém que deveria crescer e entrar no cenário da civilização, como criança órfã que precisa de um pai. O menosprezo e o estranhamento ao camponês no mundo medieval são enormes. *Imagina-se que seus costumes são abomináveis e não se concebe*

colaborando de verdade para o melhoramento de uma sociedade cristã (Legoff, 1998). Definitivamente o campesinato nunca tem sorte com o cristianismo.

São nas grandes praças das cidades os lugares do renascimento do teatro. Nesse aspecto, Arras foi uma cidade marcante, uma cidade européia de burguesia poderosa, uma cidade de mercadores, de uma indústria têxtil nascente, que veio promover as mais interessantes criações teatrais. Foi ali que se apresentou, em 1280, o *jeu de la feuillée*, de Adam de la Halle. Um de seus temas prediletos e de maior destaque é a ameaça que a cultura camponesa faz pesar sobre a cidade e sobre a cultura urbana. Fadas e camponeses são encenados invadindo, amedrontando e perturbando a paz da cidade, como *um apelo à população urbana para defender a cultura que ela criou contra o assalto da rusticidade* (Legoff, 1998). É preciso ser habitante das cidades— cidadão, para se alcançar a condição superior de *civilizado*. É colocada em contraposição à condição de camponês- *villanus*, a dos que habitam as cercanias da corte- *cortesia*. Jean Starobinski (2001), em *As Máscaras da Civilização*, percorre os antecedentes do uso do termo civilização. Conforme o autor, os dicionários da época clássica trazem a seguinte definição:

Civilidade : maneira honesta, suave e polida de agir, de conviver. Deve-se tratar todo mundo com civilidade. Ensina-se às crianças a civilidade infantil. Apenas os camponeses, as pessoas grosseiras, carecem de civilidade. (Furetière apud Starobinski, 2001:21)

Caberia então, aos civilizados envidar esforços para *civilizar* os mais selvagens e bárbaros, onde se incluem os camponeses, que também não fazem parte da civilização.

Civilizar: tornar civil e polido, tratável e cortês. A pregação do Evangelho civilizou os mais selvagens povos bárbaros. Os

camponeses não são civilizados como os burgueses. (Furetière apud Starobinski, 2001:21)

Nesta obra, Starobinski (2001) mergulha na mentalidade do século XVIII e mostra que o pensamento civilizacional se estabeleceu na contraposição à barbárie, estando, portanto, sempre entrelaçado a ela.

A análise da realidade dos camponeses da microrregião de Porteirinha, localizada no semi-árido brasileiro, mostra como estas concepções estão vigentes.

Vista pelo prisma geopolítico, a região estudada está localizada no Norte de Minas, ou ainda, no sertão semi-árido brasileiro. Sendo mais específico, no sertão semi-árido de Minas Gerais, se vista por uma mirada sócio-ambiental. No imaginário social brasileiro, como legado da visão de mundo europeia, o sertão, por estar distante do litoral – lugar da civilização, é o lugar da selvageria e do primitivismo, isto é, do vazio civilizacional. Esse primitivismo é comumente associado às paisagens e ao homem do sertão, que dela se assenhoreia. Paisagens associadas às condições ambientais da Caatinga, dos Cerrados ou de zonas de transição, consideradas como inferiores às florestas tropicais da costa do Atlântico Sul, em termos da capacidade de subsidiar a agricultura e as demais atividades desenvolvidas pelo homem. Nesta mirada, o sertão é o lugar dos camponeses mais distantes da civilização – o lugar do mais selvagem.

A noção de sertão, presente na literatura de viagem de Saint-Hilaire, navega em torno da idéia de vazio. Etimologicamente a palavra sertão deriva de desertão. Denominação herdada da forma com a qual os portugueses do século XVI se referiam às áreas supostamente despovoadas de outros continentes- África,

Ásia e as Américas, mirados pela sede colonizadora eurocêntrica. Recorrendo ao latim clássico, sertão deriva de *sertanum*, *serere*, que corresponde a traçado, entrelaçado, embrulhado. *Desertum* corresponde a quem sai do traçado, quem deserta, sai da fileira, sai da ordem e desaparece. *Desertanum* é o lugar desconhecido para onde vai o desertor. A idéia de sertão traz em si a noção de homem diminuído em meio a uma natureza exuberante, que predomina (Silva, 1998:39-42).

[...] achamo-nos agora no sertão, como denominam os mineiros a vastidão deserta, na linguagem usual. (Spix e Martius apud, Silva, 1998:26)

Sobre o sertão paira a força impulsiva e bruta da natureza. Correndo chapadões e planícies baixas (...) o homem encontra apenas as forças obscuras que se abrigam na amplidão. Sente-se diminuído por elas, apesar de suas grandes reservas de energia. O meio físico com o qual comunga, aniquila-o, impõe sua supremacia. (...) nas caminhadas solitárias, ou tocando as monótonas pontas de gado (..) o homem compreende, obscuramente e primariamente, a força poderosa, tirânica, dominadora da natureza. (Sodré apud Silva, 1998:26)

Lugar rarefeito da presença humana, um vazio de homens. O sertão, definitivamente, é o lugar do vazio civilizacional.

O nome de Sertão ou de deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão um a divisão vaga de e convencional de determinada pela natureza particular do território e, pela escassez de população. (Saint-Hilaire apud Silva, 1998:26)

Uma natureza indomada, uma fauna rica, mas estranha e ameaçadora, um clima impiedoso presente na idéia de sertão, trazem consigo impregnações que vão configurar a perspectiva dos viajantes estrangeiros sobre a própria figura humana que veio habitar esta paisagem tão ameaçadora. Sobre este substrato, a imagem do homem do sertão é esculpida. A figura dos “filhos do sertão”

vai ganhar, no imaginário “dos de fora”, uma textura e uma estética própria, associada ao bárbaro, ao rude e ao banditismo. A citação abaixo expressa a percepção dos viajantes sobre o povo que veio a dar origem à cidade de Montes Claros:

[...] a 12 de julho de, avistamos a nossa frente uma parte da serra de Bento Soares, e, ao anoitecer, chegamos ao arraial de formigas (...) os Habitantes deste pequeno povoado, constituído de algumas filas de cabanas baixas, todas de barro, são, como os filhos do sertão, mal afamados como brigões e por seu banditismo” (Spix e Martius apud Silva, 1998:26)

Os primeiros viajantes que pisaram por estes sertões eram herdeiros da escola eurocêntrica, que “pintava” de bárbaros e selvagens os camponeses da Idade Média. As paisagens dos sertões de Minas, descritas desde Saint-Hilaire e Spix e Martius, são fortemente grafadas por impregnações, sentidos, educação, cultura e intenções. As paisagens que eles descrevem, contam uma história, mas a partir de valores, idéias e concepções. Enfim, contam uma única história, supostamente verdadeira e desejável de ser lida, ou mesmo, possível de ser aprendida em sua época (Silva. 1998:39-42).

Este legado não foi diferente, no conteúdo e nas intenções, nas tentativas de descrições das paisagens dos sertões e dos seus filhos. Uma região com relevo diversificado – serras, planaltos e planícies; topos de serra, chapadões, encostas morradas e vazantes; espigões que brotam, surpreendentemente, no meio de planícies ou de planaltos. Uma vegetação diversificada, onde a caatinga, a mata seca, encontra os cerrados e a mata atlântica; produzindo, nessas zonas de contato e de transição climática, um mosaico de formações ainda mais diversas: veredas, pindaibais, brejos, matas de galeria, macaubais e carrascos. Em cada paisagem, o

ambiente, a formação cultural e sócio-econômica, cada um pressionando seletivamente o outro, gerou um processo secular de co-evolução, no qual diferentes grupamentos de indígenas e de camponeses originaram diferentes paisagens e agroecossistemas. Populações identificadas como caatingueira, geraizeira, vazanteira, garimpeira, quilombola e outras que, fruto de uma resistência cultural diferenciada, ainda hoje subsistem, mesmo sob a égide uniformizadora do capital (Dayrell, 1998). Por fim, é no sertão norte-mineiro que este mosaico sócio-ambiental rico e diverso se apresenta, contrastando com uma historiografia pouco pródiga, que o descreve como o lugar dos camponeses mais distantes da civilização – o lugar do camponês mais selvagem.

A crença de que o gênero humano pode ser aperfeiçoado tem provocado posturas políticas desde Voltaire até os dias de hoje. Por volta da metade do século XX o ‘subdesenvolvimento’ e termos associados a este, como pobreza, necessidade de progresso, terceiro mundo, tomaram o lugar de ‘selvagem’.

As cidades como espaço de troca por essência, atraem para si o núcleo dinâmico da economia e, por consequência, o núcleo do poder político. Cada vez mais a pulsação civilizatória move-se a partir da cultura urbana. O futuro do mundo rural é pensado desde fora. Por outro lado, as cidades que foram des-ruralizadas no século XIX e na segunda metade do século XX, passam por um processo de des-industrialização.

A crise do ideário do desenvolvimento como único caminho estabelecido no crepúsculo do século vinte, tratado no capítulo I, tem atraído novas abordagens para a agricultura e a ruralidade. A própria história do campesinato latino-americano tem sido revisitada, bem como o seu papel na construção de

alternativas ao desenvolvimento ou de projetos contra-hegemônicos. Os estudos sobre o campesinato têm sido retomados, desde uma perspectiva crítica, pela historiografia, pela geografia e pelas ciências sociais. Um grupo de intelectuais brasileiros se reúne em torno de um projeto liderado pela Via Campesina – Brasil, num esforço de revitalização do conceito. Para E. Sevilla Gusmán e Manuel Gonzáles de Molina (2005), em um trabalho apresentado durante o seminário organizado pela Via Campesina, em Brasília-DF, em novembro de 2004, o campesinato, visto pelo prisma da agroecologia, se caracteriza pela forma de relacionar-se com a natureza, considerando-se como parte dela, em um processo geohistórico de co-evolução sociedade-natureza. O mesmo é portador privilegiado de conhecimentos sensíveis sobre formas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, sendo, por isso também, denominados como *sociedades de base energética solar*, ou *sociedades orgânicas*. Alier (1999) utiliza o conceito de *povos ecossistêmicos*, em contraposição aos *transgressores ecológicos*, se referindo às sociedades industriais. Os *povos ecossistêmicos* se caracterizam por não transgredir o seu próprio espaço ambiental, sua reprodução se assenta no manejo dos recursos existentes dentro do seu próprio território. Nessa perspectiva, os estudos sobre o campesinato são retomados como ancora fundamental de um outro paradigma, fora da esteira desenvolvimentista e da visão monetarista da economia que marcou o Século XX.

2.2. Sustentabilidade e Agricultura

Num momento em que a agricultura camponesa está sendo revisitada como referência daquilo que não foi arrastado na esteira da ideologia do desenvolvimento, ou como aquilo que ficou à margem das ondas uniformizadoras dos tempos do universalismo e do livre mercado como solução para todos os problemas, consideramos necessário analisar, nessa seção, o processo de modernização da agricultura, sob a égide arrogante do cientificismo, e discutir alguns elementos novos que surgem em torno do debate da sustentabilidade na agricultura.

Em *O Nascimento Masculino do Tempo*, Francis Bacon (1592-1626)³ promete criar “uma raça bendita de heróis e super-homens” que dominaria tanto a natureza como o homem. A metáfora machista sugeria a transformação da ciência, representada por ele como feminina, passiva e frágil, em uma nova ciência masculina- a da revolução científica. Para Bacon, a natureza já não era a mãe natureza e sim a natureza mulher, *conquistada por uma mente masculina e agressiva*. A terra mater, a terra mãe de todos, criativa e protetora, impregnada na configuração cognitiva do campesinato, espalhado pelos campos do mundo com suas formas diversas, é desnudada pelo projeto baconiano e pela revolução científica que o precede. A terra é, finalmente, transformada em um tipo de “recurso”, matéria inerte, sem vida e manipulável, o que a torna mais conveniente para a exploração inerente a um capitalismo nascente - *a natureza é dessacralizada* (Shiva, 2000:304-

³ Francis Bacon foi considerado de o pai da ciência moderna.

305). *“Não é tão fácil assassinar a própria mãe, perfurar suas entranhas ou mutilar seu próprio corpo.”*⁴

Ainda inspirado nos sonhos de Bacon, o atual padrão tecnológico sobre o qual se move a maioria dos esforços para o desenvolvimento da agricultura no planeta, segue na sua luta pelo domínio, mutilação e artificialização da natureza: adubos químicos, sementes híbridas e geneticamente modificadas, agrotóxicos e máquinas agrícolas são produzidos e espalhados por todos os cantos, para tal intento. Esse modelo toma impulso no Brasil pelas mãos armadas dos militares, a partir de 1964, através de um conjunto de esforços, conhecido mais tarde como “a Revolução Verde” na agricultura. Sob o discurso da necessidade de crescimento da produção nacional, da integração ao mercado internacional, da superação do “atraso” e da erradicação da fome e da pobreza rural, a “Revolução Verde” ganha terreno rápido e, em apenas duas décadas, toda a fisionomia do campo brasileiro é modificada. O sonho de controlar a natureza, dos tempos de Bacon, vem, finalmente, a ser concretizado com a Revolução Verde e a Bio-Revolução, na segunda metade do século XX..

A estrada que conduziu os agricultores da agricultura tradicional para a “moderna”, levou também profundas modificações, tanto no nível da formação dos custos, quanto nas relações do setor agro com os outros setores da economia. Enquanto a agricultura tradicional se valia de práticas de convivência com as restrições ambientais, cujos insumos manejados eram sacados dos próprios agroecossistemas, a agricultura moderna se vale de insumos externos, procedentes principalmente da indústria. Desse modo, a formação dos preços dos produtos

⁴ Carolyn Merchant, *The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution*, Nova Iorque, Harper & Row, 1980, p.182. Citado por Shiva V. 2000.

agrícolas é transplantada para fora da agricultura, mais precisamente, vai se localizar em estruturas oligopolistas, investidas de forte poder de mercado (Furtado, 1983:26).

Outro aspecto, grafado nesta mesma moldura merecedora de preocupações, é a expulsão prematura da ocupação agrícola provocada, principalmente, pela tratorização compulsiva e desmedida. Empurrado por fortes subsídios estatais, entre 1961-65 e 1976, o número de tratores por mil hectares cultivados subiu de 3,1 para 7,2. Índices similares aos da Austrália e superiores aos da Argentina. Enquanto nesses países a produção agrícola por trator subiu 22 e 54 por cento, respectivamente, no Brasil observou-se um declínio de 31 por cento. Enquanto na Argentina e Austrália, em condições de escassez de mão, a mecanização agrícola conduziu a uma forte elevação do salário, no Brasil essa mecanização, em condições de abundância de mão de obra, tem deixado em seu rastro a manutenção dos baixos salários e a redução do emprego rural. Tais resultados contribuem para agravar a concentração de riqueza nas mãos de uma pequena minoria (Furtado, 1983:86). Em outras situações, alguns ganhos de produtividade foram notados, mas, em proporção muito maior, avolumou-se o número de miseráveis no campo e ampliou-se a dependência da agricultura aos setores industriais dominados pelas multinacionais.

Enfim, o padrão tecnológico que passou a ser hegemônico no campo, se torna um dos vetores responsáveis pelo crescimento da concentração da produção, pela perda de renda da agricultura, pela deterioração da saúde dos trabalhadores, pelo agravamento das condições do solo e pela redução da biodiversidade. Mas, fundamentalmente, pelo que também poderíamos chamar de deterioração dos termos de intercâmbio entre o setor agro e o conjunto da economia.

Paralelo ao processo de decomposição da percepção da natureza como algo sagrado, deu-se também a desconfiguração da natureza como algo público - a desagregação das unidades territoriais. Populações e territórios, integrados por processos históricos de co-evolução sócio-ambiental, foram, por todas as partes do planeta, desagregados. Desde as florestas dos agroflorestadores Hindus, aos campos e montanhas comunais da agricultura camponesa na Inglaterra, passando pelos “fundos de pasto” no Sertão Nordestino e pelas “zonas de solta” nos “Gerais” de Minas, se reproduziram as mesmas estratégias de privatização de territórios e ecossistemas de uso comum, como forma de privação e “enriquecimento” da agricultura em unidades territoriais de natureza cartorial, distantes e estranhas às histórias de co-evolução milenar entre populações e territórios⁵.

Nas décadas de 1980 e especialmente na de 1990, as críticas a esse padrão de agricultura e ao “rastros” deixado por ele nos campos deste país, antes restritas a grupos de ambientalistas, ganham terreno no meio técnico científico e no movimento social. Eleva-se a temperatura em nosso ecúmeno e é progressivo o empobrecimento da biosfera. Críticas que se sedimentam em novas propostas e novos enfoques técnicos, políticos e sociais para a agricultura e para o desenvolvimento rural. Em torno deste debate se move um conjunto variado de atores, com diferentes perspectivas e interesses, nascendo daí um conjunto também variado de novos enfoques e abordagens para o desenvolvimento da agricultura. Um conceito cunhado após a Eco 92 – a agricultura sustentável - passa a abrigar, de forma genérica e diferenciada, esta pluralidade de enfoques e interesses, inclusive os que convêm aos ajustes da própria indústria de insumos e maquinaria agrícola. As mesmas que patrocinaram e faturaram com a “Revolução Verde”.

⁵ Ver em Shiva (2000), Ellen Klarc (1998), Dayrell (1999).

A palavra sustentabilidade tem sua origem do Latim *sus-tenere* (Ehlers, 1996), que significa suportar ou manter. Portanto, o conceito de sustentabilidade está relacionado com o futuro da humanidade e a manutenção da base ambiental que sustenta toda forma de vida.

Sustentabilidade é um conceito em disputa. A noção de sustentabilidade abriga diferentes concepções políticas e propostas de desenvolvimento. Desde aquelas que propõem simples ajustes no modelo de desenvolvimento, até aquelas que demandam mudanças mais estruturais nos padrões de produção, de consumo e de distribuição da sociedade como um todo (Ehlers, 1996; Marcato, 1999).

Agricultura sustentável, em seu conceito genérico, pode ser definida como uma agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, humana e adaptativa. Uma agricultura capaz de manter a produção através do tempo, em face de distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo. Uma agricultura que não consuma estoques de recursos naturais além da capacidade de reposição dos ecossistemas e que, ao mesmo tempo, não produza resíduos além da capacidade de depuração dos agroecossistemas.

O conceito de sustentabilidade ventila para a agricultura novas contribuições do campo da ecologia, da geografia, das ciências sociais e da economia. Dando terreno para o surgimento de uma nova disciplina no campo da agronomia, a agroecologia, que se propõe a ser integradora, capaz de construir pontes com outros campos do conhecimento e de encorajar novas sínteses entre o saber dos agricultores e o saber acadêmico, e, finalmente, capaz de contribuir para a criação de

políticas e práticas que levem a um desenvolvimento rural mais igualitário e ambientalmente sadio.

A busca da sustentabilidade nos obriga a pensar a agricultura para além das fronteiras da arena criada entre o agrarismo, o ecologismo e o tecnicismo. A agricultura não pode ser mais vista como um setor isolado do conjunto da sociedade maior e, ao mesmo tempo, “despertencida” de uma base territorial e ambiental. Em um novo contexto de reorganização econômica e produtiva, e de redefinição na divisão internacional do trabalho, onde o capital produtivo privado define o que, como e onde produzir, impulsionado pelas pressões globalizantes, se ampliam, extraordinariamente, as redes de interdependência. Este contexto demarca um novo espaço para a agricultura- mais articulado e entrelaçado a diversos setores, redefinindo o seu lugar e o seu papel estratégico, articulado às macro-estruturas econômicas e de ordenação societária e territorial.

Este novo enfoque exige a superação da visão setorial, fragmentada, estática e isolada da agricultura, ressaltando a importância que a mesma tem e terá, não só para os que vivem diretamente dela, mas para o conjunto da economia e da sociedade. A idéia consiste em ampliar a abordagem para um enfoque sistêmico da agricultura, da alimentação, dos recursos naturais, da pobreza e do desenvolvimento rural, que leve em conta a multidimensionalidade, a interdependência e as vinculações com o resto da economia, da sociedade e com o território. Somente a partir de um enfoque sistêmico pode-se elaborar uma estratégia de ação, envolvendo os diversos atores que atuam no setor, estabelecendo centralidades e sinergismos entre as políticas, nos diversos níveis: no nível da micro-dimensão da estrutura- relações entre agroecossistemas, sistemas produtivos, localidades, mercados locais, etc; no nível da meso-dimensão da estrutura- relações

entre ecossistemas, gestão de territórios, serviços, transformação, transporte, etc; e no nível da macro-dimensão da estrutura- relação entre macroeconomia, biomas e agricultura. Dessa forma, pode-se criar uma corrente hemisférica para o início de um processo de revalorização e reposicionamento da agricultura nas Américas, do meio rural e de seus habitantes (FAO, 1999)⁶.

Dentro deste novo paradigma, a agropecuária tem que ser vista como um setor que, além de cumprir o papel de produzir alimentos, o que está relacionado com a paz social e o processo de democratização do continente, e de contribuir decisivamente para a permanência de um importante contingente populacional no campo, também desencadeia uma gama enorme de negócios no seu entorno: serviços, agroindústrias, comércios, etc.

Ao nível das interações econômicas, a agricultura é um vetor de aquecimento e desenvolvimento dos mercados locais, na medida em que gera excedentes que viram mercadorias, desencadeando fluxos econômicos antes do setor de produção primária- se consome insumos locais, gera transferência de renda para dentro do município, colaborando para o aquecimento da economia local- e depois do setor de produção primária- nos seguimentos transformação, transporte e comercialização. Além disto, a agricultura cumpre um papel estratégico na segurança alimentar e é uma fonte de empregos a baixo custo.

A nível sociocultural, a agricultura e a terra, cada vez mais, passam a ser o lugar da preservação da cultura, do modo de vida e da estética paisagística e arquitetônica, colocando a necessidade de se articular com o mercado enquanto um espaço de turismo ecológico e cultural, lazer e entretenimento, como

⁶ Capítulo 2,3 e 4 do documento Conferência FAO/HOLANDA, MAASTRISHT, de 12 a 17 de novembro de 1999.

estratégia de reabsorver a riqueza gerada em outros setores da economia, criando novas atividades econômicas e postos de trabalho no meio rural (Yurjevic, 1999).

A nível ambiental, a atividade agrícola está estreitamente vinculada a outros setores, em todos os níveis: vizinhança, comunidade, sub-bacia hidrográfica, região, país e, até mesmo, no nível global. Toda atividade produtiva humana produz intercâmbios diretos e indiretos com os ecossistemas, segundo o enfoque da economia ecológica. Por exemplo: a forma de manejo dos agroecossistemas em um território específico pode estar gerando impactos ambientais globais na camada de ozônio, na biodiversidade, na taxa de carbono na atmosfera, etc. Isso talvez seja uma das principais razões que justificam o fato da perspectiva do planejamento territorial estar ganhando terreno, como estratégia norteadora para o desenvolvimento rural.

Um novo cenário é anunciado. Passaram-se os tempos em que a virtude das cidades era *“arrancar grande parte da população do embrutecimento da vida do campo”*, como escreveram Marx e Engels no Manifesto Comunista (Veiga, 2000:194). Ao contrário desta construção cognitiva, herdada das cidades da Antigüidade e consolidada pela cultura urbana dominante nas cidades medievais européias, como descreve o historiador francês, Jacques Legoff (1998), em seu livro *Por Amor às Cidades*; o momento atual é de revalorização do ambiente natural e das culturas locais.

Regiões antes “arrinconadas”, que não passaram pelas trilhas do desenvolvimento em suas gerações anteriores, incapazes de atrair investimentos industriais, estão hoje encontrando, na segmentação de mercados locais ou regionais, oportunidades diferenciadas para tornarem suas economias mais dinâmicas. Processo

impulsionado por residentes temporários como turistas, aposentados e esportistas, atraídos justamente por aspectos da “natureza selvagem” e das idiosincrasias culturais vinculadas a lastros territoriais e históricos. Uma nova geração do desenvolvimento é anunciada do final do século XX, não no sentido da urbanização do campo, mas da revalorização do ambiente natural e das culturas locais, como defende Veiga (2000). Em uma perspectiva crítica, permanece uma contradição nessa abordagem: a revalorização do ambiente natural, também pode ser vista como estratégia para continuarmos nos guiando pelo mesmo paradigma do *desenvolvimento*. Sachs (2000) nos alerta que esta pode ser uma estratégia para manter a sustentação das “ruínas do desenvolvimento”.

Nessa perspectiva, a agricultura não pode ser vista de forma isolada, somente como segmento da produção primária da cadeia produtiva, muito menos, entendida sob a égide arrogante das disciplinas tecnicistas e econométricas, ou ainda, por miradas apenas temáticas e setorializadas. É momento de repensar a agricultura em um contexto de rearticulação com o que se move ao seu redor e com o conjunto da economia, da sociedade e da base ambiental sobre a qual ela se reproduz, devendo ser entendida como portadora de distintas geohistórias.

Na sessão seguinte, buscamos analisar a inserção da agricultura no conjunto dos movimentos reestruturantes nas duas últimas décadas, no Brasil e na América Latina. Buscamos analisar como a agricultura tem se vinculado de forma desfavorável ao conjunto da economia e da sociedade, influenciando e sendo influenciada por uma rede complexa de interações econômicas, socioculturais, ambientais e político-institucionais que se movem ao seu redor.

2.3 A inserção do setor agro nas políticas de reestruturação produtiva na América Latina e no Brasil

A partir das reformas reestruturantes nas duas últimas décadas do século XX, em que muda radicalmente o papel dos estados nacionais e as regras das relações comerciais entre países e blocos econômicos, passamos a viver um novo período: de globalização, de derrubamento de fronteiras econômicas, políticas e de visões de mundo.

Um novo modelo está se conformando a partir do liberalismo econômico e social, da abertura e integração dos mercados. Esta nova dinâmica impulsiona a inserção das regiões na economia mundial, baseada nas transformações produtivas do setor agroalimentar e nas novas oportunidades que se apresentam no comércio internacional. A década de 90 define, notoriamente, mudanças radicais no velho paradigma da agricultura. Antes, protegida em economias fechadas, com um pesado investimento estatal, especialmente limitada à produção primária e com uma precária vinculação com outros agentes econômicos; a agricultura passa a ser um setor articulado às políticas macroeconômicas, enfocando as vantagens comparativas, ampliando os serviços colaterais, integrados verticalmente e regionalmente, concentrando-se, cada vez mais, em pólos de desenvolvimento (BIRD, 1999)

A busca da competitividade se traduziu em esforços de redução de custos, aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos agrícolas. As estratégias usadas foram: a expansão da escala de produção - no Brasil, em especial, de soja, carnes e frutas - e a mecanização, afetando, por conseguinte, o mercado de terras e a ocupação rural. A redução dos preços da terra e da mão-de-

obra, e um cenário favorável de estabilidade política e macroeconômica, atraem para a região investimentos privados e companhias multinacionais do agronegócio, impulsionando um processo de concentração e diversificação do comércio e da agroindústria. Especialmente no Brasil, Chile, México e Argentina, inicia-se um processo de fusão e concentração de empresas nacionais (BIRD, 1999), como estratégia de aumento da capacidade de competição com as grandes corporações do setor de alimentos, que agora se apresentam no mercado.

Como consequência dessas mudanças, começa a surgir, em algumas regiões, uma agricultura tecnificada, integrada às agroindústrias e mais voltada para o mercado internacional. Paralelo a esse processo, permanecem os significativos níveis de pobreza rural e urbana, nos indicando que a nova dinâmica, configurada pela abertura de mercado, é capaz de trazer benefícios somente para poucos - aqueles com maior disponibilidade de recursos e capacidade de reagir às demandas do mercado. Portanto, essa nova dinâmica se torna um potente instrumento impulsionador do crescimento econômico, por um lado, e das desigualdades, por outro lado, colocando, em especial, os setores mais periféricos da agricultura familiar brasileira em uma profunda crise, na medida em que são empurrados para uma participação ainda mais periférica, dentro da dinâmica de trocas e intercâmbios com outros setores econômicos.

Desde esta perspectiva, o novo sistema mundial está tencionando a agricultura a uma escala global - conflito USA versus comunidade econômica européia, incrementando a polarização entre pobreza e riqueza, e entre nações, regiões, comunidades e indivíduos. Um pequeno grupo de corporações domina a estrutura global de poder, direciona a produção e determina como se distribuem os elementos de bem estar. As regiões, incapazes de atrair os

investimentos, em uma permanente “olimpíada econômica”, experimentam o destino dos perdedores no cenário mundial (Barkin, 1999). A ausência de políticas e iniciativas locais criativas e inovadoras vai estar condenando, à marginalidade e à pobreza permanente, um crescente número de grupos sociais e territórios. Acentua-se um desenvolvimento desigual, desta vez, não apenas entre Norte e Sul, mas entre os segmentos e territórios que vivem experiências diferenciadas de dinamismo em todos os lugares, e aqueles que correm o risco de tornarem-se não pertencentes à lógica do sistema. Observa-se a emergência de zonas dinâmicas empurradas por complexas redes de interações, de movimentos sinérgicos, em tempos do que Castells (1999) chama de revolução informacional, e a consolidação de buracos negros de miséria humana na economia global, quer seja em Burkina Faso, Chiapas, na periferia do Rio de Janeiro, no Sertão Nordestino, ou nos Sertões de Minas. A circularidade dos fluxos financeiros, ou a instantaneidade das operações econômicas e financeiras, domina o tempo biológico da pobreza e o tempo mecânico do trabalho industrial. Novas formas de tempo e espaço se desenvolvem em uma metarede que, por ação espontânea e livre, tende a ignorar e isolar grupos sociais, desarticulando territórios.

Vivemos um período, na América Latina, de profunda crise de ordem social, econômica e ambiental, na qual o Brasil e o Norte de Minas estão inseridos, sendo fundamental nos atermos à identificação de algumas das controvérsias e raízes sobre as quais se estende nossa crise de paradigmas e nossos dilemas sobre os rumos do desenvolvimento. Para tanto, tomamos, como ponto de partida, a opção latino-americana frente à nova configuração que se estabeleceu no cenário econômico mundial no período do pós-guerra.

O setor agropecuário se insere no conjunto das políticas macroeconômicas de diferentes formas, em períodos distintos, cumprindo seu papel:

ora ofertando produtos para a pauta de exportação, com vistas a equilibrar a balança comercial, especialmente no período das políticas de substituição dos anos 70; ora servindo de “âncora verde” para abaixar os custos da cesta básica, segurando flutuações em um ambiente econômico de elevação de preços e de inflação, como no período recente na política de estabilização monetária brasileira, durante o Plano Real. Apesar de ser uma premissa do neoliberalismo, que nenhum setor produtivo deve ser castigado com políticas discriminatórias, a agricultura segue sendo duramente castigada, com uma variada caixa de ferramentas: moedas locais sobrevalorizadas, fazendo com que os produtos exportados sejam caros para quem adquire e baratos para quem produz (Yurjevic, 1999a); tributos diretos e indiretos; distorções de preços e etc. Na experiência latino-americana, o setor agropecuário sempre foi tratado como apêndice ou arrimo, e não dentro do universo de relações, intercâmbios, reciprocidades e interdependência que o setor estabelece com o conjunto da arquitetura econômica e societária.

Em função das dificuldades para importação de grandes volumes de bens manufaturados, se iniciou, nos anos trinta e quarenta, nos países da América Latina, um período de investimentos dos governos nacionais na criação de uma indústria própria, tendo como estratégia o desenvolvimento urbano-industrial, dentro de uma política de substituição das importações, já que as mesmas estavam comprometidas pelos efeitos deletérios da Segunda Guerra Mundial sobre a economia dos países ditos desenvolvidos. Com uma estratégia centrada no Estado, essa política se estende pelas décadas de 50, 60 e 70. Nesse período, a América Latina desfrutou uma das maiores taxas de crescimento do mundo. Somente cinco economias- Alemanha, Japão, Coréia, Taiwan e Tailândia- superaram a taxa média de crescimento da América Latina, entre 1950 e 1973 (Maddison apud Garret, 1997).

Nas décadas de 60 e 70, o PIB per capita cresceu 33% e 40% respectivamente, a esperança de vida aumentou 13 anos e a taxa de mortalidade caiu pela metade. As cidades cresceram e surgiu uma classe média significativa (Cordia apud Garret, 1997). Este período é marcado pelas teorias do Estado como motor do crescimento econômico e pela crença na capacidade de autodeterminação dos Estados Nacionais. Vislumbrava-se então, a possibilidade, desde “la oscuridade de la tradición y el poder oligárquico”, de que o estado poderia transformar a sociedade (Galassi, 1999).

Naquele momento, estava claro o estreito vínculo entre os processos de desenvolvimento rural-agrícola e urbano-industrial: o crescimento do setor urbano-industrial no país não poderia ocorrer, sem que houvesse profundas alterações no meio rural brasileiro. Uma declaração do ex-ministro do planejamento, Delfim Neto, no jornal “O Estado de São Paulo”, situa bem o papel delegado ao setor rural no desenvolvimento do país naquele momento: aumentar a oferta de alimentos, aumentar a oferta de produtos exportáveis, liberar recursos humanos, fornecer capital para o setor que dele está precisando. Estava clara a prioridade dada a uma política urbano-industrial para o país (Silva, 1999).

Para consumação desse novo padrão de desenvolvimento, era necessário impulsionar mudanças no setor agro brasileiro, que repercutiram pesadamente no Norte de Minas. Segundo Silva (1999), duas opções se colocavam naquele momento. A primeira, estruturada em uma estratégia de desenvolvimento autônomo, concepção originada a partir do período Vargas, influenciada pela visão desenvolvimentista Cepalina (CEPAL), defensora da revisão da estrutura agrária brasileira, através de uma reforma agrária ampla, como estratégia para melhoria do desempenho do setor agro. A segunda, que foi consolidada a partir do Golpe Militar de 1964, sendo instaurada desde o Plano de Metas do Governo Kubitschek, não via

a reforma agrária como uma necessidade para melhoria do desempenho do setor agro brasileiro, mas sim o aumento da produtividade da mão-de-obra e das culturas, que não se alterariam pela simples divisão de terras. A partir daí desencadeia-se um processo de mudança no setor rural brasileiro, fundamentada na modernização da base tecnológica, incrementando-se a utilização de agrotóxicos, adubos químicos e mecanização, sem alterar a estrutura agrária. Para que isto se efetivasse de maneira rápida e em grande escala, o estado brasileiro cumpriu um papel decisivo na criação de condições institucionais, políticas e econômicas para esta nova conformação do desenvolvimento, pautada na modernização dos latifúndios e na “industrialização da agricultura” como estratégia para o aumento da produção para a pauta de exportação e liberação de mão-de-obra do campo para constituição de um novo perfil de sociedade do tipo urbano-industrial.

O gráfico 2, mostra o vertiginoso crescimento da população urbana no Brasil e na América Latina e Caribe, entre 1970 e 1993, se consumando de fato um novo perfil de sociedade. Nas últimas três décadas do século XX, cerca de 40 milhões de pessoas migraram para as cidades, invertendo o perfil da distribuição da população brasileira num curto período de uma geração.

As políticas macroeconômicas e setoriais discriminatórias se encarregaram da extração de *plusvalia* dos setores rurais para o setor urbano-industrial. Os impostos diretos e indiretos aplicados à produção e à exportação, como complexos sistemas de controle de câmbio e comércio com mercados internacionais, somados a instrumentos como a sobrevalorização da moeda, tarifas protetoras para produtos industrializados, controle de preços sobre diversos bens, novas formas de

regulação fiscal e monetária, constituem uma eficiente caixa de ferramentas que conduz a transferência de riqueza do agro ao sistema bancário e ao financiamento da industrialização. Os altos custos e impactos destes programas deixaram os cultivos semeados pelos “pobres do campo” a mercê do mercado mundial controlado pelos monopólios internacionais. (Barkin, 1999).

Yurjevic (1997), a partir de antecedentes estatísticos e recomendações de políticas contidas em um estudo editado por Anne O. Krugger, Maurice Schiff e Alberto Valdés – “The Political Economy of Agriculture Pricing Policy”, mensura as formas e as cifras que foram extraídas do setor agro para financiamento deste projeto. A tabela 2 agrupa os países em quatro categorias

TABELA 2: Impostos diretos e indiretos aplicados à agricultura em 18 países, entre 1960 e 1984 (% média para o período).

País	Período	Impostos Indiretos	Impostos direto	Impostos totais
Carga tributaria alta	1960-84	28,6	23	51,6
Carga tributaria media	1960-86	24,2	12	36,2
Argentina	1960-84	21,3	17,8	39,1
Colômbia	1960-83	25,2	4,8	30,0
República Dominicana	1966-85	21,3	18,6	39,9
Carga tributária baixa	1960-83	15,7	0,2	15,9
Chile	1960-83	20,4	1,2	21,6
Protetores	1960-84	13,6	+24	+10,4
Total da amostra		22,5	7,9	30,4

Yurjevic(1997), baseado em: “*The Political Economy of Agriculture pricing Policy*”, editado por Anne O. Krugger, Maurece Schiff e Aberto Valdés.

segundo a magnitude da carga tributária e resume a tributação direta e indireta sobre o setor agro. A média dos impostos totais alcança 30,4% do produto bruto agrícola, enquanto nos países de carga tributária alta chega a cifras como 51,6% .

Já no final da década de setenta, este modelo de desenvolvimento, centrado no estado e em uma política exacerbada de substituição, começa a dar sinais de tensão e anunciar seu colapso. Tinha-se explorado quase todos os campos de possíveis substituições eficientes de importações. A política de proteção a setores industriais ineficientes e outros fatores como câmbio desvalorizado, fizeram com que a América Latina perdesse muito terreno em sua capacidade de competir em uma escala internacional (Iglesias apud Garret, 1997). Os governos latino-americanos se vêem obrigados a mudar de estratégia, quando o mercado passa a ser a força motriz do crescimento e não o Estado.

Os anos oitenta são conhecidos como a “década perdida na América Latina”. No final da década, o PIB per capita era 10% menor que no início. Esta década marca definitivamente o fim do modelo de desenvolvimento iniciado nos anos trinta e o início de um novo modelo de hegemonia neoliberal, desta vez, centrado no mercado e na abertura econômica. Dois períodos distintos marcam esta década: o primeiro momento, voltado para a estabilização macro-econômica, em geral com cortes nos gastos públicos e desvalorização da moeda; e o segundo momento, marcado por reformas estruturais no sentido de implantação de um paradigma comum de políticas para o desenvolvimento, alicerçadas na liberalização do mercado, com redução das barreiras comerciais e privatização das atividades do Estado (Morley apud Garret, 1997).

Nos anos noventa, o PIB per capita se estabilizou, com ligeiro aumento na maioria dos países da América Latina e Caribe, mantendo-se em uma taxa de crescimento médio em torno de 3% na maioria dos países, com exceção do Brasil e Venezuela, que passaram por períodos de oscilação de crescimento e recessão. A partir de 1996 voltou a surgir um padrão de modesto crescimento e estabilidade de preços em toda a região (CEPAL apud Garret, 1997).

Apesar do aumento de ingresso médio, nos últimos 25 anos a América Latina tem progredido pouco em termos de redução da pobreza. Com a crescente urbanização, aumentou o percentual de pobres residentes em zonas urbanas, 29% em 1970 e 39% em 1990. Em números isto representou um aumento de 71 milhões entre 1970 e 1990. Enquanto no meio rural, o número de pobres aumentou em 5 milhões. Em 1990 viviam 115,5 milhões de pobres nas cidades e 80,4 milhões na zona rural. Por outro lado, a porcentagem da população urbana que vivia em absoluta pobreza reduziu de 45% a 39%, entre 1970 e 1990, enquanto a população rural, nas mesmas condições, aumentou de 58% a 60% (Garret, 1997).

A absurda distribuição de renda, de terra e de oportunidades na América Latina, contribuiu decisivamente para a falta de êxito da redução da pobreza. No Brasil 40% da população mais pobre detêm somente 7% da renda produzida. Os ingressos gerados pelos 20% mais ricos da população são 32 vezes superiores ao que recebem os 20% mais pobres (Garret, 1997).

A uma escala regional é colocado em marcha um tipo de *desenvolvimento funcional*, caracterizado por Gambau (1999) como um padrão de desenvolvimento apoiado no crescimento econômico mantido a taxas elevadas constantes. Processo dinamizado, de forma centrípeta, a partir de alguns centros e

setores de uso de tecnologia em grandes unidades de produção, disponibilidade abundante de financiamento público e com uma elevada confiança na capacidade do Estado para gerir o desenvolvimento.

As teorias que impulsionaram este estilo de desenvolvimento estabeleciam que a concentração de ingressos é uma condição necessária para o crescimento econômico, que se converte em um processo sólido, ao longo do tempo, que finalmente resultaria em “derrame de riqueza para os setores inicialmente empobrecidos, ou seja, para as periferias” (Bilbao, 1999). Uma célebre frase de um ministro da fazenda do governo brasileiro no período da ditadura, Delfim Neto, caracteriza bem tal propósito: “primeiro temos que crescer o bolo, para depois reparti-lo”. Tal promessa não se concretiza. É gerado um modelo de desenvolvimento que apresenta, por um lado, crescimento nacional, e por outro lado, decrescimento e crescimento regional, provocando um padrão de desenvolvimento do tipo bimodal, com centros potencializados e periferias despotencializadas (Bilbao, 1999).

Este estilo de desenvolvimento impulsiona transformações radicais na conformação das sociedades latino-americana e brasileira. Os intercâmbios estabelecidos entre territórios provocam uma configuração de concentração espacial da riqueza e da população.

As repercussões da aplicação deste paradigma de desenvolvimento à realidade do Norte de Minas, através das políticas de desenvolvimento regionais, articuladas às políticas macroeconômicas brasileiras, conduziram esta região à formatação de um padrão de desenvolvimento terrivelmente excludente e desigual. Estudos realizados por Reis (1997), tomando

como indicador de desenvolvimento o IDH, situam o Norte de Minas com IDH de 0,541, inferior ao IDH do nordeste brasileiro (0,548), região mais pobre do Brasil. Inferior também aos índices que prevalecem em muitos países pobres do mundo, como: China (0,642), Mongólia (0,607), Indonésia (0,586), Nigéria (0,583) e outros.

Outros indicadores sócio-econômicos, também levantados por Reis (1997), demonstram o estado de precariedade da região:

- em 1995 o PIB por habitante (R\$ 1.456,35) correspondia à metade do mesmo índice de Minas Gerais e 42% do índice nacional;
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano de 0,541, enquanto em Minas Gerais é 0,735 e 0,757 para o Brasil em 1991;
- 75% da população vive abaixo da linha da pobreza (renda per capita abaixo de 0,5 salário mínimo);
- 32% da população de mais de 15 anos era analfabeta em 1991;
- 59,96% da população residindo em domicílios cujo chefe de família recebia até 1 salário mínimo por mês, até 1991.

Uma pesada política de subsídios e financiamentos de longo prazo trouxe para alguns poucos municípios da região - 05 em um universo de 45 - algumas indústrias, indo, aos pouco, sendo constituídos, alguns distritos industriais e cidades de perfil urbano-industrial, como Montes Claros, Várzea da Palma, Bocaiúva, Capitão Enéas e Pirapora. Estas 05 cidades passam a viver um processo diferenciado de desenvolvimento, apresentado, nas últimas duas décadas, indicadores de desempenho econômico muito superiores aos demais municípios, que, ao contrário, passam a vivenciar um violento processo de empobrecimento. Configura-

se, a partir de então, uma nova dinâmica de desenvolvimento determinando um novo padrão de distribuição espacial da população – rural/urbana, rural/rural, urbana/urbana, e de distribuição e fluxo da riqueza gerada nos municípios, aprofundando as desigualdades entre os municípios ricos e pobres.

Reproduz-se no nível regional, de forma exacerbada, o que ocorre em um panorama nacional e planetário: um padrão de desenvolvimento que impulsiona o aprofundamento das desigualdades também dentro da região, ampliando a exclusão social e o avanço predatório sobre os estoques de capital natural.

O gráfico 2 sinaliza esse movimento centrípeta da economia regional. Enquanto Montes Claros, município pólo, que já detém mais da metade do PIB da região, cresce sua participação no PIB regional, os municípios estudados – Porteirinha, Serranópolis e Pai Pedro- reduzem ainda mais sua participação no PIB regional.

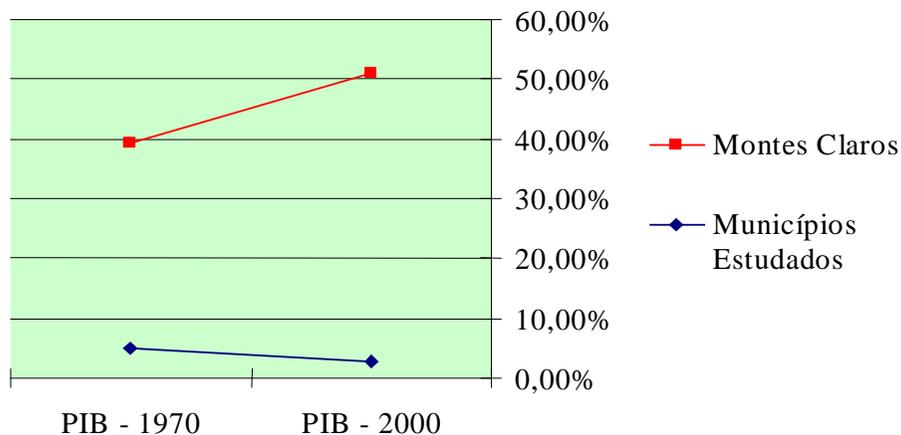


GRÁFICO 2: Evolução na participação no PIB da Região Norte de Minas

FONTE: IBGE: 2000

Paralelos a este processo, na vasta paisagem da periferia terceiro-mundista, erguem-se, no período pós-guerra, imensas metrópoles: enquanto em 1950 só encontravam-se duas das quinze maiores cidades do mundo, estima-se que no ano 2000 passam de doze. A cada dia brota na periferia das mega cidades imensos bairros. O desemprego e a marginalidade ganham terreno, imensos guetos se criam em meio às metrópoles e a governabilidade sobre os problemas é ameaçada. Com a mesma compulsão que marcou a segunda metade do século XX, o desenvolvimento urbano-industrial não para, segue com o pé no acelerador, empurrando uma *ola* sem fim de migração forçada desde a zona rural e pequenas cidades. O território rural se empobrece, cada vez mais, e as pequenas cidades vão se deteriorando.

Esta tendência centrípeta se constitui em um problema de magnitude incalculável para as nações pobres. Não resta dúvida de que este processo é produto do fracasso de uma estratégia de desenvolvimento que guiou todas as economias periféricas, após a Segunda Guerra, e que impôs uma rápida industrialização às custas da deterioração do campo. Em certas zonas do planeta o debilitamento da agricultura e das pequenas cidades alcançou proporções aterrorizantes, se constituindo no “calcanhar de Aquiles” da hiper urbanização. Sabemos *o que hay que hacer, pero no sabemos aún como hay que hacerlo, porque no tenemos una teoría alternativa de desarrollo que sea convincente* (Max-Neff, 1985:190-191).

Apesar do consenso criado em torno da necessidade de se intensificar os esforços para a revitalização do rural e das pequenas cidades, na maioria dos países periféricos não se chega à prática. O emprego subsidiado, os melhores salários, os incentivos fiscais, as possibilidades de entretenimento e lazer

continuam pendendo para as metrópoles, movendo *olas* de periferação aterrorizadoras para as pequenas cidades e para a ruralidade. Se a postergação desta solução se prolongar, é possível prever que estes países do Terceiro Mundo nunca alcançarão os níveis de bem-estar que a rápida industrialização lhes prometeu (Max-Neff.1985:193). Vislumbra-se, para um futuro próximo, um tipo de autofagia entre estes dois mundos que está se criando, ou seja, que os benefícios derivados deste estilo de desenvolvimento sejam deslocados para consertar os malefícios que ele mesmo criou.

Por fim, a experiência brasileira e latino-americana de políticas para o desenvolvimento comete um conjunto de equívocos graves como a desarticulação e descentralidade entre políticas dirigidas a diferentes setores; confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento; inversão da escala de prioridades de investimento - não uso de fatores abundantes, como terra e mão de obra, em detrimento de fatores escassos, como por exemplo, capital; se esquivar de reformas estruturais básicas, como a posse da terra e o acesso à escola e à saúde, dentre outros; que resultam nestes angustiantes índices de desigualdade social e pobreza no campo e na cidade. Por outro lado, é impulsionado um processo violento de extração de recursos humanos, onde os jovens de melhor formação, por falta de oportunidades em suas localidades, são obrigados a se moverem “para fora”. As pequenas cidades estão deprimidas não porque são pequenas, mas devido à voracidade com que os centros metropolitanos absorvem, em boa proporção, os excedentes e o capital humano gerados em sua periferia.

A seguir, buscaremos localizar dentro do debate das reformas econômicas as mudanças institucionais, partindo de uma perspectiva macro até a

escala local, pontuando os dilemas e oportunidades que se apresentam neste novo quadro.

2.4 Dilemas e tensões em torno de uma nova arquitetura institucional

As reformas econômicas nos anos oitenta, tratadas no item anterior, foram acompanhadas por modificações radicais no papel do Estado. A descentralização, a desregulamentação dos mercados, a privatização, quando levadas a cabo, alteraram profundamente as interações e responsabilidades das instituições, desenhando-se um novo quadro de relações entre estado, setor privado e sociedade civil. Os municípios e os governos locais passam a cumprir um novo papel: recursos, novas obrigações e serviços são repassados para os municípios. Estes, normalmente comandados por antigas oligarquias locais, historicamente acostumadas a cuidar somente da manutenção de estradas, limpeza pública e gerenciamento precário de algumas poucas escolas de primeiro ciclo, encontram-se completamente despreparados para o cumprimento do seu novo papel. Por outro lado, a deficiência dos governos locais e a falta de capacidade no cumprimento de seu novo papel, em alguns casos, abre espaços para novos atores sociais, em especial, as organizações da sociedade civil, na participação, definição e execução de políticas locais, em diversas áreas.

É nos pequenos municípios que estão assentados a esmagadora maioria dos agricultores familiares e a maioria da população rural pobre. A capacidade destes municípios de elaborar e negociar suas demandas públicas para os governos regionais e nacionais, de planejar e executar suas políticas, de estabelecer mediações favoráveis com os mercados, vai definir o lugar destes municípios e, portanto, da maioria dos agricultores familiares, no futuro. Na medida em que este processo de descentralização trouxe os governos e os espaços locais de

volta para o debate de políticas públicas e para o centro das preocupações, a carência de capital humano e a fragilidade institucional podem estar colocando, especialmente os pequenos municípios, neste novo cenário, em uma condição ainda mais desfavorável. É nesse contexto, onde se apresentam, por um lado, oportunidades de ampliação da participação da sociedade civil na reorientação de políticas locais, e por outro lado, preocupações com o que se passa no nível local quanto aos processos de democratização, de luta contra a cultura pública de corrupção, com as questões ambientais, etc., que surge com muita força os conceitos e debates em torno do desenvolvimento local, atraindo para o local uma variadíssima gama de atores. Até mesmos atores como as Centrais Sindicais, Confederação e Federações de Trabalhadores, que historicamente reproduziram o centralismo estatal, tanto em sua estrutura, como em suas pautas de preocupações, volta-se para o local. Uma gama enorme de ONGs, historicamente ligadas às temáticas regionais ou nacionais, tanto no campo ambiental como do desenvolvimento, em parte, se movem para o local. Agências de crédito agrícola, como o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), estruturas historicamente símbolos do centralismo, reestruturam seu organograma funcional, cambiam o seu papel, e se colocam como agente dinamizador do desenvolvimento local. No nível internacional, a partir dos acordos estabelecidos na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, surge o ICLEI (Internacional Council for Local Environmental Initiatives) como um tipo de coordenadoria motivadora da implantação da “Agenda 21 local” em cidades de todo mundo, contendo um conjunto de intenções de políticas locais para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, move-se para o local um conjunto muito variado de atores sociais, com variadas motivações de fundo, e, como não poderia deixar de ser, emerge daí um conjunto muitíssimo variado de perspectivas,

abordagens e estratégias. Hoje, a maioria delas envolvidas em um “manto de mesma cor”, denominado desenvolvimento local sustentável. Os documentos produzidos acerca do desenvolvimento local refletem, por um lado, a diversidade destas perspectivas e, por outro, um certo tipo de enfoque centrado nos instrumentos e nas boas e vagas intenções, refletem a falta de maturação dos enfoques, não se conformando enquanto teorias cujos conteúdos se diferenciam claramente. A elaboração clara destes enfoques, para além das perspectivas instrumentais e metodológicas, ajudaria muito à se avançar em propostas e conteúdos teóricos. No quadro a seguir, apresentamos a partir de uma mirada sobre o que para nós não é tão explícito, mas que é, em certa medida, tácito sobre as diferentes perspectivas e enfoques sobre o desenvolvimento local sustentável hoje no Brasil. Lembramos que a carência de documentos teóricos sobre o tema dificulta muito a análise. No mais, é um esforço de simplificação, mas necessário neste momento para situar os dilemas em jogo.

No quadro abaixo, tentamos sintetizar alguns enfoques para o desenvolvimento na escala local, a saber: a perspectiva funcional, a político-administrativa, a ambientalista e a perspectiva de gestão de territórios.

A perspectiva funcional elege como centro a busca de eficiência de serviços públicos, centrada em preocupações na redução de custos para o estado. A perspectiva político-administrativa, traz para o centro das preocupações as questões da governabilidade, participação social. A perspectiva ambientalista, coloca ênfase nas preocupações ambientais e serviços ambientais. E, por fim, a perspectiva da gestão de territórios. Esta última vai ser objeto de uma análise mais acurada na sessão seguinte. Sendo a perspectiva adotada pelas organizações focalizadas no estudo de caso.

QUADRO 3: Enfoque e perspectivas para a ação local

Enfoque	DIMENSIONES				
	Participação Social	Equidade	Cultura local	Políticas ambientais	Relação c/ Mercados
Funcional	Para legitimar políticas	Investimento em setores dinâmicos, capazes de reagir aos incentivos; os setores mais pobres têm que se beneficiar de políticas sociais compensatórias.	Constitui um impedimento para o desenvolvimento; tem que ser modernizada; cultura com significado de folclore.	Entrave para o desenvolvimento, afasta investidores.	Prioridade para atrair investidores externos.
Político Administrativo	Democratização das decisões	Uma prioridade, distribuição de renda.	Valorização da cultura folclórica.	Políticas ambientais desconectadas das demais políticas setoriais.	Ênfase no potencial do mercado interno.
Ambientalistas	Não é uma dimensão fundamental	Ênfase em equidade interespecífica. Despreocupação com o distributivo.	Constitui um impedimento para a preservação ambiental.	Políticas preservacionistas: proteção às espécies em extinção, constituição de parques, etc.	Preocupação com selos verdes, incentivo ao “consumismo verde”.
Gestão de territórios	Participação para empoderar, democratizar e legitimar.	Equidade social, de gênero e geração.	Uma oportunidade, um elemento central para o sentido de pertencimento ao local e vínculo territorial. Cultura como resultado da co-evolução: Sociedade – Ecossistemas, gerando diferentes “racionalidades”.	Articuladas a todas as políticas setoriais.	Fortalecimento dos mercados locais, através de políticas multisetoriais. Dialogar com os mercados globais através das especificidades culturais e produtivas.

No enfoque funcional, há uma negação da dimensão ambiental na definição de prioridades, critérios e cenários para os horizontes do desenvolvimento nos países pobres, ou em desenvolvimento. A alegação é de que são os países do primeiro mundo os principais poluidores, estando seus estoques de recursos naturais mais próximos do limiar de esgotamento. Os países pobres estão mais distantes destes limites e portanto, a questão ambiental não deveria ser uma prioridade para esta fase de desenvolvimento, existindo desafios mais urgentes a serem enfrentados, como o crescimento econômico e a superação da pobreza. Este posicionamento, comum nos discursos e na execução de políticas para o desenvolvimento no terceiro mundo, constitui um enorme equívoco. É justamente nesses países, que ainda têm uma significativa fração da população no campo, que estas preocupações deveriam tomar maior relevância. São justamente as populações rurais mais pobres, que vivem sob economia de subsistência, com estreita dependência da riqueza da biomassa e extraindo produtos diretamente dos ecossistemas, os primeiros a serem penalizados pelos impactos gerados pelos projetos econômicos degradadores do meio ambiente (Yurjevic, 1999).

No Norte de Minas, a implantação de grandes projetos de pecuária e reflorestamento com florestas homogêneas, patrocinados pelo Estado, afetaram drasticamente a oferta de água e de outros serviços ecossistêmicos como a disponibilidade de frutos nativos, ervas medicinais, madeira e forrageiras nativas, componentes, historicamente estratégicos, para reprodução sócio-econômica dos povos dos cerrados do Norte de Minas. Hoje, boa parte do território está tomada pelas florestas homogêneas de eucalipto e pastagens extensivas, inviabilizando a condição de reprodução econômica de milhares de agricultores. Como reação a este processo, emerge, na década de 90, uma série de movimentos reivindicatórios de

agricultores, especialmente de acesso à água e à biodiversidade. Alier (1999) situa estes movimentos, como as novas expressões de inconformidade com os impactos do “progresso” sobre a vida das populações nativas, começando a dar forma e definir um novo perfil de movimento ambiental - “a ecologia dos pobres”, que começa a surgir por todos os cantos do planeta. É a preocupação ambiental saindo do terreno dos “ambientalistas de carteirinha”, das ONGs e instituições de proteção ambiental, para ocupar um novo lugar social, nas periferias urbanas, rurais e étnicas, alicerçadas em preocupações, concretas e objetivas, de acesso e direitos a serviços ecossistêmicos e aos territórios.

Agora, faz quase meio século que, em reação ao poder arbitrário, às injustiças, ao consumismo e na busca por uma vivência pessoal baseada em uma nova relação com o outro, com a família, com a sociedade, com a natureza e com o mundo, milhares de jovens ocuparam praças, agitaram ruas em atos de protestos ou em manifestações silenciosas, cultuando uma nova estética e um outro estilo de vida. Como movimento utópico, não visavam vitória política, sendo, nesse campo de disputa, desde partida, um movimento derrotado. Respirava-se ares de descrença nas instituições do estado, dos governos, da política e do estilo de vida construído pelo capitalismo industrial. Ao mesmo tempo, tecia-se ali uma rede de diálogo e códigos a uma escala planetária. O mundo, naquele momento, “fica menor”. O cosmopolitismo e internacionalismo lançaram as bases para a percepção de um mundo interdependente.

Os movimentos culturais dos anos sessenta e setenta mexem com valores e crenças cristalizados na sociedade industrial, sendo percebidos, em sua extensão, somente por gerações que estavam por vir. Esses movimentos vão nutrir o ambientalismo, o feminismo, a luta pelos direitos humanos, pela liberdade sexual e a

luta pelos direitos às diferenças étnicas, que vão entoar os movimentos sociais no arrastar das décadas seguintes. A humanidade, naquele momento, não se dava conta que, desde sua unidade mais básica, a família, não seria, em um futuro próximo, a mesma. No apagar das luzes do século XX, o patriarcalismo, característico da civilização Judaico-Cristã-Mulçumana, nunca esteve tão balançado. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre vem anunciar uma possibilidade de rearticulação de movimento planetário contra-hegemônico. Uma nova geometria do movimento social vem tomar forma. Um movimento social em rede como reação à estrutura econômica e de poder globalmente interconectada (Castells, 2000).

Complexas redes, em espectro planetário, invadem os mais longínquos rincões. As antigas referências organizacionais e institucionais são completamente balançadas pelas novas tecnologias da era da informação. Para Castells (2000), enquanto os movimentos culturais, tais como o liberalismo, direitos humanos, ambientalismo e feminismo, explodiam, quase simultaneamente, a começar pelos Estados Unidos e França, depois na Itália, Alemanha, Espanha, Japão, Brasil, Tchecoslováquia, com repercussão por muitos cantos do planeta industrializado, em final da década de 60 até meados de setenta do século XX, dois outros processos independentes tomavam corpo, para juntos mudarem a rota de navegação do desenvolvimento e do mundo civilizado: a crise econômica do capitalismo industrial e do estadismo, e a conseqüente reestruturação dos mesmos. Nas ondulações destes três processos, que coabitavam e tencionavam juntos os movimentos civilizacionais, desencadeavam-se, naquele momento, as bases para o surgimento de uma nova estrutura social dominante - a sociedade em rede, e uma nova economia - a economia informacional/global e a cultura da virtualidade real. No despertar de um mundo definitivamente interdependente, a matriz lógica da economia, da sociedade e da

cultura está subjacente à ação das velhas e das novas instituições que se criam à jusante destas modificações. A extensão dessa dinâmica se capilariza, ganhando terreno na sociedade e nas instituições estatais, dando forma a uma nova geometria: a sociedade em rede e o estado em rede. Amplifica-se o nível de dificuldade do hermetismo social e territorial, mesmo que desejado. A interconexão, a escala dos indivíduos, das instituições e das mais diversas atividades econômicas, promove uma aproximação flexível dos mais distintos territórios e idiosincrasias culturais.

Num tempo de grandes avanços e de transformações dramáticas, de revolução nos campos da comunicação e da informação, de revolução da eletrônica, da genética e da biotecnologia, parece, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas e políticas para a realização das promessas da modernidade ocidental: a promessa da liberdade, da igualdade entre os povos, da solidariedade e da paz. Por mais paradoxal que pareça, o que emerge, junto com estas condições, não são os ares puros e as montanhas ensolaradas anunciadas pelos arautos do progresso e da modernidade, e sim, as ameaças de ares nefastos e dramas societários experimentados em séculos anteriores. A escravidão ameaça ressurgir sob novas formas, em meio a repugnantes desigualdades sociais. Doenças, tidas como erradicadas em muitas partes do mundo, como a tuberculose e a dengue, ressurgem em proporções epidêmicas. Doenças novas, como a AIDS, trazem novas ameaças, não respeitando as fronteiras entre periferia e centro. E, finalmente, ressurgem as guerras, comicamente em nome da paz e pelo fim do “terror” (Santos, 2002:13). Os tempos dos métodos sofisticados de expansão dos ideários da modernidade, tendo como escudo a luta pela paz e por uma só humanidade, dá lugar ao rompante de métodos “mais grosseiros”, também experimentados no passado: “a guerra pela paz”.

A humanidade dá-se conta de que as promessas da modernidade nunca estiveram tão longe de serem cumpridas.

Para Santos (2002), estas promessas constituíram o *patrimônio matricial* do que se chamou de emancipação social. As lutas políticas modernas concentraram-se em torno das concepções de tais promessas e na forma de realizá-las ou não. Nesse terreno, se localizou a zona de clivagem que, durante os tempos modernos, dividiu socialistas e capitalistas, liberais e marxistas, reformistas e revolucionários, nacionalistas e internacionalistas. Os novos fatos, como a derrocada socialista em favor dos capitalistas, a crise dos ideários liberalistas, colocam a idéia de revolução social, cada vez mais, distante da agenda política. Por outro lado, nos tempos de globalização, a luta entre nacionalistas e internacionalistas perde sentido. Tais transformações são profundas e convivem com os problemas criados pela modernidade, para os quais, não há soluções modernas. Para Santos (2002), o que está em questão é a própria reinvenção da emancipação social.

Em meio à dramática tensão criada pelos “problemas modernos”, insistem em ressurgir, por muitos cantos do mundo, movimentos contra-hegemônicos de resistência. O processo de desterritorialização que o capitalismo moderno opera, no sentido de romper o envolvimento das populações com o lugar, *des-envolvendo-as*, saca do espaço territorial seu sentido de lugar, vestido de conteúdo simbólico e de significados, e transforma a diversidade, centrada no lugar, em paisagens homogêneas. Vale lembrar que, esta história vem se estendendo desde a celebração da primeira missa em Porto Seguro, no litoral brasileiro, pela expedição de Cabral, ou a destruição dos templos de Tenochtitlan, no México, e a construção de uma catedral espanhola em seu lugar, com seus destroços. Estratégias de aniquilação do lugar e imposição de valores centrados no espaço.

Para Harvey (1992: 217), *o espaço é fundamental em toda forma de vida comunitária*; sendo elemento fundamental em todo exercício de poder, devendo ser pensado como um sistema de “*contêineres*” do poder social. O *espaço* é revisto como o lugar a partir de onde o poder se instala, mesmo numa sociedade cada vez mais globalizada. Em inúmeros cantos do planeta, os territórios locais são disputados *pari passu* com tentáculos de estruturas globais de poder – a luta dos Geraizeiros do Alto Rio Pardo, que será abordada na sessão seguinte, denuncia esta tensão *local/ supra- local*.

Nesta moldura, uma pergunta que se apresenta é: como *o lugar*, as culturas locais, as populações que guardam fortes lastros com seus territórios, podem sobreviver ou se articular às novas interconexões estruturadas nas meta redes globais? Qual seria a extensão do “*estrago*” provocado por estas conexões? Marshall Sahlins, em *Ilhas de História* (1999), nos alerta que, o mesmo tipo de mudança cultural, *introduzida por forças externas, mas orquestrado de modo nativo*, vem ocorrendo há milênios. Sociedades isoladas nunca existiram, senão pela imaginação dos antropólogos evolucionistas. Para Sahlins (1999:9), o dinamismo e a interação estão presentes em toda a experiência humana. Estruturas *performativas e prescritivas* podem ser encontradas em uma mesma sociedade, isto implica que, *em uma dada sociedade, existirão certos pontos estratégicos de ação histórica, áreas circunstancialmente quentes, e outras relativamente fechadas* (Sahlins, 1999:14).

As ordens performativas tendem a assimilar-se às circunstâncias contingentes, enquanto que as prescritivas tendem a assimilar as circunstâncias a elas mesmas, por um tipo de negação de seu caráter contingente e eventual. (...) Em um modelo prescritivo, nada é novo ou, pelo menos, os acontecimentos são valorizados por sua similaridade com o sistema construído. (Sahlins, 1999:13)

A tensão local/supralocal nas lutas dos camponeses por seus territórios vem desde o movimento dos camponeses ingleses contra a expropriação das terras comunais e a integração forçada às fabricas protocapitalistas no século XVII, continuando na luta dos camponeses indianos agroflorestadores contra a privatização e exploração das florestas hindus. Tais manifestações ressurgem na América Latina, desde o movimento dos Chiapas no México, passando pela reconquista silenciosa dos territórios do povo Otavalos no Equador. Ou ainda, nos dias de hoje, a luta dos camponeses nos Sertões de Minas contra a privatização de seus territórios, onde os geraizeiros do Alto Rio Pardo tomam posição de força contra um estado arbitrário, e iniciam o processo de retomada de suas terras.

É neste cenário que se insere o desafio de reconstrução de políticas públicas e de constituição de uma nova institucionalidade, com objetivo de reverter os níveis de relações desiguais entre *lugares*, blocos econômicos, estados, regiões, territórios e municípios. Ao mesmo tempo, o desafio de repactuação nas relações entre estado/sociedade civil, dando “ares” para possibilidades de alianças entre setores da sociedade na constituição de um outro tecido social e econômico, ou mesmo, constituição de novos pactos e arranjos institucionais, para além do preconizado pelo *pacto federativo*, numa direção ou numa perspectiva valorativa do espaço e da territorialidade rural, de seus recursos genéticos, conhecimentos e cultura.

No capítulo a seguir, buscamos fazer um estudo de caso na microrregião de Porteirinha, no Norte de Minas Gerais, no sentido de analisar o crescente processo de empobrecimento dos agricultores familiares e dos pequenos

municípios rurais, em grande medida relacionado à ausência de políticas de defesa dos mecanismos de extração de excedentes que “a economia maior” exerce a agricultura local. Bem como, fazermos exercício de reflexão sobre as estratégias locais de enfrentamento dos desafios colocados acima.

CAPÍTULO III

DO LOCAL AO SUPRALOCAL: O CASO DOS CAATINGUEIROS E GERAIZEIROS NA REGIÃO DE PORTEIRINHA

Neste capítulo buscamos fazer um estudo de caso, a partir de um recorte territorial, sobre a microrregião de Porteirinha, compreendendo os municípios de Serranópolis de Minas e Riacho dos Machados. Esta análise permitirá uma aproximação, um “zoom” sobre a realidade específica dos agricultores e da agricultura destes municípios, permitindo identificar alguns dilemas e armadilhas do atual padrão de desenvolvimento, bem como as oportunidades, desafios e rumos para um processo de reposicionamento e valorização da agricultura local.

Neste sentido, nos dedicaremos a analisar a experiência de trabalho do CAA e seus parceiros locais, buscando identificar referências, elementos que apontem propostas de ações e políticas para um reposicionamento da agricultura local. Buscando, a partir daqui, mirar processos locais para encontrar elementos que apontem outras abordagens e caminhos como alternativa ao desenvolvimento, não como desenvolvimento alternativo, conforme nos alerta Santos (2002).

Na primeira sessão buscaremos compreender o contexto em que está imbricada a agricultura local, inscrevendo-a na paisagem de Minas, Norte Mineira e local, num movimento de aproximação progressiva. Noutro movimento, buscaremos localizar as tensões estabelecidas com a supraestrutura econômica, bem como, a partir de uma mirada crítica, estabelecer conexões com o debate em torno da crítica ao paradigma do desenvolvimento, construído no capítulo I. Na segunda

sessão, buscamos analisar a abordagem do trabalho desenvolvido pelo CAA e parceiros locais, enquanto referencia de estratégias de revalorização e fortalecimento da agricultura centrada na gestão de territórios. Na terceira e última sessão, buscamos analisar os mecanismos de extração de riqueza que a “economia maior” exerce sobre a agricultura local, bem como, o papel da agroecologia como estratégia de mitigação desse processo. No percurso desse capítulo, buscaremos acionar as contribuições de Dayrell (1998), Gonçalves (2000), Costa (2003), Claudia Luz (2005), Mignolo (2005), Souza (1995), Bhabha (1998), Ribeiro (1995) e do CAA (2002).

3.1. O Contexto Norte-Mineiro

Para compreendermos onde se insere o presente estudo faremos uma breve descrição do contexto em que a microrregião de Porteirinha se inscreve na paisagem norte mineira e do estado de Minas Gerais.

Minas Gerais é o quarto estado Brasileiro em extensão territorial (588.386 km²), corresponde a 6,9% do território nacional e tem população residente acima de 16,5 milhões de habitantes, sendo 8 milhões desta população economicamente ativa.

Minas é o estado da diversidade - uma marcante diversidade ecológica, rastros culturais contrastivos, uma economia notadamente diversificada. Além da auto-suficiência na produção de grãos, possui em seu território o segundo maior rebanho bovino do país, se mantém como um dos principais produtores de café e cresce no setor frutícola. A atividade industrial também é altamente diversificada, destacando-se no complexo siderúrgico, automotivo, têxtil, de calçados, tecnologia de ponta, entre outras. O Produto interno bruto é distribuído em 53,68% para o setor de serviço, 35,6% para a indústria e 10,72% para a agropecuária. Entretanto, 51% do PIB industrial encontra-se concentrado na região central. As desigualdades econômicas e sociais entre as regiões mineiras são profundas (Fontes, 1998:397-414). Com uma área de 588.384 km² de superfície, a geologia, o clima, o relevo e os condicionantes hídricos propiciaram o surgimento de uma cobertura vegetal extremamente rica e diversa, representante de três grandes biomas brasileiros: a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga (Figura 1). Paisagens que convivem com uma diversidade de flora e fauna, em que as populações humanas co-evoluíram no rastro

de diferentes racionalidades contrastivas: a indígena, ocupante ancestral do território americano, confrontada com a frente de ocupação colonial, os Bandeirantes oriundos de São Paulo, e outra oriunda do Nordeste brasileiro – as Fazendas de Gado⁷. O território mineiro foi um ponto de encontro destas racionalidades, condicionando e contribuindo para a emergência de populações distintas e diversas, e com diferentes formas de relacionamento com o meio ambiente natural.

Uma das marcas inscritas na fisionomia deste estado é a transição ecogeográfica: do Sudeste para o Nordeste brasileiro; da mancha atlântica que não toca, mas recebe os ares da costa brasileira, para o sertão; do clima sub-úmido para o semi-árido; do cerrado para a caatinga; do “mar de morros” da Zona da Mata para a aparente calma dos cerrados que invadem o sertão mineiro. Notadamente, uma fisionomia singular no âmbito dos ecossistemas brasileiros. Minas abriga, em pouco mais de uma centena de milhares de quilômetros quadrados, uma diversidade única de paisagens conformadas pelo contato ecossistêmico. Os Cerrados, as Caatingas e a Mata Atlântica ora se entrelaçam no território, ora constroem imensas e profundas manchas de domínio e calma. A malha hídrica e os movimentos migratórios de animais, incluídos os da espécie humana, se encarregam de por em contato estas imensas manchas de domínio ecossistêmicos. Das montanhas de Minas, dentro dos domínios da Mata Atlântica, cuja paisagem é movimentada por um relevo inicialmente ondulado, à medida que deslocamos pelas estradas que ligam ao triângulo, ou ao norte, em cuja paisagem dominam os

⁷ Costa, J.B. denomina a frente oriunda de São Paulo como “ dos paulistas”, cuja marco que orienta a racionalidade de convivência com os territórios, é a da exploração: dos minerais e dos cativos (negros e índios). Da mesma maneira, denomina a frente oriunda do Nordeste Brasileiro como “dos baianos”, cujo marco que orienta a racionalidade de convivência com os territórios, é a da produção de alimentos, onde o gado funcionava como moeda de troca com os mercado dos minerais. (informação pessoal)

cerrados, deixamos os caminhos dos terrenos movimentados do “mar de morros” para penetrar na imensidão dos altiplanos que vão tocar o planalto central brasileiro.

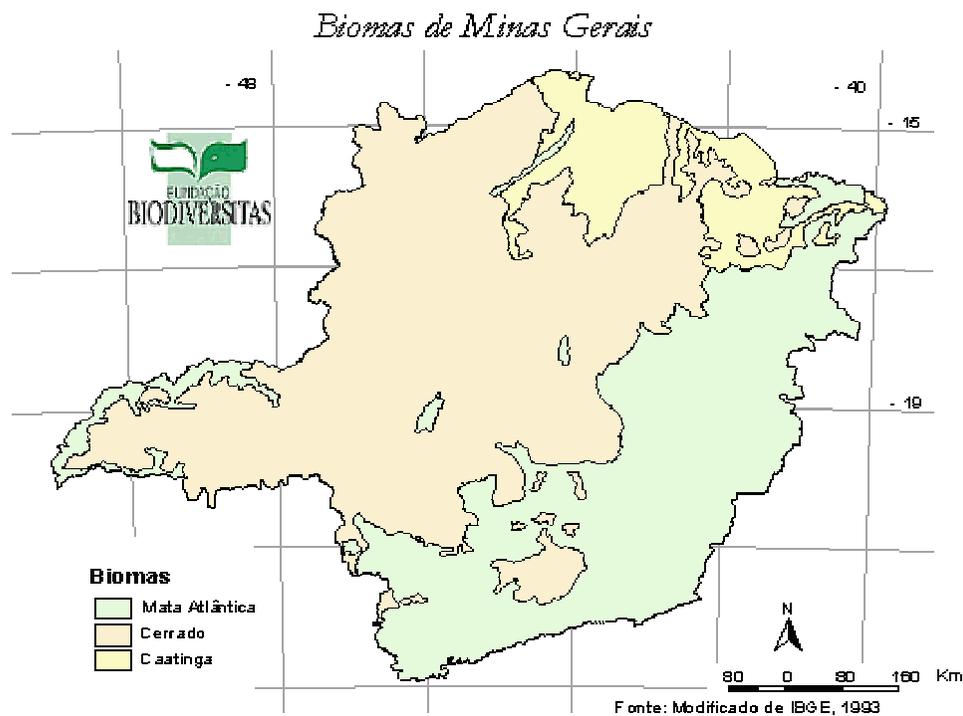


FIGURA 4: Biomass de Minas Gerais.
FONTE: <http://www.biodiversitas.org.br/8>.

Muda o relevo, mudam as formações vegetais, da mata atlântica para o cerrado e um emaranhado de formações fitoecológicas designadas, ora de Mata seca, ora de Caatinga. Formações que mudam significativamente nos diversos pontos de contato ecossistêmico. Como também, mudam o clima, o regime das chuvas, sua intensidade e frequência, a temperatura e a umidade.

É nessa paisagem, múltipla e singular, que se assenta uma agricultura diversa, movida por diferentes matrizes de racionalidade, uma fisionomia social rica e complexa. Poderíamos também dizer que está inscrito sobre

⁸ Revisão do Atlas de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade

esta paisagem uma boa mostra daqueles que são os verdadeiros portadores do patrimônio cultural do *Agrus* brasileiro.

Mesmo sob a égide uma política arrogante e conservadora, em que a agricultura familiar é mantida sempre que possível à margem dos benefícios das políticas distributivas, bem como, das estratégias e políticas emanadas do estado e do capital privado para o desenvolvimento rural, esta população ainda subsiste e permanece ocupando a maioria absoluta da população rural em Minas Gerais. De um total de 2 milhões pessoas ocupadas no campo em Minas, 1,294 milhões encontram-se absorvidas pela agricultura familiar, deste total 250 mil estão na região Norte de Minas (IBGE, 1995/96). Ora, uma estratégia de reposicionamento da agricultura em Minas, tem que passar firmemente por estratégias no interior destas manchas de comunidades e territórios rurais que teimam em subsistir.

O gráfico 3 mostra como a agricultura familiar está distribuída nas meso-regiões de Minas. Estes dados sinalizam a significativa participação da agricultura familiar enquanto absorvedora de mão-de-obra, especialmente nas regiões Norte, Jequitinhonha, Rio Doce, Mucuri e Zona da Mata. Por outro lado, evidenciam a crescente ocupação pelo agronegócio no Noroeste, Triângulo e região central. O Norte de Minas se destaca como a região de maior participação da agricultura familiar na ocupação. E ainda, dentro da meso-região Norte, Porteirinha se destaca como o município de maior concentração de agricultores familiares.

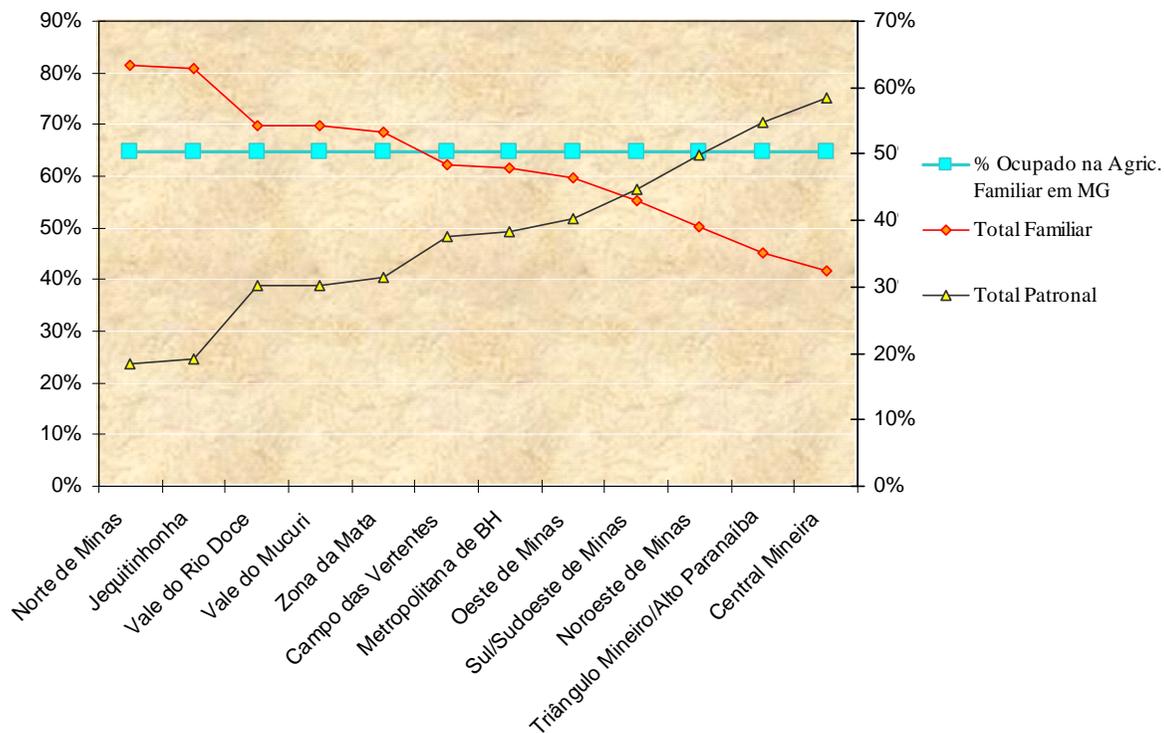


GRÁFICO 3: Percentual de Participação no Pessoal ocupado em MG, pela Agricultura Familiar e Patronal por macroregião e no Estado .

FONTE: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE. Convênio INCRA/FAO

Do ponto de vista ecogeográfico, a região norte de Minas caracteriza-se como uma ampla faixa de transição entre uma vegetação típica do Planalto Central Brasileiro – os Cerrados – e as formações que fazem contato com a Caatinga, vegetação típica do semi-árido Nordeste. Em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem, vão se formando as áreas de domínio, ora do Cerrado, ora da Caatinga. Como quem disputa o domínio do território, o Cerrado e a Caatinga se entrelaçam, conformando complexos e variados ecossistemas de transição, as Matas Secas ou florestas caducifólias, em variadas formas.

A ocupação humana destes variados ecossistemas, através de um processo de co-evolução homem – ecossistemas, foi, ao longo do tempo, conformando culturas, agroecossistemas e diferentes sistemas de organização sócio-econômica. O *modus vivendi* dos habitantes da Caatinga- os Caatingueiros, dos

habitantes do cerrado - os Gerazeiros, dos habitantes das ilhas e vazantes do São Francisco- os Vazanteiros, e ainda os remanescentes de indígenas e quilombos (Dayrell, 1998), conformam diferentes sistemas cognitivos, que Gonçalves (2000) redefine como *diferentes matrizes de racionalidade*.

João Batista de Almeida Costa (2003), ao comentar o livro, *Pelos Caminhos de Minas*, elaborado por Juarez Tarcísio Dayrell e outros (1993), utilizado nas escolas mineiras, alerta sobre a forma em que a narrativa das paisagens deixa claro como o Norte de Minas é incluído na *totalidade mineira, na qualidade de parte oposta e desvalorizada*. A paisagem de Minas é comumente informada como *única, associada à imagem das “terra das alterosas”, dos planaltos e serras, sem mencionar a existência de qualquer outra paisagem*. [...] *A ideologia da mineiridade constrói Minas Gerais como uma sociedade una, apesar de sua diversidade* (Costa, 2003: 245 e 248).

Todavia, buscamos aqui construir outra mirada sobre esta paisagem, aqui revelada como portadora de múltiplas geo-histórias. Para uma caracterização, em escala macro, do território norte-mineiro, poderíamos estratificá-lo em 3 grandes paisagens, que co-evoluíram com os camponeses que delas se assenhoraram. Nos altiplanos de formação sedimentar, porções mais elevadas da paisagem regional, se espriam imensas chapadas cobertas por vegetações de cerrados, ora moldadas pela ocupação de camponeses migrantes europeus, ora salpicados e, ou misturados com indígenas e africanos aquilombados, dando corpo às paisagens conhecidas como os *Gerais*. Especialmente nas regiões de contato ecossistêmico, tais camponeses são conhecidos como *Gerazeiros*.



FIGURA 05: Imagem de satélite. Região do Vale do Gurutuba - interflúvio entre o rio Gurutuba e um afluente, o rio Pacuí. Baixios da Depressão São-franciscana.
FONTE: Imagem satélite, Embrapa (2002).



FIGURA 06: Imagem de satélite. Serra do Espinhaço. À esquerda: zona de dissecação e as escarpas da Serra do Espinhaço. À direita: início dos Altiplanos dos Gerais de Minas.
FONTE: Imagem satélite, Embrapa (2002).

Na porção inferior desta imensa paisagem, está localizada a DepressãoSãofranciscana. Uma vasta região de acúmulo de sedimentos depositados, arrastados pelas águas que nela se acumulam e se espraiam com facilidade. Domina a paisagem uma planície de *baixios*. As colinas da região das escarpas da Serra do Espinhaço dão lugar as dolinas (depressões, *furados*, arredondados), denunciando a sua gênese associada às formações Cársticas. Essas peculiaridades geomofológicas conferiram à região características de acumulação de água e sedimentos, tornando-a habitat apropriado à proliferação do mosquito da malária. Tal particularidade tornou a região insalubre para os homens brancos até os anos sessenta e setenta. Isso permitiu o abrigo de negros fugidos das senzalas, que ao contrario do homem branco, não morrem com o ataque da doença, e a expansão de inúmeras comunidades negras, que por aí permaneceram, por dois ou mais séculos, livres da perseguição escravocrata, do martírio da senzala e da chibata dos feitores. Com a chegada da ferrovia a região foi saneada - o mosquito transmissor da malária foi combatido. Estudos recentes realizados por Costa (1999) evidenciam a existência invisibilizada de uma imensa população de comunidades negras, no Vale do Verde Grande, que se estende por toda DepressãoSãofranciscana, denominada por ele de *Campo Negro da Jaíba*. As duas comunidades mais conhecidas e já estudadas são os quilombos de Brejo e do Gurutuba. As duas no Vale do Verde Grande, com uma população estimada em mais de 10 mil habitantes.

A micro região de Porteirinha, especificamente, está situada numa faixa de transição entre estas duas paisagens – o *campo negro da Jaíba* e os *Gerais*. É a região das escarpas da Serra do Espinhaço, que põe em contato a Caatinga e os Cerrados. Região, do ponto de vista geomorfológico, de dissecação pluvial nas zonas das colinas mais próximas da Serra do Espinhaço, e de dissecação

fluvial a medida em que deslocamos em direção à Depressão Sãofranciscana. Esta morfogênese confere uma característica de escoamento que não favorece o acúmulo de água, não criando condições ambientais para proliferação de mosquitos deletérios ou letais aos camponeses brancos de descendência européia. Estas características fizeram com que viessem a ocupar esta região, camponeses migrantes, especialmente de descendência portuguesa e italiana. Estes agricultores são chamados, pelos Geraizeiros, de *Caatingueiros*.

Não obstante, este é um território de encontro entre as bacias do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas. Ao mesmo tempo, de encontro e confronto desse conjunto diferenciado de histórias de ocupação econômica, políticas de desenvolvimento e matrizes de racionalidade. Constituindo-se um complexo mosaico de substrato sócio-ambiental, representativo das muitas contradições da experiência mineira e, por que não dizer, brasileira, de políticas para o desenvolvimento rural.

Claudia Luz (2005:35), comentando Paula Monteiro (1997), nos alerta que, num contexto de intensa interação social, onde a proximidade de paisagens contrastivas cuida de por em contato distintas geo-histórias e matrizes de racionalidades, como as que se apresentam nessa região, *as identidades não se definem pelas relações internas, mas pelas relações que se desenvolvem nas fronteiras, pelas relações interculturais*, não podendo mais ser compreendida pela *mirada essencialista e substantivista, vista como totalidade homogênea decifrável a partir de sua lógica interna*. Uma *concepção relacional* nos ajuda a compreender o processo de proliferação recente de reivindicações de identidades, que se manifesta entre os Geraizeiros do Alto Rio Pardo, ou entre os Quilombolas do Campo Negro da Jaíba, especialmente vitalizado durante o processo de luta pela reconquista de seus

territórios. O ambiente de confronto instalado pela disputa do território com os grandes projetos agroindustriais, que buscam se reposicionar na região, tem estimulado, de forma clara, o que poderíamos também chamar de *processo de reterritorialização* e de reafirmação de diferenças identitárias, em um movimento contrário às novas ondas civilizadoras sobre o sertão e os sertanejos que nele habitam. Segundo a autora:

[...] processo simbólico de auto-designação de traços culturais, já que interessa ao próprio grupo a manutenção dos signos distintivos que evocam suas fronteiras e a renovação de códigos de diferenciação em relação aos outros grupos com os quais interage. A concepção de identidade relacional incorpora a idéia de performance simbólica, combinando interesses e pertencimentos, o que implica no descentramento do referencial substantivista de análise das etnias em direção ao referencial político de análise da etnicidade, num processo que Monteiro (1997) designa como progressiva politização da diferença. (Luz, 2005:35)

Este novo movimento “civilizador” que se avizinha, sob as vestes modernas do agronegócio, busca integrar esta região, a todo custo, como produtora de matéria prima barata, ora com os plantios homogêneos de Eucalipto, para produção de celulose e carvão, que vai alimentar os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios correlatos a este, ora com os pólos de agricultura irrigada, ou pecuária. Tais “boas novas”, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo. Para Furtado (1996), a luz do que debatemos no capítulo I, esta dinâmica é decorrente da expansão da economia internacional a partir dos centros dinâmicos, cada vez mais ávidos por fontes de recursos naturais e mão-de-obra barata. O fluxo

de riqueza produzido dentro desses complexos se move desde o interesse dos que estão no centro do sistema. Às regiões, vistas como arrinconadas, cabe receber estas atividades como *ajuda ao desenvolvimento*, mesmo sendo, na verdade, relegado a estas, a pilhagem e o saque voraz de seus estoques de capital natural. Definitivamente, a ideologia do desenvolvimento econômico que propaga que o sacrifício vale a pena, só tem sentido para aqueles que habitam o centro do sistema e se beneficiam com o balanço global de trocas.

Tendo em vista essas preocupações, na sessão seguinte buscamos analisar como uma organização não governamental que atua na região, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA, tem abordado a questão do desenvolvimento local, com foco na concepção e nas estratégias construídas junto com as populações locais. A análise centra-se na compreensão da forma como o CAA, ao longo de sua trajetória de interação com essa realidade, cambia suas estratégias e re-apreende o sentido de *lugar* e *local*, diluindo, aos poucos, a arrogância interventora absorvida “dos ares” do paradigma desenvolvimentista, passando a enredar suas ações a partir de dinâmicas territoriais, fortemente impregnadas de *orquestração nativa*⁹. Nesse sentido, esta organização se posiciona como apoio à luta de camponeses da região para um reposicionamento na relação com os mercados e com o ambiente político-institucional.

⁹ Expressão cunhada por Salhins (1999).

3.2 Repensando a escala local

A abordagem territorial adotada para o estudo de caso a ser feito neste capítulo, segue a opção estratégica feita pelo CAA, Sindicato dos Trabalhados Rurais de Porteirinha¹⁰ e Cooperativa Grande Sertão¹¹, para orientar suas ações. Opção esta, resultante das reflexões e aprendizados da práxis dessas organizações.

Faz-se necessário destacar que as três organizações são exemplos dos novos atores sociais que influem ativamente na definição e execução de políticas públicas, conforme discussão feita no item 2.4, do segundo capítulo.

Para compreensão do que vem a ser esta abordagem territorial, optamos por apresentar a evolução do debate sobre as estratégias de atuação destas instituições, nos referindo especialmente ao CAA, que tem suas reflexões sistematizadas.

O enfoque do trabalho do CAA, em seu primeiro ciclo de vida, articulava-se a partir do planejamento da ação “na comunidade”, muitas vezes encerrado na fronteira comunitária. Acreditava-se que o sucesso das soluções que se consolidavam na escala das famílias e comunidades possuía em si mesmo potencial de expansão e transbordamento para outras localidades. Este enfoque ancorava-se e absorvia influência das teorias do *desenvolvimento comunitário*, matizado no Brasil a partir das contribuições que vinham da educação *freiriana*. Paulo Freire (1970), em sua obra mais conhecida, *Pedagogia do Oprimido*, concebe a educação como um ato

¹⁰ O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porteirinha, é uma organização representativa dos agricultores, com base de atuação nos municípios de Pai Pedro, Porteirinha, Serranópolis e Nova Porteirinha. Caracteriza-se por uma atuação significativa no campo do desenvolvimento rural e da agroecologia.

¹¹ A Cooperativa Grande Sertão é uma organização de abrangência regional que atua no desenvolvimento de estratégias organizativas para inserção de produtos agroecológicos nos mercados.

político, trazendo elementos de compreensão dos processos de constituição da cognição humana e da construção dialética do conhecimento - o fazer estrutura o saber e o saber estrutura o fazer. O saber e o fazer encerram uma práxis com fins de empoderamento das comunidades para sua atuação política - o saber estrutura o poder. Numa tradução destorcida e equivocada das teorias transformadoras de Paulo Freire, muitas abordagens acreditavam que o mundo só é desnudado e modificado a partir da interpretação do que está mais próximo. Esta abordagem permanece inspirando muitas organizações, ainda nos tempos de hoje.

Noutro flanco, através dos ares que sopravam da psicologia social e do exercício da pesquisa-ação, inúmeros aportes vieram a se somar no campo das relações grupais – dando origem a jogos, dinâmicas de grupos e uma infinidade de procedimentos experimentais para efeito de fortalecimento e sedimentação comunitária. Esta abordagem, mais claramente conceituada como *metodologia do trabalho comunitário e social*¹², embalou um grande número de experiências de trabalho popular no Brasil, durante os anos 70 e 80. Michel Thiollent (1985), Willian Castilho (1988 e 1984), Belfiore (1993), Arcoverde (1985), Hirschnan (1987), Dallari (1983), Brandão (1984), Cardoso (1987), Faleiros (1982), Fritzen (1985), Bonfiglio (1982); foram alguns dos expoentes que vieram a desenvolver teorias que iluminaram a questão no campo conceitual. Os primeiros projetos do CAA eram fortemente matizados por esta abordagem. Os planos de atividades eram alinhavados em torno da escala comunitária. Apenas alguns eixos específicos se dedicavam à escala regional. As ações locais e regionais não necessariamente interagem.

¹² Boa parte da literatura me foi apresentada por Solange Monteiro de Souza, socióloga do CAA, profunda conhecedora dessa abordagem. Além de me por em contato com esta literatura, os debates que tivemos na montagem do curso que ministramos juntos, na UNESP de Registro-SP, me ajudaram a construir uma visão panorâmica sobre o tema.

Durante a década de 90, a abordagem do *desenvolvimento comunitário*, vai aos poucos manifestando sinais de insuficiência. A escala comunitária passa a ser questionada no CAA e, de forma mais generalizada, em outras instituições que, da mesma forma, submeteram os efeitos de sua ação ao crivo da crítica e da avaliação aberta dos atores que dela faziam parte. Passa a haver uma percepção mais clara de que os efeitos de transbordamento das “experiências bem sucedidas” não se realizam como um movimento espontâneo. Ao contrário, as experiências comunitárias, se isoladas, tendem a ser soterradas e inviabilizadas se, em suas cercanias, não se manifesta um quadro que favoreça sua reprodução. Nos documentos institucionais do CAA, a sustentabilidade das experiências comunitárias passa a ser vista, cada vez mais, como produto dos arranjos tramados no seu entorno, seja no âmbito institucional, político, econômico, ambiental e, em alguns casos, até mesmo de natureza simbólica.

A partir da regulamentação da Constituição de 1988 inicia-se o processo de descentralização política e de municipalização no Brasil, trazendo em seu bojo as preocupações com o local, e com elas as teorias do *desenvolvimento local*. As preocupações e teorias migram da escala comunitária para a escala *local*, sendo esta entendida, na grande maioria das vezes, enquanto escala municipal ou micro-regional, concebida como um agrupamento de municípios vizinhos. Os programas de trabalho do CAA também se reestruturaram interagindo com as inquietudes ventiladas a partir destes debates: surge o PDL - Programa de Desenvolvimento Local, desenvolvido nas micro-regiões de Porteirinha e Varzelândia. A metodologia de trabalho buscava alinhar ações da escala comunitária aos processos municipais e micro-regionais, tendo os STRs como parceiros e *locus* sócio-político de planejamento das ações. A geopolítica municipal

influenciava fortemente e continua a influenciar, para a maioria, o sentido de *lugar*. Nos anos 90 e início do nascer do novo século é feita então a passagem do enfoque do *desenvolvimento comunitário*, para o enfoque do *desenvolvimento local*, que passa a integrar os projetos institucionais.

Nos primeiros anos do novo século o enfoque do desenvolvimento local começa a ser bombardeado em duas perspectivas. Primeiro, em torno da crítica às Teorias do Desenvolvimento, vindas da América Latina, a partir de Max-Neff (1995 e 1996), Esteva (2000), Furtado (1992 e 1996), Henrique Leff (1998), ou de vozes mais distantes como Amartya Sen (2000), Wolfgang Sachs (2000), Rist (1997) ou mesmo de Boaventura de Souza Santos (2002), conforme tratamos no capítulo I. Segundo, persistem os debates e tensões em torno do sentido de *lugar*.

A partir de 2002, a abordagem do desenvolvimento local dá lugar à *gestão de territórios*, esta nomenclatura desaparece dos documentos elaborados pelo CAA. Primeiro, por entender que a cunhagem metafórica exercida em torno do desenvolvimentismo colonizador e imperialista, vindo dos países centricos e pelas mãos do Banco Mundial, não se aplica ao enfoque da sustentabilidade e solidariedade societária. Segundo, o cerco exercido pela geopolítica - municípios e estados - enquanto sentido de lugar, é uma redução grosseira.

Na visão da entidade, os agrupamentos humanos com os quais trabalha - agricultores e comunidades - estão inscritos em paisagens rurais, cujos circuitos de interação, conversação, intercâmbios e preocupações configuram identidades e dinâmicas territoriais. Elementos simbólicos e materiais em

movimentação entre diferentes localidades vão conferir identidade territorial. Em comunidades de agricultores o lastro com seu território parece ser mais concreto e traz novos significados, conferindo mais substância ao sentido de lugar, antes percebido como unidade municipal. A geohistória antecede a geopolítica.

O território é compreendido pelo CAA como uma unidade sócio-espacial, sobre a qual existe uma identidade cultural, circuitos econômicos, vínculos e circuitos privilegiados de conversação e diálogo entre grupos familiares, comunidades e localidades. Esta configuração se manifesta nas comunidades Caatingueiras de Porteirinha, assim como, entre as comunidades Geraizeiras no Alto Rio Pardo, nas comunidades Quilombolas do Verde Grande, ou mesmo nas comunidades do Riachão. No caso destas, um processo de territorialização forjado na luta pela água no Vale do Riachão. As ações animadas pelo CAA buscam alinhar os processos comunitários às dinâmicas territoriais em que estas populações estão inscritas.

A noção de território, nesta concepção, não implica em redes de diálogo e interação encerradas numa fronteira espacialmente definida, já que os acontecimentos ambientais, econômicos, políticos e culturais, dentro do território, podem ser consequência de decisões e dinâmicas emanadas de outras regiões ou de corporações que operam em escala planetária. A exemplo disto, podemos citar outra região de atuação do CAA, o Alto Rio Pardo, em que as comunidades e organizações de agricultores que lutam pela defesa e reconquista de seus territórios tomados pela monocultura do eucalipto, ao mesmo tempo em que negociam com o governo federal o apoio a um programa de gestão e reordenamento territorial, são obrigadas a fazer enfrentamento direto aos empreiteiros e carvoeiras, na escala local. Na escala estadual, são forçados a pressionar o governo e enfrentar extenuantes debates na

Assembléia Legislativa, buscando atenuar o *lobby* das empresas monocultoras de Eucalipto. Na arena internacional, têm sido feitos esforços de enfrentamento com a ajuda de agricultores do Alto Rio Pardo, em articulação com a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, na Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas - COOP IX, realizado em Milão, Itália, em dezembro de 2003, e na Global Carbon Market, Fair & Conference - Carbon Expo, realizada em Colgne, Alemanha, em junho de 2004. Arenas onde as grandes corporações, que exercem uma enorme pressão sobre os estoques de capital natural e impulsionam a expansão da pobreza no Terceiro Mundo, desfilam impunemente, travestidas de empresas “boazinhas”, socialmente justas e ambientalmente corretas, tendo, em muitos casos, o selo de certificação florestal da *Forest Service Certification* - FSC. Estas arenas, criadas pelos mecanismos mundiais de governo, sob o pressuposto do desenvolvimento sustentável, do mercado limpo e da redução dos impactos globais sobre o clima, mais têm se prestado para nutrir os cofres das grandes corporações e, por conseguinte, ampliar sua capacidade de consumo dos estoques de capital natural e de avanço sobre os territórios e os interesses das populações locais. Esta narrativa exemplifica, de forma caricatural, como, em um mundo globalizado, o que acontece nos territórios locais, cada vez mais, se articula com acontecimentos que operam em órbitas mais abrangentes e, às vezes, com definições que tencionam comunidades por todos os cantos do planeta. A estrutura é sistêmica, o sentido de local e de comunidade em muito se complexificou, principalmente se considerarmos que, na atualidade, a especificidade do lugar é construída, cada vez mais, pelas ligações estabelecidas com o mundo mais amplo.

Noutro flanco, os documentos disponíveis no CAA, como ensaios que sistematizam a metodologia de trabalho, dos quais extraímos alguns

trechos apresentados a seguir, enunciam uma opção epistemológica clara que, ao nosso ver, pode ser relacionada com o debate atual iniciado na historiografia hindu, conhecido como *estudos subalternos*. Na antropologia contemporânea, estes estudos se constituem desde uma perspectiva crítica pós-colonial e pós-imperialista, trazendo uma nova abordagem para as relações entre colonizados & colonizadores, ou, poderíamos também dizer, entre civilizados & não civilizados, subdesenvolvidos & desenvolvidos. A perspectiva dos *estudos subalternos* pressupõe que todo conhecimento é portador de uma geohistória própria, isto é, todo conhecimento produzido pela humanidade é contaminado pelo contexto de onde ele parte. Como o planeta é portador de múltiplas geohistórias, perde sentido a idéia de universalidade do conhecimento. Desde essa perspectiva crítica, o conhecimento científico, visto como imparcial e uno, é parte dos mecanismos coloniais e imperialistas de subalternização (Mignolo, 2005). Esta mesma abordagem pode ser percebida nos trechos selecionados de documentos do CAA:

A inflexão e o determinismo cientificista podem constituir-se em insumos que comprometem a oportunidade do aprendizado, da percepção do novo.[...] Nossa herança judaico-cristã nos impôs valores de bipolaridades, talhando em nossa cultura uma constante clivagem de confrontos, tais como: luta do bem contra o mau, do céu contra o inferno, do certo contra o errado, impregnando nossa matriz cultural de pré-conceito a outras matrizes de racionalidades. A projeção deste maniqueísmo na interpretação da realidade funciona como lentes que distorcem objetos, uma vez que não existe na realidade social e ambiental uma fenomenologia que se aplica a esta clivagem determinista [...]. A crença de que as populações sertanejas, as culturas de lastros territoriais, são resistentes aos estímulos externos “de ajuda para o desenvolvimento” graças ao impedimento provocado pelo seu estado de ignorância, se constitui em um

equivoco, em uma inversão grosseira. Se a ignorância é produto do desconhecimento, o esforço de aproximação de uma realidade se constitui, fundamentalmente, em um movimento de diluição da ignorância.[...] A realidade desvendada pelas investigações, normalmente, é muito mais reveladora para os pesquisadores “de fora” do que para os “de dentro”. Neste sentido, essa perspectiva de pesquisa se presta prioritariamente para mitigação da “ignorância” dos que vêm de fora, seja com objetivos de colaboração, educação, fomento econômico ou outro qualquer. Prestando-se à adequação e ajuste de propostas em uma direção mais próxima ao que a realidade verdadeiramente reclama. (CAA/NM, 2003)

A preocupação com a *ignorância interventora*, no interior das estratégias bem intencionadas dos projetos *de ajuda ao desenvolvimento*, evidencia no CAA uma preocupação em se constituir um ambiente que favoreça a produção de um conhecimento crítico local. Um movimento contrário aos desenhos globalizantes de universalização e homogeneização. Parafraseando Walter Mignolo (2005:20), buscando *restituir aos agentes locais o espaço para a produção de conhecimento suprimida pelos mecanismos coloniais e imperialistas de subalternização*.

Tal perspectiva, se enreda aos esforços de construção de uma nova epistemologia desde os “de baixo”. Para Said (1996), historiador egípcio, o orientalismo é uma construção européia do Oriente, assim como o Terceiro Mundo é uma construção a partir dos Norte-Americanos e seus pares, no período pós-guerra. Da mesma forma, Homi K. Bhabha (1998), crítico hindu-britânico, analisa que o discurso construído pela história oficial do império britânico sobre as suas colônias, buscava construir teorias e explicações que servissem para justificar e autorizar suas estratégias de ocupação e invasão. Os colonizados são comumente descritos como degenerados, portadores de cultura inferior e, até mesmo, pertencentes a raças

inferiores. Segundo o autor, a resistência ao discurso hegemônico se dá, principalmente, através do uso estratégico da ambivalência inerente ao poder colonial (Souza, 1995 e Bhabha, 1998).

A partir da América Latina, têm-se feito movimentos de releitura da obra de Darcy Ribeiro, antropólogo brasileiro, nascido no Norte de Minas, em particular no sopé da Serra do Espinhaço, região focada por este estudo, e seus esforços de construção de uma visão sobre o processo de formação do povo brasileiro e latino americano. Para Ribeiro (1995), coexistem nas Américas, três blocos contrastantes de processos civilizatórios. Os povos do México e Altiplanos Andinos, oriundos de altas civilizações, vivem o drama de dualidade cultural e de fusão numa nova civilização. Noutro bloco, estão os povos *transplantados*, que vieram reproduzir nas Américas o *modus vivendi* e as paisagens Européias – são os Estados Unidos da América e o Canadá. Soma-se a este bloco de *transplantados* o Uruguai e Argentina, cuja formação hispano-índia, foi soterrada por uma onda de migração gringa de mais 4 milhões de europeus. Os outros latino-americanos, são como nós brasileiros, *povos novos, em processo de fazimento*. Sobre este povo, incide uma tarefa muito mais complexa, segundo Darcy Ribeiro (1995:447), *uma coisa é reproduzir no além-mar o mundo insosso europeu, outra coisa refundir altas civilizações*.

Nesse quadro, nós brasileiros somos um povo mestiço, produto da mestiçagem que por aqui nunca foi proibida. Uma imensa massa de nativos, afundada no que o autor chama de *ninguendade*, que viveu por séculos sem consciência de si, até se definir como uma nova identidade etno-nacional, a de brasileiros (Ribeiro, 1998:447). A imagem construída por Darcy Ribeiro sobre o processo civilizatório no Brasil e na América Latina contrasta com a imagem

construída pelos colonizadores, em que a mestiçagem era degenerativa para o gênero humano. Degeneração do fenótipo e genótipo da natureza bendita do colonizador - civilizador. Uma contraposição mais prodigiosa às imagens grafadas pelos expedicionários europeus que adentraram o sertão brasileiro no século XVII, comentadas na primeira sessão do capítulo II, é então construída por Darcy Ribeiro em sua obra.

Os *estudos subalternos*, inscritos na crítica pós-colonial contemporânea, têm envidado esforços para desarticulação do conjunto de categorias geoculturais que organizaram a distribuição de poder em termos geoepistemológicos. Buscam a construção de uma epistemologia nativa crítica, reativa a uma visão construída desde fora, vestida de preconceitos e formas mais ou menos refinadas de dominação. Abordagens coloniais que ignoram as categorias estabelecidas fora dos marcos do “cientificismo universal” são, desde esta perspectiva, postas de lado.

[..] A crença na verdade absoluta e universalizante do cientificismo arrogante dos tempos de Bacon, que orienta a ciência moderna, é posta de lado. O paradigma cientificista não detém a exclusividade, nem constitui a única luz que ilumina e guia a interpretação do mundo. Definitivamente não existe uma única explicação. Existem sim, diferentes verdades e diferentes formas de ler, interpretar e comunicar. (CAA, 2002:12)

A citação acima, sobre o enfoque metodológico, denota a compreensão e a percepção do CAA sobre a realidade em que ele se inscreve, entendendo que as referências preestabelecidas empobrecem a compreensão do mundo. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de construção de categorias nativas de classificação e de interpretação. Na descrição da metodologia de pesquisa realizada no Vale do Riachão, em Varzelândia e no Assentamento Tapera, o processo

de construção dessas categorias nativas e de reposicionamento dos agricultores como portadores e produtores de conhecimento, se realiza com a inclusão dos agricultores em todas as etapas da pesquisa - planejamento, mobilização, sistematização, análise e devolução. Da mesma forma, a proposição de respostas às questões são encetadas a partir da *orquestração nativa* - como é evidenciado nas informações sistematizadas no estudo de caso, apresentado no item 3.3 deste capítulo, onde o Assentamento Tapera se apresenta como uma alternativa de reposicionamento da agricultura e da economia local. Categorias englobantes e genéricas como pequeno produtor, agricultor familiar, que pressupõem uma uniformidade entre os camponeses da região, na abordagem do CAA, tomam identidades próprias – Geraizeiros, Gurutubanos, Vazanteiros, Caatingeiros e outros, como agricultores portadores de identidades contrastivas. Tais esforços, evidenciam uma preocupação permanente em dar voz, aos “subalternos”. Para um antropólogo norte-mineiro, João Batista A. Costa, *o CAA é um lugar privilegiado de fala dos subalternos* e, ao mesmo tempo, de subversão da *subalternidade*. A trajetória percorrida na abordagem metodológica do trabalho do CAA evidencia que, no exercício do caminhar, uma inversão epistemológica é realizada.

Na moldura construída ao longo desse estudo, procuramos evidenciar que uma imensa franja dos que habitam a periferia do sistema foram penalizados e inscritos num processo de *subalternização* e empobrecimento. Dentro desta periferia, sem dúvida, os camponeses e seus territórios são os que mais duramente foram castigados. Inserido nessa moldura, o estudo de caso apresentado a seguir analisa alguns mecanismos impulsionadores dos processos de extração de riqueza dos territórios rurais, bem como experiências construídas de reversão desse

processo, indicadoras de possibilidade de reposicionamento da agricultura e das economias locais.

3.3 Os mecanismos de extração de riquezas e as estratégias locais de reposicionamento da agricultura

Nessa sessão analisamos os mecanismos de extração de riqueza que a “economia maior” exerce sobre a agricultura local. Buscamos colher alguns elementos para entender o processo de descapitalização e empobrecimento dos agricultores e das economias locais. Em seguida, contrastamos os dados coletados sobre a agricultura local, com aqueles colhidos de um projeto de assentamento de reforma agrária em bases agroecológicas – a Tapera. Aí destacamos o papel potencial da agroecologia como estratégia de interação mais favorável da agricultura com os mercados, reduzindo os níveis de transferência de riqueza da agricultura para os centros dinâmicos da economia, produtores de bens e serviços de alto valor agregado.

Inferimos que a economia campesina tem que ser vista integrada à economia local, sendo, ao mesmo tempo, produtora e produto desta, articulada à economia nacional e com diversos graus de articulação com a economia global. Nesta perspectiva, os municípios rurais têm que ser vistos como uma unidade territorial mais ampla que, no seu conjunto, estabelece conexões com a economia regional (mesoregiões) e, com mais ou menos intensidade, com a global. A figura 7 é um esforço de grafar o papel, na dinâmica de trocas, que o setor agro e a grande maioria das economias dos municípios rurais historicamente se submeteram: produtores de matéria-prima barata e de produtos de baixo valor agregado e consumidores de produtos, bens e serviços de alto valor agregado. Impulsionando, num movimento moto-contínuo, um processo de transferência de riqueza do seu

território para economias mais dinâmicas, capazes de absorver produtos e produzir bens de alto valor agregado.

Partindo da hipótese que o crescente processo de empobrecimento dos agricultores familiares e dos pequenos municípios rurais está em grande medida, relacionado à ausência de políticas de defesa dos mecanismos de extração de excedentes que “a economia maior” exerce sobre a agricultura, buscamos aqui analisar algumas variáveis que operam como vetores de extração de excedentes sobre a agricultura local. A compreensão desses mecanismos constitui-se em um insumo básico para pensar políticas e artifícios criativos de defesa destas “economias locais”.

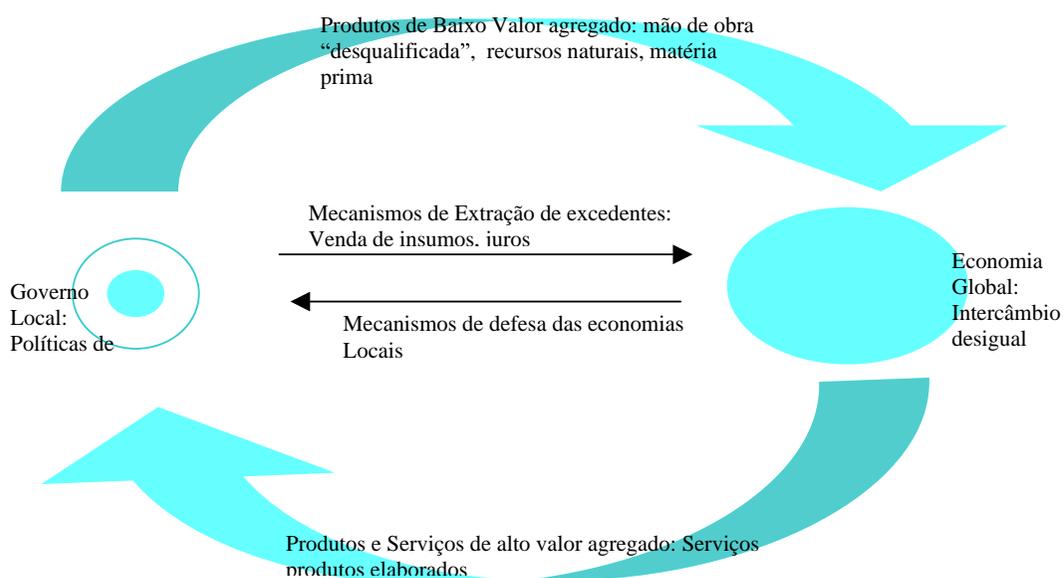


FIGURA 07: Mecanismos de Extração de Riqueza - Local & Supralocal

Usaremos, como referência para o estudo de caso, o modelo de análise apresentado por Yurjevic (1999), marco conceitual para enfrentar a *capitalización campesina* em economias globalizadas, apresentado no quadro 1 da

Introdução. Relacionado a este marco conceitual, são ordenados, no quadro 2, um *rol* de indicadores com sugestão de verificadores dos mecanismos de extração de riqueza sobre uma família camponesa, para cada fase do processo de produção e reprodução econômica. Selecionamos alguns desses indicadores, sendo eles: a perda de mão-de-obra forçada pela migração, restrições de acesso ao mercado, parcerias, transferências para o setor de insumos e serviços e impostos diretos aplicados à agricultura.

Primeiro, é necessário destacar a participação significativa da agricultura familiar no contexto local. De cada 100 pessoas ocupadas na agricultura na microrregião de Porteirinha, 92 são ocupadas na agricultura familiar. Uma dinâmica invejável quando contrastada com outras regiões – 65% em Minas Gerais e 82 % na região Norte de Minas.

Nesta microrregião estão assentadas próximo de 15.200 agricultores familiares, em 3.770 (de um total de 4.200) estabelecimentos, numa área aproximada de 97 mil ha. Estes agricultores ocupam 52% do território. O valor bruto da produção agropecuária anual (VBA) deste território é estimado em valores próximos a 9,5 milhões de reais. Sendo que, 58% deste valor é originado da agricultura familiar, ou seja, valores que se aproximam de 5,5 milhões de reais. De 201 estabelecimentos pesquisados, que em média abrigavam 2 famílias cada, 62% delas tinha um aposentado. Ou ainda, foram registradas 1,23 aposentadorias por estabelecimento. Isto significa dizer que mais de 18 milhões de reais são absorvidos, por ano, pelos agricultores. Ou seja, a soma dos ingressos absorvidos via benefício previdenciário é superior ao VBP da agricultura familiar, em mais de três vezes.

O gráfico 4, sinaliza o baixo valor per capita da produção agropecuária: para 66% dos agricultores o Valor Bruto da Produção Agropecuária é inferior a 156 reais anuais. Tomando como base o salário mínimo do Brasil, 300 reais mensais, este valor corresponde à metade das necessidades de um mês. Isto explica o forte fluxo de migração temporária de agricultores dessa região para outros centros. Os estudos de campo nos mostraram que em cada 2 propriedades tinha, pelo menos, 01 migrante. Algo próximo de 2,2 mil agricultores migram durante 04 meses por ano, em média. O que representa uma perda de investimento, na agricultura local, em torno de 4,7 milhões de reais/ ano.

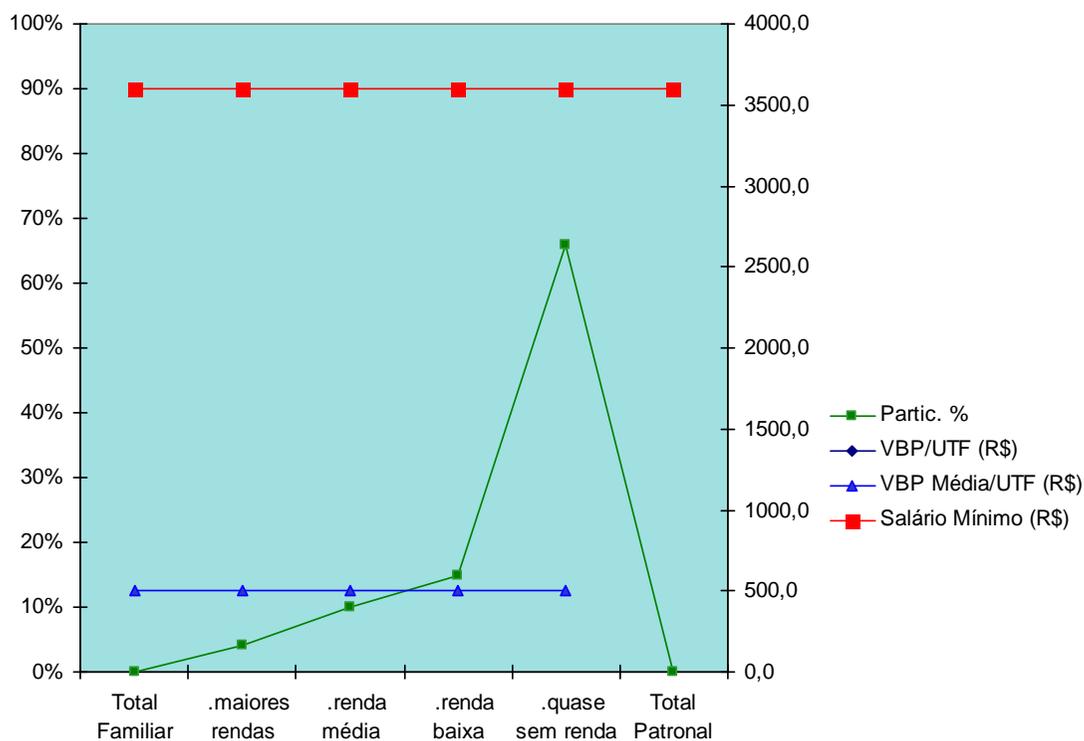


GRÁFICO 04: Valor Bruto da Produção - VBP Médio por Unidade de Trabalho Familiar-UTF em Porteirinha, Participação % por Faixa de Renda & Salário Mínimo
 FONTE: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE. Convênio INCRA/FAO

Estimamos que, dos quase 90 mil ha em posse da agricultura patronal, em torno de 2,5 mil ha são cedidos à agricultura familiar, em contratos de arrendamento de terras. O que representa uma transferência de recursos da agricultura familiar, em pagamento do direito de uso da terra, cifras em torno de 1,25 milhões de reais por ano.

Quanto às restrições de acesso ao mercado, passamos a analisar as perdas de alguns produtos ecossistêmicos nesta região, pela ausência de estratégias eficazes para aproveitamento e inserção no mercado, o caso das frutas nativas- Pequi, Panã, Maracujá nativo, e da lenha.

Segundo estimativas do IEF e Dayrell (1998), 56% da cobertura vegetal de Riacho dos Machados é de Cerrados, ou seja, existem 37 mil e 200 hectares de Cerrado. Estimamos que em torno de 50% da área tem potencial de manejo agroextrativista. Cruzando estas informações com os dados de produtividade no quadro acima, extraído da base de dados ICA-UFMG/ Grande Sertão /CAA/NM, podemos estimar um potencial ecossistêmico valorado em mais de 10 milhões de reais. Valor duas vezes superior ao Valor Bruto da Produção camponesa em todo o território.

TABELA 3: Produção estimada da atividade agroextrativista na porção do território pelos cerrados

Atividade Agroextrativista	unidade	Produtividade		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
		1 hectare	18.600 hectares		
Pequi	Caixa	100,00	18.600,00	3,00	55.800,00
Pana	Fruto	200,00	3.720.000,00	0,50	1.860.000,00
Maracujá nativo	Ton	2,00	37.200,00	200,00	7.440.000,00
Lenha	Metro	3,00	55.800,00	15,00	837.000,00
Total					10.192.800,00

FONTE: base de dados ICA-UFMG/ Grande Sertão /CAA/NM

Nas demais regiões dos territórios cobertos originalmente por vegetação de caatinga, que estimamos ser em torno de 145 mil hectares, considerando que apenas 20 % dela apresenta fragmentos da vegetação original, a projeção que fazemos é de que existem, pelo menos, 30 mil hectares de Caatingas com potencial de manejo ecossistêmico. O aproveitamento desta atividade agroextrativista permitiria a movimentação de cifras em valores próximos de 13 milhões de reais.

TABELA 4: Produção estimada da atividade agroextrativista na porção do território cobertos por vegetações de caatinga

Atividade Agroextrativista	unidade	Produtividade		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
		1 hectare	30.000 hectares		
Umbu	Caixa	30,00	900.000,00	3,00	2.700.000,00
Maracujá nativo	Ton	1,50	45.000,00	200,00	9.000.000,00
Lenha	Metro	3,00	90.000,00	15,00	1.350.000,00
Total					13.050.000,00

FONTE: base de dados ICA-UFMG/ Grande Sertão /CAA/NM (modificado)

Sobre o VBP dos camponeses, é transferida, via tributação direta - COFINS, PIS, Contribuição Social, Imposto de Renda, ICMS, um valor aproximado de um milhão de reais. Não estamos considerando a carga tributária indireta, sobre os custos dos insumos e serviços.

Por último, passamos a analisar os mecanismos de interação desigual e transferência de renda entre produção e mercado de insumos. Este processo chama atenção, em especial, para o que Furtado (1996) nos alertou, citado nos capítulos I e II, sobre o processo acelerado de transferência de renda e gestão da atividade agrícola para fora do setor. A escolha da base tecnológica passa a ser definidora nesse processo.

Tomamos como primeiro caso a ser analisado, o estudo do sistema de produção de um camponês, proprietário de uma pequena gleba de terra na região mais central do território objeto deste estudo, cujo sistema de produção passa por um processo inicial de transição agroecológica. O gráfico 5 mostra que a relação receita & despesa do sistema de produção apresenta uma margem de sobra baixa.

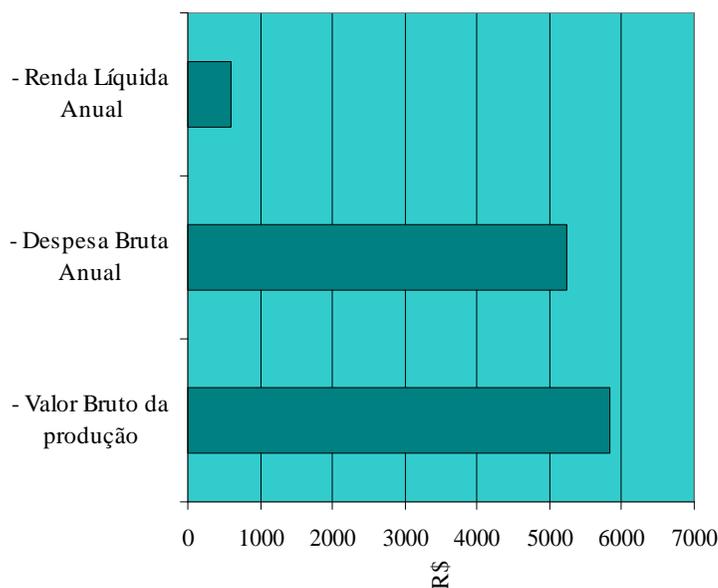


GRÁFICO 5: Balanço Receita e Despesa do Sistema de Produção (Agricultor de Porteirinha)

FONTE: Dados pesquisa, do Vale do Mosquito

Buscando entender o impacto do mercado de insumos no VBP, a composição dos custos monetários da produção evidencia o que o gráfico 6 vai demonstrar: as altas transferências do valor da produção para o mercado, via composição dos custos de produção.

As contribuições da agroecologia, neste contexto, certamente, iriam provocar quedas nessas taxas de transferência para o mercado, conforme será mostrado no caso do Assentamento Tapera. Outra questão de relevo importante é

que, os itens da composição do custo de produção são mercadorias que não são produzidas pelas economias locais. Portanto, os esforços crematícios de poupança do agricultor não têm efeito na economia local. Aquecem, na verdade, mega oligopólios do agronegócio.

TABELA 5: Composição dos custos monetários (agricultor de Porteirinha -MG)

Ítems de Despesa	Valor
Horas Trator de Pneu- htp	
Sementes	877,00
Adubo Químico	248,00
Pesticidas	42,00
Outros insumos	76,90
Ração comprada	232,00
Vacinas e medicamentos/Pintos	98,00
Transporte	660,00
Energia	1200,00
Mão de obra Contratada	540,00
Total	3973,90

Este gráfico busca mostrar os esforços do agricultor em absorver uma fatia maior do custo de produção, através do trabalho da família (UTF).

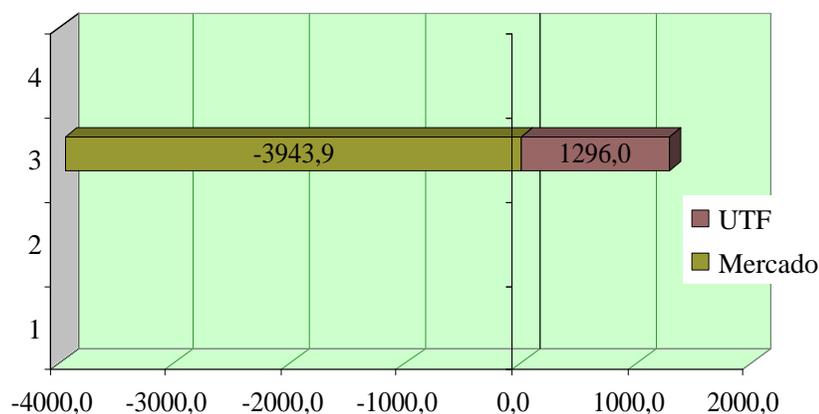


GRÁFICO 06: Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), Agricultor de Genipapinho, Porteirinha
 FONTE: Dados pesquisa, do Vale do Mosquito

Uma situação mais extremada pode ser observada na análise dos sistemas de produção dos bananicultores da comunidade de Dengoso, município de Porteirinha. O Valor Bruto da Produção (VBP) anual, oriundo do comércio da banana, gira em torno de 180 mil. Destes, 132 mil reais são gastos com insumos. Dado o grau de uso de insumos externos, apenas um pouco mais de 14 mil reais é absorvido ou captado pela família, decorrente do estilo de especialização, cuja base de produção se sustenta em pacotes agroquímicos.

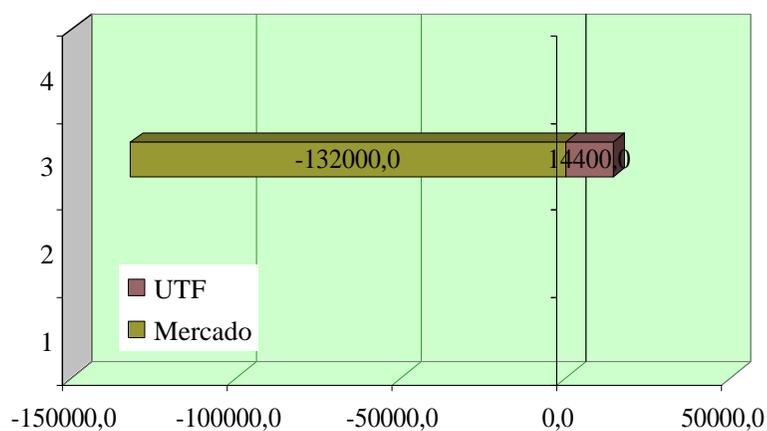


GRÁFICO 7: Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), produtores de Banana, comunidade de Dengoso, Porteirinha-MG.

FONTE: Dados pesquisa, do Vale do Mosquito

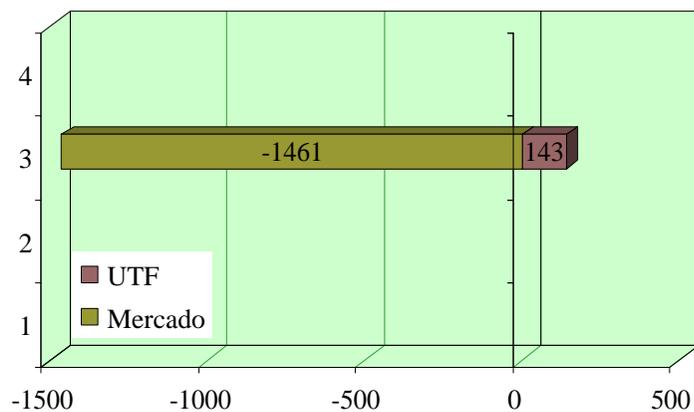


GRÁFICO 8: Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF)/ Meeiro Angico

FONTE: Dados pesquisa, do Vale do Mosquito

No gráfico 8 é apresentada a situação do meeiro, um *sem terra* que é obrigado a plantar em terras de fazendeiros, por um ou, no máximo, dois anos. Os dados coletados do sistema de produção desse meeiro, morador do povoado de Angico, Porteirinha, denunciam a situação difícil dos meeiros da região, em que a família consegue capturar da atividade menos de meio salário mínimo. A título de comparação, no gráfico 9, são apresentados os dados de um assentamento em fase de consolidação, no município de Riacho dos Machados – a Tapera.

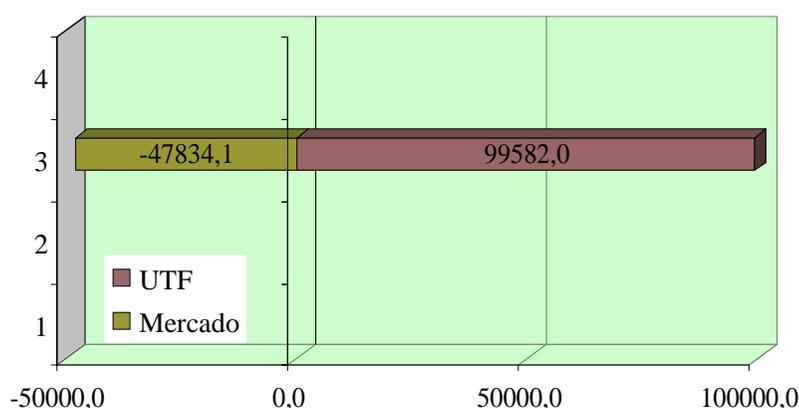


GRÁFICO 9: Custos absorvidos pelo Mercado & Unid. Produtiva (UTF), Assentamento Tapera, Riacho dos Machados

FONTE: Dados pesquisa, do Vale do Mosquito

Este assentamento foi implantado em bases agroecológicas, assessorado pelo CAA, sendo que, nos últimos 10 anos, não se usou nenhum agrotóxico na área. São 3.600 ha manejados, em sistemas silvopastoris, associados com cultivos anuais, em sistema de consórcios, nas zonas de encostas e baixadas mais férteis. Tais atividades se integram nas zonas de manejo mais intenso, nas cercanias das moradias, onde são associadas à criação de pequenos animais e pequenas hortas. Alguns potenciais ecossistêmicos são manejados, como a extração de óleo e o congelamento de frutos do Pequi, comercializados pela Cooperativa

Grande Sertão. É visível entre os agricultores desse assentamento, o crescente grau de capitalização, manifestos em sensíveis melhorias na condição de vida - moradias, aquisição de rebanho bovino, veículos, etc. Um outro dado, é que este assentamento é o único, no estado de Minas Gerais, que não tem dívidas com os agentes de crédito, tendo quitado seus financiamentos bancários com antecedência. Os dados do gráfico 9 nos dão medida das razões dessa capitalização. A opção pelo aproveitamento dos potenciais ecossistêmicos e as práticas de convivência com as restrições ambientais, se constituem em ferramentas de proteção para o processo de transferência de recursos para o mercado de insumos. Uma base tecnológica que consegue associar a manutenção de bons indicadores de produtividade, sustentados ao longo do tempo, com uma baixa taxa de transferência de recursos para o mercado de insumos, são os dois elementos associados que impulsionam o processo de capitalização crescente dos assentados da Tapera.

Enquanto a renda média anual por UTF (Unidade de Trabalho Familiar), na região estudada, é inferior a 600 reais, na Tapera este valor está próximo de 3.200 reais. O gráfico 10 constrói um contraste dessas informações, evidenciando que, ao contrario da média regional, o VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária) por UTF (Unidade de Trabalho Familiar) na Tapera está bastante próximo de alcançar um salário mínimo por pessoa ocupada.

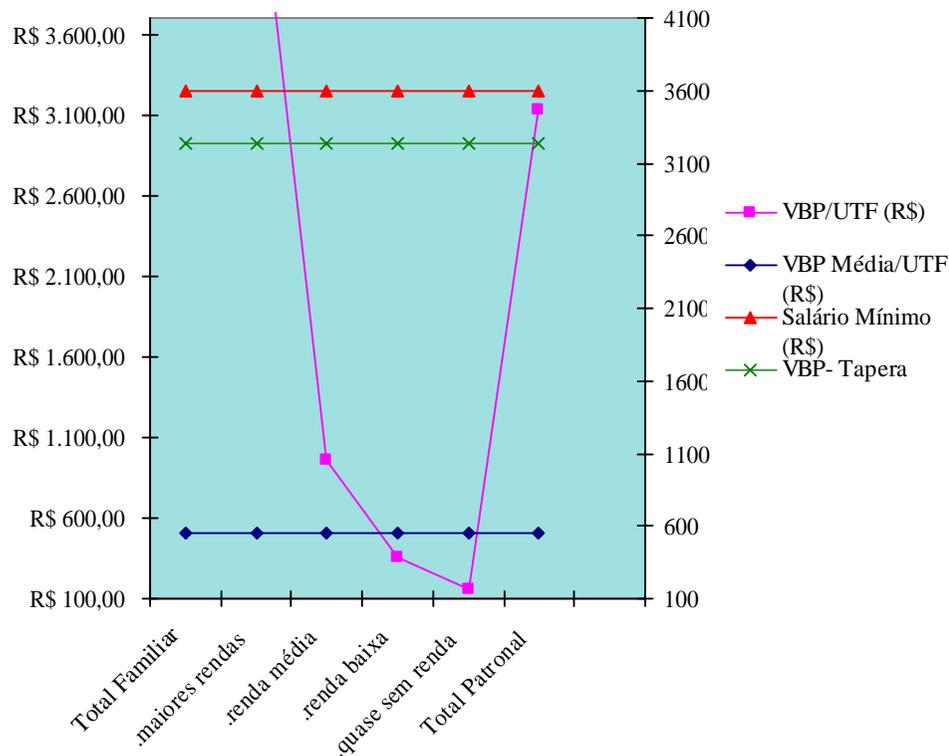


GRÁFICO 10: Valor Bruto da Produção (VBP) Médio por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) em Porteirinha por Faixa de Renda, e no PA Tapera & Salário Mínimo

FONTE: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE. Convênio INCRA/FAO e Dados pesquisa, do Vale do Mosquito

Por fim, os dados levantados acima mostram que, por um lado, somente os quatro mecanismos de extração de excedentes analisados, juntos somam cifras próximas a 30 milhões de reais por ano. Por outro lado, os estudos de sistemas de produção analisados, indicam como a opção tecnológica pode impulsionar um enorme fluxo de transferência de renda da agricultura para o mercado de insumos e serviços, retirando da agricultura fatias substantivas do VBP agropecuária. Todavia, os dados do Assentamento Tapera nos dão mostra do potencial do agroecologia com instrumento poderoso de mitigação dessas transferências.

CONCLUSÃO

Procuramos aqui retomar as questões centrais já pontuadas ao longo do presente estudo, onde buscamos analisar os mecanismos de extração de riqueza que a “economia maior” exerce sobre a agricultura local, exemplificando, através do estudo de caso na microrregião de Porteirinha, o processo de descapitalização e empobrecimento dos agricultores e das economias locais. Os indicadores selecionados - perda de mão-de-obra forçada pela migração, sistemas de parcerias e arrendamento de terras, restrições de acesso ao mercado, transferências para o setor de insumos e serviços e impostos diretos aplicados à agricultura – juntos somam perdas superiores a 30 milhões de reais por ano. Para se ter uma noção da magnitude desse valor, lembramos que o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) da região estudada é de 5,4 milhões de reais por ano. Ora, somente estes vetores encetam perdas numa ordem de valor quase 6 vezes maior que o atual VBP desta região.

Neste sentido, torna-se fundamental a compreensão dos mecanismos de transferência de recursos gerados nos municípios pequenos para as regiões de economia mais dinâmica, para a definição de estratégias e mecanismos de reversão desta lógica. Portanto, a revisão do papel da agricultura e dos governos locais no redirecionamento dos intercâmbios econômicos estabelecidos com os mercados, nos parece o caminho para a definição de mecanismos capazes de aumentar a poupança interna dos municípios, articulado a um conjunto de instrumentos eficazes no sentido de reter a riqueza gerada nestes e impulsionar as

economias locais. Investimentos em desenvolvimento de tecnologias de processamento e conservação de alimentos, associados à políticas que facilitem o acesso e a entrada no mercado de produtos da agricultura local, seria, seguramente, um poderoso instrumento de inclusão econômica de centenas de milhares de agricultores brasileiros, até então, vistos, pelos governos, como *inviáveis*, apenas objetos de políticas sociais compensatórias.

Por outro lado, como analisa o economista hindu Amartya Sen, para participar da distribuição da renda social, é necessário que o cidadão esteja habilitado por títulos de propriedade - terra, moradia, etc, e qualificado para se inserir no sistema produtivo. Tal perspectiva é chamada pelo autor de “enfoque da habilitação”. Poderíamos dizer que, nessa região, um imenso contingente de agricultores encontram-se desabilitados - a falta de acesso a terra priva uma imensa massa de agricultores do exercício da atividade agrícola ou os leva a pagar valores escorchantes pelo uso de terras arrendadas. O estudo de caso do meeiro do povoado de Angico denuncia a situação de precariedade dos agricultores que vivem nessa condição, normalmente, são moradores dos povoados – aglomerações pré-urbanas. Sua atividade agropecuária se presta à redução dos estoques de terra ociosa sob a posse do setor patronal e, ainda, contribui para o aquecimento do mercado de insumos. Os resultados da atividade impactam pouco a renda familiar.

Ao analisar os mecanismos de interação desigual e de transferência de renda entre produção e mercado de insumos, evidencia-se o que Celso Furtado (1996), citado nos capítulos I e II, nos alertou sobre o processo acelerado de transferência de renda e gestão da atividade para fora do setor, onde a escolha da base tecnológica passa a ser definidora no processo. Ao contrastar os dados coletados sobre a agricultura local com aqueles colhidos em um projeto de

assentamento de reforma agrária em bases agroecológicas – a Tapera, fica evidenciado o papel potencial da agroecologia como estratégia de interação mais favorável da agricultura com os mercados, reduzindo os níveis de transferência de riqueza do setor para os centros dinâmicos da economia, produtores de bens e serviços de alto valor agregado. Uma base tecnológica que consegue associar a manutenção de bons indicadores de produtividade, sustentados ao longo do tempo, com baixa taxa de transferência de recursos para o mercado de insumos, são os dois elementos associados que impulsionam o processo de capitalização crescente dos assentados da Tapera. A renda média por unidade de trabalho familiar é 6 vezes superior à média da região estudada.

Todavia, a agroecologia não pode ser vista como estratégia salvadora e redentora para a agricultura e os camponeses. Faz-se necessário inscrevê-la numa engenharia política, articulada a instrumentos efetivos e aplicáveis à realidade regional, alicerçada em elementos que rompam com uma visão fragmenta e setorial da agricultura.

Nessa perspectiva, discutir a viabilidade da agricultura familiar é discutir, fundamentalmente, a viabilidade dos pequenos municípios, uma vez que são eles o espaço histórico e estrutural de produção e reprodução econômica, social e cultural desta. A recíproca é, da mesma forma, verdadeira: a viabilidade destes municípios está profundamente ligada à viabilidade do setor agro local.

Faz-se necessário também, romper com a fragmentação imposta, por um lado, por políticas que miram exclusivamente as unidades produtivas individuais e, por outro lado, por políticas sem precisão, voltadas para uma difusa geopolítica municipal. Uma vez que os fluxos econômicos, sociais e

ecológicos não obedecem estas fronteiras. As unidades de produção individuais não conseguem se proteger, nem articular estratégias eficazes e sustentáveis para se viabilizarem economicamente em longo prazo. Estas unidades não estão isoladas do contexto sócio-econômico em que estão inseridas. Nem tão pouco, as pequenas unidades de produção individuais ou associações comunitárias ou, até mesmo, os próprios municípios rurais, isoladamente, não conseguem tecer, nem negociar políticas meso-regionais que lhes favoreçam nos intercâmbios de trocas com outras regiões mais dinâmicas, concentradoras da população e do poder político-econômico.

Está colocado, para as organizações da sociedade civil, o desafio de construir e implementar propostas qualificadas no campo das políticas públicas, criando espaços de concertação, negociação e articulação entre os diversos setores da sociedade. Para os governos centrais, está colocada a necessidade uma nova postura: nem centralizadora, nem “liberal”, na medida em que é o vetor responsável pela articulação dos diversos setores do mercado, da sociedade civil organizada e das instituições públicas, na ordenação de políticas com poder de capilarização para os territórios locais.

A perspectiva do trabalho desenvolvido pelo CAA e pelos Geraizeiros do Assentamento Tapera busca se articular às dinâmicas territoriais em que estão inseridos, movendo iniciativas de rompimento com a fragmentação e isolamento, referidos acima. Ao mesmo tempo, se enreda aos esforços de construção de uma nova epistemologia desde os “de baixo”, onde o planejamento e a proposição de respostas às questões são *nativamente orquestradas*. Enfim, esse exemplo evidencia a busca de construção de uma epistemologia nativa crítica, reativa a uma visão construída desde fora, vestida de preconceitos e categorias pré-estabelecidas pelo “cientificismo universal”.

Cientificismo este, que cunhou o desenvolvimento como caminho unilinear a ser percorrido por todos os povos. Passaram-se os tempos da crença cega de que há lugar no futuro para todos que querem percorrer a trilha do desenvolvimento como único caminho, especialmente para aqueles que habitam a periferia do sistema. A idéia do desenvolvimento econômico é um simples mito, que dá cobertura à dominação dos povos dos países periféricos, dentro de uma supra-estrutura de cobertura planetária. A ideologia do desenvolvimento traz, em si mesma, a virulência da insustentabilidade, dos intercâmbios assimétricos entre regiões, territórios e populações.

A plataforma que guia a idéia do desenvolvimento, estabelece que: não fazer parte do sistema mundial crematício de produção e consumo, significa ser subdesenvolvido; não consumir perdulariamente como americanos, para aquecer a estrutura produtiva e gerar PIB, significa subdesenvolvimento; valores como a diversidade e a diferença são nefastos para o progresso e significam subdesenvolvimento - ser Índio, Quilombola, Geraizeiro, Vazanteiro, Seringueiro ou portador de qualquer outra racionalidade não eurocêntrica, significa ser atrasado e subdesenvolvido.

Esta plataforma não pode ser a única que habita nosso ecúmeno comum. O estudo de caso, mostra que é possível colocar em marcha um processo de inversão epistemológica, onde os historicamente subalternizados, ganham voz própria, subvertem e se apresentam como uma alternativa de reposicionamento da agricultura e da economia local.

A estratégia para um setor agro sustentável, fora do paradigma desenvolvimentista, deve ter como um dos elementos centrais o fortalecimento das capacidades humanas. Porém, uma sociedade articulada não surge

de forma gratuita ou mecanicamente, tem que ser forjada, construída. Esta construção só é possível a partir da ação de seres protagônicos. O protagonismo, por sua vez, só se dá em espaços onde a pessoa tem presença real e não se dilui em abstrações. Todo o processo de enredamento deve se articular de baixo para cima, animado por sujeitos capazes de atuar sinergicamente, com comportamento consciente e vontade articuladora. Os atores envolvidos no processo devem fazer o difícil movimento de desnudamento de categorias pré-estabelecidas pelo cientificismo universal, um movimento de diluição da arrogância interventora. Ordem de valores e polaridades maniqueístas, tais como: desenvolvidos e subdesenvolvidos, rudez e civilidade, selvagens e civilizados, pagãos e cristãos filhos de Deus, *vilarius* e *cortez*, resistentes e inovadores, ou qualquer ordem de valores de inspiração evolucionista e de uniformização civilizadora, têm que ser radicalmente postos de lado. Esforços permanentes têm que ser envidados no sentido de dar voz e poder aos subalternizados.

BIBLIOGRAFIA

ALIER, Joan Martinez. 1992. La ecología y la economía. Fondo de cultura Económica. México.

_____ 1999. Introducción a la economía ecológica. Rubes. Espanha.

_____ 1999. “Justiça Ambiental (Local e Global)” In Clovis Cavalcante. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. Cortez. São Paulo.

ALTIERI, Miguel. 1998. AGROECOLOGIA: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Ed. Universidade/UFRGS. Porto Alegre.

ARCOVERDE, Ana C. Brito (1985). O Coletivo e o ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade. Ed. Cortez. São Paulo.

BHABHA, Homi K. (1998). O local da cultura. Ed. UFMG. Belo Horizonte.

BIRD – Departamento de desarrollo sustentable. 1999. Opciones de Inversión en la Economía Rural de América Latina y el Caribe.

BILBAO, Abraham Pulsen. 1999. La condición de periferias ante la problemática del crecimiento econômico. In. Estilos de Desarrollo en América Latina: identidade-cultura-território-meio ambiente, un aporte para la discusión. Universidade Católica de Temuco – Universidade da la Frontera. Chile.

BONFIGLIO, Giovanni. 1982. Desarrollo de la comunidad e trabajo social. Ed. Celat. São Paulo.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1984. Repensando a pesquisa participante. Brasiliense. São Paulo.

- CAA, 1990. Relatório de Atividades. Montes Claros. mimeo.
- _____. 1996. Relatório de Avaliação Institucional. Montes Claros. mimeo.
- _____. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia e Casa de Pastoral, 1997. Relatório do Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas: alguns aspectos da paisagem, do homem, da economia e dos agroecossistemas – interações e transformações. Varzelândia. mimeo.
- _____. 2000. Relatório Técnico 3: Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e de Educação Ambiental na Sub-Bacia do Riachão. Relatório Final do Diagnóstico da Sub-Bacia do Riachão. Montes Claros. mimeo.
- _____. 2001. Relatório do Diagnóstico do Vale do Mosquito – microrregião de Porteirinha. Montes Claros. mimeo.
- _____. 2002. Relatório de Atividades. Montes Claros. mimeo.
- _____. 2002. Novos Caminhos para Aproximar-se de Realidades Cambiantes: a experiência do CAA em discussão. Montes Claros. mimeo.
- _____. 2003. Relatório de Atividades. Montes Claros. mimeo.
- _____. 2003. PAC/Tapera. Plano de Desenvolvimento e Emancipação do Assentamento. Montes Claros. mimeo.
- _____. 2004. Relatório de Atividades. Montes Claros. mimeo.
- CASTELLS, M.. 1999. A Sociedade em Rede. Vol. I. Ed. Paz e Terra. São Paulo-SP.
- _____. 1999. Fim do Milênio. Vol. III. Ed. Paz e Terra. São Paulo-SP.
- CASTILHO, Willian César. 1988. Dinâmica de Grupos Populares. Ed. Vozes. Petrópolis.
- _____. 1984. Metodologia do Trabalho Social. PUC, Belo Horizonte.
- IBGE/CENSO AGROPECUÁRIO: 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. N. 16, Minas Gerais.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1988. Nosso Futuro Comum. Ed. da FGV. Rio de Janeiro, RJ.

CONTAG. 1997. Construindo um projeto Alternativo – Desenvolvimento Local Sustentável com Base na Agricultura Familiar. Brasília. Cartilha do convênio Mtb/Sefor/Contag, 55p.

COSTA, João Batista de Almeida. 1999. Do Tempo da Fatura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. Departamento de Antropologia/UnB. Dissertação de Mestrado. Brasília.

_____. 2003. Mineiros e Baianos: englobamento, exclusão e resistência. Departamento de Antropologia/UnB. Tese de Doutorado. Brasília.

COSTA SILVA, René Marc. 1998. Por Onde o Povo Anda... A Construção da Identidade Quilombola dos Negros de Rio das Rãs. Departamento de História. Tese de Doutorado. Brasília.

DALLARI, Dalmo. 1983. Participação política. Brasiliense. São Paulo.

DAYRELL, Carlos Alberto. 1998. Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Huelva: Universidad Internacinal de Andalucía. Sede Ibero Americana – La Rábica, Dissertação de Mestrado. Espanha. mimeo.

_____. 1993. A Questão Ecológica no Limiar da Questão Agrária: o caso dos Cerrados no Norte de Minas. In: Revista Reforma Agrária. v. 23, n.º 1. ABRA, Brasil.

_____. 2000. “Os Geraizeiros Descem a Serra ou A Agricultura de Quem Não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness” In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (org.). Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. CAA-NM e Rede Cerrado. Max Gráfica. Montes Claros.

EHLERS, E. 1996. Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. Livros da Terra Editora, São Paulo. 178pp.

ESCOBAR, A. 2000. “Planejamento”. In: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ

FALEIROS, Vicente. 1982. Formas ideológicas de Participação. Cortez. São Paulo.

FAO/HOLANDA, MAATRISCHT. 1999. “Multifuncionalidad de la Agricultura y la Tierra”.. In: documento elaborado a partir dos capítulos 2, 3 e 4 da Conferência da FAO na Holanda, entre 12 e 17 de novembro, para o programa de Magister “Gestão em Desarrollo Rural y Agricultura Sustentable”. Universidade Católica de Temuco, Chile.

FREIRE, Paulo.1970. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso. 1996. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro-RJ.

_____. 1999.O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Paz e Terra. Rio de Janeiro- RJ.

_____.1992. Brasil: a construção interrompida. Ed. Paz e Terra Rio de Janeiro- RJ.

GALASSI, Jorge Gibert. 1999. “Estudios sobre el Desarrollo en América Latina: un enfoque crítico”. In: Estilos de Desarrollo en América Latina: identidade-cultura-território-meio ambiente, un aporte para la discusión. Universidade Católica de Temuco – Universidade de la Frontera. Chile.

GONÇALVES, Carlos W.P. 2000. “As Minas e os Gerais- breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas”. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (org.). Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade. CAA-NM e Rede Cerrado. Montes Claros: Max Gráfica.

HARVEY, David. 1992. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola.

HAUWERMEIREN S. V. 1998. Manual de Economia Ecológica. Instituto de Ecologia Política. Santiago. Chile.

LEFF, Enrique. 1998. Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. Siglo XXI y PNUMA. México.

LEGOFF, J. 1998. Por Amor às Cidades. Ed. UNESP. São Paulo-SP.

LUMMIS, C.D. 2000. "Igualdade". In: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ

LUZ, Claudia. 2005. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Departamento de Sociologia e Antropologia/UFMG. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte.

MARCATO, C. 1999. Agricultura Sustentável: alguns conceitos e princípios. www.ccp.com.br.

MAX-NEFF, M.. 1986. Economía Descalza.: senales desde um mundo invisible. Ed. Nordan. Estocolmo, Bueno Aires, Montevideo.

_____. et alli.1986. Desarrollo a Escala Humana: una poción para el futuro. Cepaur- Funadación. Dag Hammarskjold. . Suécia.

MATURANA, H. 2001.Cognição, Ciência e Vida Cotidiana. Ed. UFMG. Belo Horizonte-MG.

MERCHANT, C. 1980. The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution, Nova Iorque, Harper &Row, p.182.

MIGNOLO, Walter D. 2004. Espacios Geográficos y Localizaciones Epistemológicas: la ratio entre la localizacion geográfica y la subalternización de conocimientos. <http://www.javeriana.edu.co/pensar/rev34.html>.

NOGUEIRA, Roberto Martinez. 1999. "Las Transformaciones de la Agricultura y la Nueva Institucionalidad." In: documento modificado pela equipe de docentes do programa de Magister "Gestão em Desenvolvimento Rural y Agricultura Sustentable". Universidade Católica de Temuco. Chile.

REIS, G. 1997. "Algumas Considerações sobre o Processo de Desenvolvimento Recente na Região Mineira do Nordeste". In: Santos, G. Ribeiro (org). Trabalho,

Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais. Best Comunicações e Marketing. Montes Claros.

RIBEIRO, Darcy. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. São Paulo.

RIST, Gilbert. 1997. The History of Development: From Western Origins to Global Failh. Zed books. London e New York.

RODRIGUES, L. 1998. Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba. Uma interpretação: 1970-1996. Dissertação para Doutorado pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo.

ROSSET, Peter. 1999. “La crisis de agricultura convencional, la substitución de insumos y el enfoque agroecológico.” In: Revista Agroecologia y Desarrollo. N.º 11/12. CLADES, Chile.

SACHS, W. 2000. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ

SAHLINS, Marshal. 1990. Ilhas de História. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

SAID, Edward W. 1996. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Cia das Letras. São Paulo -SP

SANTOS, B. S. et alli. 2002. In. Produzir Para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

SEN, A. 2000. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras. São Paulo-SP.

SHIVA. V, 2000. In: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ

SILVA, Carlos E. Mazzetto. 1999. Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações Sertanejas. Dissertação de Mestrado. IGC/UFMG, Belo Horizonte/Brasil. 250p., mimeo.

_____. 1999. Democracia e sustentabilidade na agricultura brasileira: subsídios para construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Rio de Janeiro, Brasil, mimeo,67p.

SUTCLIFFE, Bob. 1993. Desarrollo Humano: una valoración crítica del concepto y del índice. In: caderno de Trabajo HEGOA – Centro de documentaciones sobre países en desarrollo.

SOUZA, Liynn Mario T. Menezes. 1995. “Identidade e subversão: o discurso crítico-literário pós colonial de Homi Bhabha”. In: Anais do IV CONGRESSO ABRSLIC. Literatura diferença. ABRALIC. São Paulo.

SOUZA, Maria Luiza. 1989. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. Cortez. São Paulo.

STAROBINSKI, Jean. 2001. As máscaras da civilização. Companhia das Letras. São Paulo.

TOURAINÉ, A. 1999. Crítica da Modernidade. Ed. Vozes. Petrópolis - RJ.

THIOLLENT, Michel,1985. Metodologia da pesquisa-ação. Cortez. São Paulo..

ULLRICH, O. 2000. “Tecnologia”. In: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ

VEIGA, J.E. 2000. A fase rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Ed. da Universidade/ UFRGS. Porto Alegre-RS.

_____ et alli. 2001. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento rural. MDA/CNDRS/NEAD. Brasília-DF.

YURJEVIC. Andrés. 1999. Introduccion al Desarrollo Sustentable. In: Documento elaborado para o Programa de Magister “Gestion en Desarrollo Rural y Agricultura Sustentable”. Universidade Católica de Temuco. Chile.

_____. 1997. Desarrollo Agrícola y Política Macroeconômica. In: 2º Curso de formación a distância en Desarrollo Rural Humano y Agroecológico – Módulo I. CET-CLADES. Chile.

_____. 1999. Paradigmas do Manejo Ambiental. In: Documento elaborado para o Programa de Magister “Gestión en Desarrollo Rural y Agricultura Sustentable”. Universidade Católica de Temuco. Chile.

_____. 1999. Economía del meio ambiente y los recursos naturales. In: Documento elaborado para o Programa de Magister “Gestión en Desarrollo Rural y Agricultura Sustentable”. Universidade Católica de Temuco. Chile.

_____. 1999. El Desarrollo Sustentable: critérios operatórios. In: Documento elaborado para o Programa de Magister “Gestión en Desarrollo Rural y Agricultura Sustentable”. Universidade Católica de Temuco. Chile.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori. 1993. Metamorfose do desenvolvimento de comunidade. Ed. Cortez. São Paulo.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN K. 1997. O Trabalho da Terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa. Ed. UNB. Brasília-DF.